



UFAM

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
FACULDADE DE ESTUDOS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
DESENVOLVIMENTO REGIONAL

UMA ANÁLISE POLÍTICO-ECONÔMICA DE
DESENVOLVIMENTO NO MUNICÍPIO DE ITACOATIARA (AM)

MILKE CABRAL ALHO

MANAUS-AM
2009



UFAM
UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
FACULDADE DE ESTUDOS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
DESENVOLVIMENTO REGIONAL

MILKE CABRAL ALHO

UMA ANÁLISE POLÍTICO-ECONÔMICA DE
DESENVOLVIMENTO NO MUNICÍPIO DE ITACOATIARA (AM)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Amazonas, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional, área de concentração em políticas de desenvolvimento.

Orientador: Prof. Dr. Pery Teixeira
Coorientadora: Prof^ª. Dr^ª. Maria Izabel Valle

MANAUS-AM
2009

MILKE CABRAL ALHO

**UMA ANÁLISE POLÍTICO-ECONÔMICA DE
DESENVOLVIMENTO NO MUNICÍPIO DE ITACOATIARA (AM)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Amazonas, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional, área de concentração em políticas de desenvolvimento.

Aprovado em 27 de fevereiro de 2009.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Pery Teixeira
Universidade Federal do Amazonas (UFAM)

Prof. Dr. Sylvio Mário Puga Ferreira
Universidade Federal do Amazonas (UFAM)

Profª. Dra. Amélia Regina Batista Nogueira
Universidade Federal do Amazonas (UFAM)

A397a Alho, Milke Cabral.

Uma análise político-econômica de desenvolvimento no município de Itacoatiara (AM) / Milke Cabral Alho.-- Manaus: UFAM, 2009.

165 f. ; 30 cm.

Orientador(a) : Prof. Dr. Pery Teixeira
Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional) Universidade Federal do Amazonas.

1.Desenvolvimento regional. 2. Economia. 3. Sustentabilidade.
I. Título

CDU 338.1(043.3)
CDD 658.1552

A meu pai, minha mãe e meus irmãos, pelo incentivo que me deram para a realização deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

O trabalho acadêmico possui uma dupla dimensão, por um lado, é uma tarefa solitária, feita durante as intermináveis madrugadas e noites, com a companhia das obras literárias; por outro, está fundado numa dimensão coletiva, resultante das inúmeras discussões e conversas com professores, amigos e com o orientador. Nesse sentido, gostaria de agradecer a todos aqueles que contribuíram nesta construção individual-coletiva dizendo que sou muito grato por ter aprendido que a “natureza” de um trabalho acadêmico é sempre uma relação e, que este deve estar a serviço da coletividade.

Conforme afirmado acima, quero agradecer a Prof.^a Dr.^a Maria Izabel Valle, coorientadora, que sempre esteve à disposição para dialogar e propor novos caminhos à pesquisa; também ao Prof. Dr. Pery Teixeira, orientador, que nos mostrou que o caminho da pesquisa sempre vai estar relacionado com a nossa vida, onde descobrimos o mundo de conhecimento; outro professor que merece atenção é o Msc. Paulo Pinto Monte, pelas importantes contribuições e apoio que me deu, desde o início da graduação em Filosofia, na minha primeira experiência de bolsista do PIBIC, como nos tempos de hoje.

Cabe lembrar os meus queridos amigos da Casa do Estudante Universitário da Universidade Federal do Amazonas (CEU-AM): Edvanilson Pinto Lima, Natanael de Jesus Carvalho, May Adilson, dos amigos itacoatiarenses que moravam e sofriam, aflitamente, junto a mim para finalizar suas dissertações Alex Martins Ramos e Eder de Castro Gama (The Lord) ambos da família Lord; também gostaria de estender esses agradecimentos a Alciane Paiva, amiga do Mestrado em Desenvolvimento Regional,

Cineide Cohen e Gabriele Pinheiro do curso de graduação de Ciências Sociais da UFAM, pelos momentos de diversão e descontração e aos demais que fizeram parte desse caminho trilhado, obrigado pelo apoio, carinho e companheirismo.

A Sra. Iêda (IDAM) e ao Sr. Adjalma Nogueira Jaques (IBGE), grato pelas contribuições de materiais e acesso aos acervos que contribuíram para a fundamentação deste trabalho, agradeço à Fundação de Amparo à Pesquisa do Amazonas (FAPEAM), por ter me concedido uma bolsa de estudo com duração de dois anos.

Por fim, principalmente, a todos que compõem a família Alho, meu pai Domingos Alho Monteiro, minha mãe Antonia Cabral Monteiro e aos meus irmãos José Domingos da Costa, Marcos Corrêa da Costa, Cláudia M. Marinho Monteiro, Raimunda Cabral Monteiro, Domingos Cabral Monteiro, Antônia Cabral Monteiro Filha, Maria das Graças Cabral Monteiro, Manoel Cabral Alho, Inezita Cabral Alho, Terezinha Cabral Alho, Ricardo Cabral Alho, Jesus Sheik Cabral Alho e Jessica Cabral Alho, grato por tudo que fizeram por mim e pelos inúmeros sacrifícios e, principalmente, pelo apoio incondicional durante todos esses anos.

RESUMO

A pesquisa que desenvolvemos insere-se no debate sobre o processo de desenvolvimento da Região Amazônica, no período de 1990 a 2008, tendo como referencial o município de Itacoatiara, localizado no Estado do Amazonas. A escolha desse município deve-se à existência de estatísticas de documentos que proporcionam informações socioeconômicas e estudo sobre as políticas econômicas no município de Itacoatiara. Assim, o objetivo é analisar as políticas públicas para esse município, de tal forma que colabore para o desenvolvimento integrado de sua economia e da sociedade. Os programas Terceiro Ciclo e Zona Franca Verde (ZFV) comprometeram-se a contribuir para o desenvolvimento dos municípios do interior do Estado, por meio de várias ações, entre elas o incentivo ao Manejo Florestal Sustentável, como forma de aumentar a renda dos pequenos produtores e com isso melhorar a qualidade de vida dos mesmos. Devido à importância do monitoramento e avaliação do processo de implantação de políticas públicas, a presente pesquisa analisou os resultados alcançados pelos programas Terceiro Ciclo e ZFV, a adequação e efetividade das medidas propostas por esses programas, a fim de contribuir para o direcionamento de políticas públicas, para que estas sejam mais adequadas à realidade política, econômica, social e cultural dos pequenos produtores do interior do Amazonas. Para isso, foram feitas consultas às fontes bibliográficas primárias e secundárias para o levantamento de dados históricos e quantitativos. O desempenho do município de Itacoatiara, o papel de centro econômico regional, Itacoatiara tem, na área do comércio e indústria, a sua atividade econômica preponderante, visto que 55% e 41% da força de trabalho estão nesses setores, e que a atividade primária não ultrapassa 5%. Da mesma forma que detém o terceiro maior PIB e a quinta colocação em relação a sua população no Estado do Amazonas. Outro fator interessante a ser levantado é a sua posição geográfica. Na divisão territorial do trabalho, Itacoatiara é um dos mais novos pólos produtores de soja da Amazônia, principalmente, ao longo a estrada AM-010 que liga Manaus-Itacoatiara. Quanto à análise feita, Itacoatiara é uma cidade do Amazonas que apresenta fortes oportunidades de desenvolvimento favorável, seja pela disponibilidade de recursos naturais (rios, estradas, florestas e terras) que podem ser incorporados ao desenvolvimento político-econômico, pelo grande capital, ou como objetivo da ação governamental, para projetos estratégicos que tragam as premissas do desenvolvimento sustentável, da mesma forma, a existência de infraestrutura (porto, aeroporto, estradas), a proximidade em relação aos grandes consumidores internacionais e a perspectiva de novos investimentos públicos e privados reforçam ainda mais a sua posição de relevância em relação aos municípios do Médio Amazonas e seu papel como cidade no atual padrão de desenvolvimento regional.

Palavras-Chave: Desenvolvimento Regional - Economia - Sustentabilidade.

ABSTRACT

The research we have developed is included in the discussion on the process of developing the Amazon region in the period 1990 to 2008, taking as reference the Itacoatiara municipality located in the state of Amazonas. The choice of this council is due to existence of documents that provide statistics, information and socioeconomic study on the economic policies in the municipality of Itacoatiara. The objective is to analyze the public policies for the municipality in such a way that works for the integrated development of its economy and society. Programs Third Cycle and Zona Franca Verde (ZFV) pledged to contribute to the development of municipalities in the State through various actions, including encouraging the sustainable forest management as a way of increasing income of small producers and that improve the quality of life for them. Because of the importance of monitoring and evaluation of the implementation of public policies, this research analyzed the results achieved by the third cycle and ZFV programs, the adequacy and effectiveness of the measures proposed by these programs. Targeting, thus, contribute to the direction of public policies, so they are more adapted to the real political, economic, social and cultural development of small producers in the interior of Amazonas. Were made for this consultation to the primary and secondary bibliographic sources for the analysis of historical data and quantitative. The performance of the municipality of Itacoatiara the role of regional economic center, has Itacoatiara in the area of trade and industry, its predominant economic activity, as 55% and 41% of the workforce in these sectors are, and that the primary activity does not exceed 5%. Similarly it holds the third largest GDP and the fifth place for its population in the state of Amazonas. Another interesting factor is raised to its geographical position. In the territorial division of labor, Itacoatiara is one of the new poles of soybean producers in the Amazon, especially along the road PM-010 which links Manaus-Itacoatiara. As for analysis, Itacoatiara is a city of Amazonas which presents strong opportunities for positive development is the availability of natural resources (rivers, roads, forests and land) that can be incorporated into the political-economic development by big business or, as objective government action to strategic projects that bring the premises of sustainable development, the same way, the existence of infrastructure (port, airport, roads), the proximity to major international and the prospect of new public and private investments also reinforce more to its position of relevance in relation to the municipalities of the Middle Amazon and its role as a city in the current pattern of regional development.

Keywords: Development - Economy - Sustainability.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – A pedra que representa o símbolo de Itacoatiara.....	29
Figura 02 – Usina de Itacoatiara.....	94
Figura 03 – Pólo Moveleiro de Itacoatiara.....	98
Figura 04 – Terminal Portuário Privativo Misto de Itacoatiara.....	101
Figura 05 – Rota do Desenvolvimento.....	103
Figura 06 – Comboios Graneleiros.....	105
Figura 07 – Políticas do Zona Franca de Manaus.....	116
Figura 08 – Cronograma do Zona Franca de Manaus.....	116
Figura 09 – Logística do Zona Franca de Manaus.....	116
Figura 10 – Porto da SNPH.....	121

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Os cinco maiores municípios no ranking do PIB do Amazonas.....	141
Tabela 02 – Os cinco menores municípios no ranking do PIB do Amazonas.....	142

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 – Setores da Economia Formal.....	128
Gráfico 02 – Setor Agropecuário.....	143
Gráfico 03 – Setor Industrial.....	144
Gráfico 04 – Setor de Serviços.....	145
Gráfico 05 – Administração Pública.....	146
Gráfico 06 – Impostos.....	147
Gráfico 07 – Produto Interno Bruto.....	148
Gráfico 08 – População.....	149
Gráfico 09 – PIB Per Capta.....	150

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – Distribuição espacial dos residentes na área urbana e rural.....	33
Quadro 02 – Área de planejamento do III Ciclo.....	81
Quadro 03 – Perfil das empresas madeireiras de Itacoatiara.....	93
Quadro 04 – Empresas por nacionalidade e valor exportado.....	96
Quadro 05 – Investimento na Implantação do TPPMI.....	106
Quadro 06 – Exportação pelo porto Graneleiro.....	108
Quadro 07 – Produção Agrícola.....	124
Quadro 08 – Mão de obra ocupada na agropecuária.....	125
Quadro 09 – Índice de desenvolvimento humano municipal e renda.....	128
Quadro 10 – Bens e Serviços.....	131
Quadro 11 – Instituições de ensino.....	133
Quadro 12 – Instituições de Ensino Superior.....	134
Quadro 13 – Corpo funcional e atendimento na área da saúde.....	136
Quadro 14 – Polarização do comércio.....	140

LISTA DE ABREVIACOES E SIGLAS

AFEAM – Agencia de Fomento do Estado do Amazonas
AFLORAM – Agencia de Florestas e Negócios Sustentáveis
CIAMA – Companhia de Desenvolvimento do Estado do Amazonas
CONAMA – Conselho Nacional de Meio Ambiente
FV – Projeto Floresta Viva
HERMASA – Navegações da Amazônia S/A
GRET – Grupo de Pesquisa e Intercâmbio
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDAM – Instituto de Desenvolvimento do Amazonas
IDS – Instituto de Desenvolvimento Sustentável
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INPA – Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia
INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
IPAAM – Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas
ITEAM – Instituto de Terras do Amazonas
MMA – Ministério do Meio Ambiente
MEC – Ministério da Educação e Cultura
MI – Ministério da Integração
ONG – Organização Não-Governamental
PAS – Plano Amazônia Sustentável
PMI – Prefeitura Municipal de Itacoatiara
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
SDS – Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio s Micro e Pequenas Empresas
SEDUC – Secretaria de Estado de Educação e Qualidade do Ensino
SEMED – Secretaria Municipal de Educação
SNPH – Secretaria Nacional de Portos e Hidrovias
SEPLAN – Secretaria de Estado do Planejamento e Desenvolvimento Econômico
SEPROR – Secretaria de Estado da Produção Rural
SUFRAMA – Superintendência da Zona Franca de Manaus
TPPMI – Terminal Portuário Privativo Misto de Itacoatiara
UEA – Universidade do Estado do Amazonas
UFAM – Universidade Federal do Amazonas
ZFV – Programa Zona Franca Verde

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	16
1.1 Itacoatiara: o Centro da pesquisa.....	26
1.2 A estratégia metodológica da pesquisa.....	34
2. SOBRE A NOÇÃO DE DESENVOLVIMENTO.....	38
2.1 Modelo de Desenvolvimento Capitalista e Sustentável.....	40
2.2 As Temáticas do Desenvolvimento Regional e Urbano.....	50
2.3 Pensar para Interpretar e Agir Politicamente.....	57
2.4 Referencial Teórico.....	61
2.5 Políticas de Desenvolvimento para a Amazônia	65
3. TERCEIRO CICLO DE DESENVOLVIMENTO.....	71
3.1 Terceiro Ciclo Previsto para o Estado do Amazonas	82
3.2 Terceiro Ciclo em Itacoatiara	85
3.2.1 O Projeto Pólo – Itacoatiara.....	85
3.2.2 Diretrizes do Pólo.....	85
3.3. Subsistência Familiar.....	86
3.3.1 Viveiros de Mudas.....	87
3.3.2 Aquicultura.....	87
3.3.3 Armazenagem e Beneficiamento.....	88
3.3.4 Meios.....	88
3.3.5 Estrutura de Apoio.....	89
3.3.6 Pesquisa e Extensão Rural.....	89
3.3.7 Acompanhamento e Controle.....	90
3.4 As Madeireiras em Itacoatiara.....	90
3.5 Pólo Moveleiro de Itacoatiara.....	97
3.6 O Porto Graneleiro de Itacoatiara.....	99
3.7 Zona Franca Verde (ZFV).....	111

3.7.1 Desenvolvimento Sustentável e ZFV.....	115
3.7.2 Características do Zona Franca Verde.....	117
4. ESTRUTURA SÓCIO-ECONÔMICA DE ITACOATIARA.....	119
4.1 Localização Geográfica.....	119
4.2 Aspectos Econômicos.....	122
4.3 As atividades que compõe o PIB municipal.....	123
4.3.1 Setor Primário.....	123
4.3.2 Setor Secundário.....	127
4.3.3 Setor Terciário.....	129
4.4 Desenvolvimento do PIB de Itacoatiara.....	140
Considerações Finais.....	151
Referências.....	156
Anexos.....	165

1. INTRODUÇÃO

O desenvolvimento econômico da Amazônia, em particular do Estado do Amazonas, vem sendo objeto de várias políticas governamentais ao longo da história recente de nosso país. Porém, todas essas políticas aparentemente não vêm surtindo os efeitos planejados. No limiar do século XXI, a Região Amazônica apresenta aspectos que a caracterizam como uma região posta à margem da moderna economia capitalista, impossibilitada de usufruir de seus benefícios, funcionando como fonte e reserva de recursos naturais para o mercado mundial.

A floresta amazônica é a maior floresta tropical e o local de maior biodiversidade do planeta. Apesar de sua indiscutível importância, ela vem sendo desmatada a taxas cada vez maiores. Devido às complexas causas do desmatamento, que inclui questões sociais, econômicas, ambientais e políticas, a solução para esse problema passa, necessariamente, pela criação de políticas públicas adequadas à Região, uma vez que elas devem ser elaboradas não só pela sua conservação dos recursos naturais, como também pelo seu desenvolvimento da região e de suas populações, ou seja, pensando em uma forma de desenvolvimento sustentável. O programa Terceiro Ciclo e Zona Franca Verde são propostas de diferentes governos no Estado do Amazonas para o desenvolvimento da região. Tais propostas foram elaboradas levando em conta toda essa complexidade de fatores ambientais, econômicos e sociais, que são temas desta pesquisa.

O que pretendemos desenvolver insere-se no debate sobre o processo de desenvolvimento da Região Amazônica, no período da década de 1990 a 2008, tendo como referencial o município de Itacoatiara, localizado no Estado do Amazonas. Além

de ser a nossa cidade natal, o município dispõe de material que nos levou a escolha desta pesquisa, pois devido à existência de documentos estatísticos que proporcionam informações socioeconômicas e estudos sobre as políticas econômicas no município de Itacoatiara. Assim, o objetivo é analisar as políticas públicas para esse município no período indicado, de tal forma, que colabore para o desenvolvimento integrado de sua economia e da sociedade.

Ao olharmos para o passado e avaliarmos as diferentes experiências históricas relacionadas com o desenvolvimento da Amazônia e a construção de identidade como região, desde o início do período colonial até o presente, o que nos resta reconhecer é que permanecemos com a parcela mais desigual e mais atrasada do Brasil. Essa constatação nos leva a reconstruir toda uma sequência de processos que coincidem, de alguma forma, com projetos políticos de incorporações do espaço amazônico aos padrões do mundo ocidental moderno e da formação nacional brasileira. Esses projetos que, às vezes, são identificados como ciclos/zonas econômicos ou programas de ação política, contribuíram em alguma medida, para produzir esse subdesenvolvimento e essa posição subordinada em que se encontra essa região até os dias atuais.

Entre esses momentos, cabe enumerar, como os mais marcantes, iniciando com os projetos civilizatórios colocado em prática pelas missões religiosas, em particular, pelos jesuítas, em nome do projeto colonial português; o projeto ou ciclo pombalino, que pretendia sem possuir as condições históricas para tal desenvolvimento da Amazônia de tipo capitalista racional moderno, em um momento em que Portugal perdia claramente o bonde da história e se tornava uma nação de segunda linha.

Também podem ser enumerados vários ciclos relacionados com a produção e o comércio extrativista, mas é o chamado Ciclo da Borracha que vai assumir uma importância de dimensão mundial ao ser incorporado ao movimento de transformação

produzido pela expansão industrial. A ideia que fica a todos nós é que esses ciclos ou projetos não conseguiram, em virtude de suas próprias condições e características, romper com a situação de atraso regional que se tornou um dado estrutural.

Mesmo considerando os movimentos mais recentes da história, aí incluídos os ciclos da juta, aliás mais um exemplo de agroindústria atrasada até a experiência da Zona Franca de Manaus (ZFM), somos levados a acreditar que mesmo reconhecendo todo o impacto de modernização produzido pelas ações governamentais e empresariais desse modelo de industrialização que, a rigor, todas essas experiências somadas não conseguiram retirar a Amazônia de sua condição de região subdesenvolvida e raramente integrada aos padrões da vida moderna e aos índices de bem-estar mínimos.

Segundo Djalma Batista (2006) a Amazônia é a terra mais nova do planeta, recendendo ainda o cheiro embriagador da sua infância geológica, e é a menos conhecida das regiões da terra, nos paradoxos de sua natureza desnorteante, ante a qual ruem os postulados das ciências naturais. Em sua história, porém, já se escrevem capítulos extraordinários, tais como a Confederação Ameríndia e Ajuricaba, a Cabanagem, a Conquista do Acre e o Ciclo do Ouro Negro, o qual lhe ensejou, nos primórdios deste século, uma situação privilegiada e de destaque ante as demais regiões brasileiras.

Quanto às populações amazônicas, segundo Silva (2001, p.4-5),

[...] a Amazônia constitui-se em uma região complexa, com processos econômicos em curso de expressão mundial, compostas de áreas de populações urbanas, rurais e indígenas, de ocupação secular, milenar ou contemporânea e de reserva de proteção do meio ambiente de manejo tradicional e recente.

Na concepção de Oliveira (1987), a Amazônia é como um caldeirão composto por várias populações heterogêneas, como é o caso dos índios, que formaram

comunidades primitivas e estão há milênios na região; o caboclo que é o resultado da miscigenação entre europeus e índios, bem como as outras populações que vieram para cá com a colonização portuguesa, no Ciclo da Borracha e mais recentemente, no processo de criação da Zona Franca de Manaus e dos grandes projetos para a Amazônia.

Na avaliação de Oliveira (1998), a Zona Franca serviu como uma espécie de “*povoamento com interesse*”, pois ao mesmo tempo em que se implementava a infraestrutura da área comercial e da industrial, Manaus passou a receber populações do interior e de outros estados. Nesse caso e em outros grandes projetos para a Amazônia, o Governo Federal assumiu diretamente o processo de modernização, criando redes de integração espacial – rodovias, telecomunicações, hidrelétricas, ferrovia, superposição do Território Federal ao Estadual, subsídios ao fluxo de capital para a apropriação privada da terra e incentivos ao processo migratório para ocupar a área, e formar o mercado de mão de obra regional (BECKER, 1997).

A criação da Zona Franca de Manaus foi justificada pela Ditadura Militar com a necessidade de se ocupar uma região despovoada. Era necessário, portanto, dotar a região de “condições de meios de vida” e infraestrutura que atraíssem para ela a força de trabalho e o capital, nacional e estrangeiro, vistos como imprescindíveis para a dinamização das forças produtivas locais, objetivando instaurar, na região, condições de “rentabilidade econômica global”. De fato, sua criação e desenvolvimento sempre estiveram atrelados a circunstâncias político-econômicas locais, nacionais e mundiais.

Mundialmente, a Guerra Fria forçava a opção nacional entre conservar-se na área de influência norte-americana ou encaminhar-se para a soviética; além disso, avançava o processo de descentralização industrial, impulsionado pelas inovações nas comunicações e transportes, pela indústria eletrônica e pela organização dos

trabalhadores nos países industrializados. Nacionalmente, a resolução das tensões relativas ao aprofundamento da democracia burguesa e, no limite, ao socialismo, deu-se nos termos do Golpe de Estado de 1964 e da implantação da Ditadura Militar que conduziu a política econômica nacional de modo a privilegiar o capital estrangeiro no processo de apropriação e uso das forças produtivas do país.

Localmente, mantinha-se a estagnação econômica legada pelo fim do “Ciclo da Borracha” e apenas brevemente superada pelos *Acordos de Washington*, de 1942. É nesse contexto que a “Operação Amazônia”, de que a Zona Franca de Manaus é um capítulo, adquire sentido. Talvez, se possa vê-la como uma espécie de síntese desse quadro global, na medida em que ela que resolve, no plano nacional, o modo por meio do qual ocorreria a *regionalização do desenvolvimento capitalista*. Isto é, a Operação Amazônia compatibiliza o discurso nacionalista do militarismo com as reivindicações acerca do desenvolvimento Regional da Amazônia e com o processo de transnacionalização do capital.

Dessa forma, para atrair empresas e pessoas para uma área pouco desenvolvida e distante dos grandes centros populacionais e econômicos do Brasil, foram criados mecanismos fiscais. Além disso, era necessário provocar grandes mudanças institucionais, tais como: transformar a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPEVEA) em Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM); o Banco de Crédito da Amazônia (BCA) em Banco da Amazônia S/A (BASA), criou-se uma série de incrementos nos mecanismos de incentivos fiscais, regulamentados, em lei, em 1968. Por esses mecanismos, as empresas que desejassem investir na região poderiam obter isenção no Imposto de Renda de até 100% por 15 anos, além de outros benefícios específicos. Com isso, a estratégia do governo era de canalizar investimentos para projetos agrícolas, pecuários e industriais na região. O

pacote de medidas completou-se com a criação da SUFRAMA (Superintendência da Zona Franca de Manaus) incumbida de coordenar os investimentos industriais no “pólo industrial” de Manaus à custa de incentivos fiscais (COSTA, 1988).

A criação da Zona Franca de Manaus proporcionou a expansão das atividades comerciais, de serviços e de construção civil. O setor industrial começou a instalar as suas primeiras unidades produtivas e, quanto ao mercado de trabalho, a alta demanda por mão de obra provocou o aumento real dos salários, servindo de estímulo ao deslocamento de pessoas do interior e de outras regiões para Manaus (BENTES, 1988).

Dizendo de outra maneira, é inevitável afirmar que o que acumulamos historicamente foi uma sucessão, quando não de fracassos, de resultados medíocres ou discutíveis no sentido da construção de uma sociedade fundada em valores como o direito universal ao trabalho, cidadania, mercado que envolvesse a população como um todo, etc.

Nesse sentido, o presente estudo que se dedica a analisar o que é o Terceiro ciclo e o que é a Zona Franca Verde (ZFV), apresentado pelos governos Estadual como uma saída, alternativa para o impasse em que se encontra o modelo da Zona Franca de Manaus e todos os demais instrumentos de políticas públicas que foram acionados para dar sustentação a sua política industrial, fiscal e comercial.

São várias as questões que a pesquisa propõe e duas delas já justificariam por si o trabalho de investigação. A primeira delas possui o mérito de levantar uma discussão teórica que ficou até certo ponto meio esquecida, hoje adquire importância em especial diante de todos esses debates em torno dos rumos dos países, regiões, territórios, etc., face à globalização, mundialização, novos ordenamentos econômicos e políticos sob o influxo da onda neoliberal.

A questão dos ciclos/zonas, sua consistência ou debilidade, volta para a discussão, sobretudo, no que diz respeito aos sentidos das possíveis mudanças estruturais que estariam ocorrendo em escala mundial.

Diante disso, importa-nos empreender um esforço investigativo mais concentrado no estudo do conteúdo programático planejado para implementar o desenvolvimento no município de Itacoatiara, o “Terceiro Ciclo” e a “Zona Franca Verde”, visando elucidar, conhecer e interpretar suas diretrizes, objetivos, metas, recursos, enfim, a estratégia para alcançar o anunciado surto de desenvolvimento econômico do Estado que o remeteria na versão oficial a mais uma fase de prosperidade.

No que se refere ao município de Itacoatiara, objeto da análise deste estudo, este continua com uma economia enfraquecida. Na zona rural, a pecuária não se desenvolveu para manter a sua produção local, por isso, não é uma atividade geradora de muitos empregos; a agricultura e a pesca basicamente suprem as necessidades da população; entretanto, tais atividades permanecem empregando técnicas rudimentares e são pouco assistidas, financeiramente, e o extrativismo vegetal tem uma participação pequena na economia. O interiorano, além da falta de perspectivas futuras, sofre com a falta de infraestrutura (saneamento, saúde e educação) nas pequenas comunidades do município. Quanto à zona urbana, a economia ainda não encontrou atividades produtivas à altura das “drogas do sertão”.

A falta de perspectivas econômicas, culturais, esportivas e de outras opções tem produzido efeitos negativos para a comunidade itacoatiarense, pois o consumo de álcool é uma constante e a sociedade sofre com o aumento da prostituição e das “galeras” que causam tumultos e roubos. A hipótese levantada é a de que a ação planejada com vista

ao desenvolvimento sustentado de áreas do interior, com o apoio de políticas públicas, levará a geração de emprego e renda e à melhoria do nível de vida da população.

No entanto, observamos que as políticas de desenvolvimento governamentais tiveram como ápice o “pólo de crescimento” denominado Zona Franca Manaus (ZFM). Suas repercussões na Amazônia Ocidental foram muito intensas, atraindo a mão de obra regional e até extrarregional, com promessas de emprego em abundância e prosperidade regional. Porém, o modelo de industrialização implantado em Manaus e suas oscilações da economia nacional vem expondo fragilidades da Zona Franca, que se traduzem na forma de intensas oscilações na taxa de emprego e de desemprego, bem como na marginalização da população urbana. Mais grave ainda é o esvaziamento e regressão econômica dos municípios (interior) do Estado, condenando a população que ali permanece em uma economia de subsistência fraca.

Nesse contexto, surge a necessidade de se discutir as alternativas de desenvolvimento para Itacoatiara que sejam capazes de reverter o quadro hoje existente. É preciso, sobretudo, que tais alternativas promovam o desenvolvimento do município de uma forma mais homogênea, bem como gerem um processo autossustentado e endógeno.

É importante salientar que o modelo econômico desenhado para a Amazônia Ocidental não contemplava incentivos financeiros ao capital, mas tão somente incentivos tributários ao produto industrializado, embora eventualmente os empreendimentos aqui localizados pudessem também recorrer aos recursos financeiros do FINAM. Essa concepção mostrou-se, politicamente e economicamente, correta e tinha o objetivo de beneficiar apenas empreendimentos que chegassem a implantar-se, ou seja, apenas capacitariam a auferir os benefícios fiscais as empresas que efetivamente chegassem a produzir ou faturar bens e serviços.

A avaliação é, portanto, parte constitutiva do processo da política pública. Ou seja, ela se integra a esse processo como atividade permanente que acompanha todas as fases da política pública (Carvalho, 2003), fazendo com que o que foi idealizado possa ser adequadamente moldado à realidade encontrada na prática. Ela também não só deve ser encarada como correção de uma rota fixa, traçada durante a sua formulação, mas também como uma forma de “*policy learning*”, encarando o projeto não como formulado de forma ideal, e sim, como uma forma de experimentação social, na qual a realidade vai sendo conhecida no decorrer do próprio processo de implementação (Silva & Melo, 2000).

Portanto, neste trabalho procuramos identificar qual o papel que cumprem as cidades do interior no desenvolvimento sócio-espacial urbano da Amazônia, por meio do estudo da cidade de Itacoatiara, no Estado do Amazonas. Para isso, no desenvolvimento do presente estudo, trabalhou-se com as seguintes hipóteses:

- As políticas de desenvolvimento econômico implementadas na Amazônia foram definidoras do estágio em que se encontram as cidades do interior e do papel que cumprem no contexto regional;
- O dinamismo econômico apresentado por Itacoatiara e sua estruturação intraurbana não estão relacionados simplesmente ao patamar demográfico assumido por essa cidade nas últimas décadas, mas principalmente, a capacidade que ela possui de responder às demandas regionais, ou seja, do ponto de vista do desenvolvimento.

A opção de estudar o município de Itacoatiara deve-se ao fato de ela estar entre as principais cidades do Estado do Amazonas e por ela ser nossa cidade natal. Do ponto

de vista econômico, é a terceira cidade no ranking; referente à população, é a quinta cidade mais populosa do Estado e do ponto de vista político-administrativo, funciona como centro subregional e serve de referência para um conjunto significativo de municípios da região do Médio Amazonas.

Neste estudo, utilizou-se como fonte de evidências dados documentais, assegurando os três princípios como orientação da coleta de dados: multiplicidade de fontes, criação de banco de dados e cadeia de evidências. Esses princípios utilizados foram materializados por meio dos seguintes procedimentos: revisão bibliográfica sobre o tema proposto, buscando dialogar com outros estudantes, priorizando a política, economia e o desenvolvimento sustentável, levantamento de dados primários e secundários referentes aos indicadores socioeconômicos e demográficos que permitem identificar as transformações ocorridas no espaço urbano-regional e local, por meio de publicações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), estudos realizados pelo governo do Estado, Prefeitura Municipal de Itacoatiara e outras instituições públicas e privadas. O trabalho de campo no município de Itacoatiara consistiu em levantar material para a elaboração da pesquisa nos seguintes órgãos local do município como HERMASA, IDAM, SEMED e etc.

Para efeito de apresentação da pesquisa, dividiu-se este trabalho em três partes: no primeiro capítulo, abordou-se como a teoria político-econômica vem debatendo o tema de desenvolvimento sustentável e o papel dessas cidades no processo de desenvolvimento do Estado do Amazonas e as contribuições das políticas para o estágio atual em que se encontram essas cidades.

No segundo capítulo, foi abordado como as políticas desenvolvimentistas capacitaram a cidade por meio de projetos/programas ou ciclos/zonas, e qual o papel que cumpre como centro econômico, pela influência direta que tais ações governamentais provocaram para o desenvolvimento da cidade.

No terceiro capítulo, analisou-se a cidade de Itacoatiara quanto a sua importância como cidade econômica no Estado do Amazonas. Para isso, levantaram-se fatores determinantes, como a situação geográfica favorável e a produção de bens e serviços, para que esse município pudesse chegar ao estágio em que se encontra, além de se avaliar que papel ela cumpre hoje na mesorregião do Médio Amazonas.

Por fim, são apresentadas as conclusões da pesquisa, nas quais se busca estabelecer uma conexão entre as proposições de diversos autores do que sejam os tributos para considerar-se o porte médio de uma cidade e a capacidade destes de servir de base para o estudo da cidade de Itacoatiara, no Estado do Amazonas.

1.1 Itacoatiara: o centro da pesquisa

Em meados do século XVIII, na foz do rio Maturá, afluente do rio Madeira, foi fundado pelo jesuíta Frei João da Silva, o primeiro povoamento em território do atual município de Itacoatiara, entretanto, a aldeia foi atacada pelos índios Muras, obrigando seus habitantes a se retirarem para o rio Canumã. Novamente os Muras voltam a atacar, e dessa vez, os habitantes partem para o rio Abacaxi, afluente do Paraná Tupinambarana, onde teve início a aldeia de Abacaxis administrada pelos padres jesuítas. Essas disputas fizeram com que Itacoatiara mudasse de sede cinco vezes.

Em 1757, essa aldeia transfere-se para a margem esquerda do rio Amazonas, onde é hoje a cidade de Itacoatiara¹. O povoamento antes de completar um ano de estabelecido no sítio Itacoatiara, foi elevado à categoria de vila em 1º de janeiro, antes de ser chamado de Itacoatiara, o povoado foi batizado de Vila de Serpa, em 1759. O nome Serpa foi colocado em cumprimento do alvará de 14 de setembro, de 1758, que ordenava aos governantes que trocassem “as denominações indígenas das aldeias por nomes de vilas da terra luzitana²”.

A posição privilegiada do denominado sítio Itacoatiara, situado na “estrada real” dos sertões amazônicos, viera favorecer muito grandemente o progresso que de certo modo assaltara o lugarejo. Diferente das poucas povoações então, de “população reduzida, escassa e refeita, num ecúmeno enorme”, cujas terras viviam abandonadas e incultas, os espaços mantinham-se selvagens “numa primitividade chocante”, o novo conglomerado Itacoatiarense logrou rapidamente satisfatório desenvolvimento, este que devido a sua localidade.

Para Oliveira, J. A. (1995), a fixação de uma aldeia sempre na foz de um rio tributário ao principal possibilitava o controle da circulação dentro de um afluente. Como a situação do Maturá, Canumã e do Abacaxi era inexpressiva como área de observação da circulação do tráfego na bacia do Vale do Amazonas, não era interessante manter a posição dessa base de povoamento, pois ficava restrita ao perímetro do interior

¹ De acordo com Araújo e Amazonas (1984), a primeira transferência da vila ocorreu do rio Maturá, quando esta fora fundada pelos jesuítas. A segunda, do rio Canumã (provavelmente na foz) para o rio Abacaxi, todos afluentes da bacia do Madeira. A terceira, do Abacaxi para a margem direita do rio Madeira. E a quarta transferência do Madeira para a margem esquerda do Amazonas, posição onde se encontra hoje.

² Quando Mendonça Furtado chegou ao Grão-Pará, havia duas cidades (Belém e São Luís) e quatro vilas (Mocha e Tapuitapera no Maranhão, Vigia e Cameté no Pará), além de um grande número de aldeias. No fim do seu governo, ele havia convertido quarenta aldeias em vilas e vinte e três em lugares, além de criar quatro vilas a mais em Macapá, rio Negro, rio Javari e rio Madeira (Borba 1756, Serpa 1759). Mendonça Furtado, 1963, 3º tomo: 1.201, 1.202 e 1.227 *apud* OLIVEIRA, A. E. 1988, p. 84.

da Bacia do Madeira, que era bem menos dinâmico, e não do rio principal. Para a Coroa, a transferência desse povoado era importante, sobretudo pela possibilidade de arrecadação de impostos que o novo entreposto deveria reter. Essa forma do governo português orientar estrategicamente os pontos de situação do povoamento na Região do Amazonas, ainda para Oliveira 1995, pg. 8-9.:

A localização dos povoados e vilas demonstra a primeira estratégia de Portugal em ocupar e conquistar a região. [...] Embutida na estratégia de defesa estava uma questão econômica motivada pelo mercantilismo português que colocava a Amazônia como alternativa para a reconstrução de seu império asiático, perdido para outras nações européias.

A localidade, à margem esquerda do rio Amazonas o maior rio do mundo, num local amplo, saudável e plano, isento dos ataques a que estava sujeita anteriormente por parte da sanguinária fúria dos selvagens Muras; livre das doenças causadoras de verdadeiros morticínios doava a seus moradores a calma necessária ao progresso, a possibilidade de fazerem prosperar a agricultura e demais outras ocupações que iniciaram de pronto. A análise acima exposta mostra como evidência de posicionar o povoamento em locais específicos que viabilizassem a ocupação e, ao mesmo tempo, facilitassem a retenção tributária. Outro aspecto que devemos considerar, especialmente para a transferência da Vila de Serpa, era a pressão guerreira implacável a que eram submetidos os aldeados do rio Madeira pelas várias etnias da região, para os quais a resistência indígena era algo insustentável, e a possibilidade de fuga para um outro lugar em vista do estabelecimento de um novo povoado era só uma questão de tempo, pois a persistência dos ataques causava despovoamento e, conseqüentemente, boa parte do restante do colonos fragilizados pressentia que era inadmissível a permanência nessa região.

O Médio Amazonas, especialmente o perímetro da confluência dos rios Madeira/Amazonas, sempre foi visto como um ponto excepcional para a execução da política de ocupação e domínio português. A estratégia da geopolítica lusitana na Amazônia pretendia consolidar suas possessões pela organização da vida social em cada ponto estratégico que julgasse importante fortalecer, tendo em vista edificar construções públicas que resguardassem seus objetivos quanto à colonização.

De acordo com Ramos (1930), Braga (1979), Peret (1985), Silva (1985), Mello (1986), Souza (1988) e Maw (1989), a denominação do “Sítio Itacoatiara” está diretamente ligada às inscrições e figuras rupestres (careta “pai e filho”) gravadas nas pedras que ornaram o porto do Juary, de provável origem indígena, e o termo Itacoatiara, segundo os autores, significa: pedra polida, riscada, grafada, pintada, esculpida ou gulosa (devido à força exercida pela correnteza sobre as rochas que margeiam o porto, causando redemoinhos que arrastam banhistas e pequenas embarcações fazendo-os desaparecer). Portanto, os autores citados nos autorizam a dizer que já existia um assentamento humano no “Sítio” bem anterior à transferência do Madeira para o atual lugar. Assim, consideramos que a “Pedra” sobre a qual consta gravuras (“Cruz e Altar” 1754) que ora se encontra em exposição pública na Praça da Matriz é a que denomina o nome da cidade.



Figura 01: A pedra que representa símbolo e origem de Itacoatiara.
Foto: Alho, 2008.

O lugar denominado “Sítio³ Itacoatiara” já era ponto de apoio para o fluxo fluvial desde o início da colonização da Amazônia, pois era considerado parada obrigatória para boa parte dos sertanistas, aventureiros, missionários religiosos e autoridades portuguesas que subiam e desciam o Amazonas. Em 1852, houve uma tentativa para elevar à freguesia a vila, com o nome de Serpa que não se realizou. Somente após decorrer do longo tempo, reivindicou o velho predicamento por lei nº 74 de 10 de dezembro de 1857, sendo reinstalada por Salustiano de Oliveira, presidente da câmara municipal de silves em 24 de junho de 1858, quando já havia completado um século da primeira instalação. Outra vez erigida à vila, recebeu o nome de vila de Nossa Senhora do Rosário de Serpa. O termo jurídico de Serpa foi criado pelo Decreto Imperial nº 5.146, de 27 de novembro de 1871, ficando, entretanto, reunido ao de Silves pelo decreto nº 5.210 de 1º de fevereiro de 1872. Nesse ano, em sessão de 3 de abril, o

³ De acordo com Mello (1986), as etnias predominantes no “sítio” eram: Mundurucu, Torá, Iruri, Curuaxiá, Juri, Aponariá, Juma, Urupá, Anicoré, Abacaxi e Mura.

deputado Delfim Flávio Portugal, apresentou à Assembléia Legislativa um projeto criando a câmara de Itacoatiara e pretendendo restabelecer o seu primeiro nome, mas o deputado Padre Pedro Marques de Oliveira, fez cair o projeto na parte referente ao nome Itacoatiara. A vila de Serpa foi elevada à categoria de cidade com o nome de Itacoatiara com o deputado Damaso de Souza Barriga, que convertido em lei de nº 283 de 25 de abril de 1874. Depois de Manaus e Tefé (Egas), foi a primeira cidade do Amazonas a ter essa categoria.

Entretanto, do ponto de vista da espacialização, a Vila de Serpa era um exemplar da produção externa a ela, e sua fisionomia constituía-se, a partir das condições da sua espacialidade, ou seja, representava um pequeno ponto no Médio Amazonas, cuja funcionalidade era servir de entreposto e estocagem de produtos extrativistas e agrícolas. Sua utilidade tornava-se múltipla ao se tornar também porto privilegiado, onde era possível observar e assegurar o controle tributário e administrativo dessa porção do território. Essa função portuária adquiria importância à porção que as atividades de coleta de drogas iam se intensificando.

Serpa aproveitava a valorização de sua região circundante, primeiro porque tinha supremacia nas trocas, que se faziam, sobretudo por via fluvial, e depois porque era o único entreposto para o abastecimento ou intercâmbio nessa área, em relação aos demais centros. Nesse momento, começa a esboçar-se o papel que ela desempenhará em toda sua história: o de porto de importação de produtos que é incapaz de produzir, mas que dele necessita, seja para a própria população ou para a população circunvizinha, por isso, um porto muito ativo é a base de sua importância regional.

Portanto, a análise de estudo é o município de Itacoatiara, localizado à margem esquerda do rio Amazonas em uma área de 8.680 km² e a uma distância de Manaus de 175 km em linha reta ou de 266 Km por estrada⁴ pavimentada e 180 milhas marítimas via fluvial. Situa-se a 3° 8'54" de latitude sul e a 58° 25'00" de longitude a oeste de Greenwich. Seu clima é tropical, chuvoso e úmido, sendo que sua vegetação está distribuída em áreas de várzea e terra firme. O município é constituído pelos distritos de Itacoatiara e Amajari, a sede está a 18 m de altitude do nível do mar. (SEBRAE, 1998)

O município de Itacoatiara limita-se com os seguintes municípios: ao Norte Itapiranga e Silves, a Leste Urucurituba e Boa Vista do Ramos, ao Sul Maués, Nova Olinda do Norte e Autazes e a Oeste Careiro, Manaus e Rio Preto da Eva. Atualmente, Itacoatiara é a terceira cidade no ranking econômico e a quinta cidade mais populosa do Estado do Amazonas, figurando na sua mesorregião como um importante centro subregional. Essa posição de relevância na hierarquia urbana teve nos aspectos econômicos e políticos os principais antecedentes que, por sua vez, consolidaram o papel que essa cidade representa no contexto regional, como podemos observar na exposição da sua geografia histórica.

Quanto ao aspecto econômico de Itacoatiara, segundo o Diagnóstico do Setor Industrial de Serviço do município, SEBRAE (1998), a produção agrícola era a atividade de maior peso no setor primário, representada principalmente pelas plantações de culturas temporárias como: laranja, limão, pupunha, cupuaçu, guaraná, banana, abacaxi, maracujá, mandioca, milho, feijão e etc. Ainda segundo o diagnóstico, o setor secundário apresenta-se como um dos maiores do interior do Estado. Em Itacoatiara, encontram-se indústrias Madeireiras, Moveleiras, Vestuários, Avicultura, Olaria, Gráfica, Naval, Vassouras, Metalúrgica, Joalheria, Alimentação e o mais novo

⁴ Itacoatiara está ligada à capital Manaus pela estrada AM – 010, a uma distância de 266 km.

empreendimento de Agronegócios da Hermasa. No setor terciário, o comércio e os serviços públicos são atividades que mais empregam na cidade, principalmente, o serviço público onde é comum as repartições terem funcionários acima do necessário. Cabe ressaltar que o município tem o Festival da Canção de Itacoatiara (Fecani)⁵, que também tem sua importância econômica, porém limitado a alguns dias do mês de setembro. No entanto, é possível perceber que há um grande descaso com a população do município com relação ao espaço onde é realizado o FECANI, observamos que o Centro de Convenções⁶ não tem utilidade nenhuma para outros movimentos culturais que possam minimizar o completo abandono desse local. A população de Itacoatiara contava com várias outras manifestações culturais que eram realizados durante o ano todo, porém, com a nova frente política, isso não foi mais possível de ser realizado durante o ano, ficando assim, no único espaço, no único tempo a realização de todos os eventos culturais, os eventos são Festival Folclórico; Festival da Canção de Itacoatiara (FECANI); Concurso de Poesia Falada de Itacoatiara (COMPOFAI); Salão de Artes Plásticas de Itacoatiara (ITA-ARTE); Mostra de Artes Cênicas de Itacoatiara (MOSTRARTI); Festival de Teatro Amador de Itacoatiara (FETAMI); Mostra de Doces Caseiros de Itacoatiara (MOCAITA); Salão de Artes de Palhas Regional de Itacoatiara (ITA-PALHA). Para o desenvolvimento das atividades culturais o município conta com a casa da cultura, ligada à secretaria Municipal de educação, onde funciona a biblioteca municipal, com acervo de mais de 4.000 obras as mais diversas, também vale a pena ressaltar que essas obras hoje se encontram todas ultrapassadas, gerando grandes dificuldades para o desenvolvimento dos estudantes/alunos das escolas e Universidades.

⁵ Conforme análise da pesquisa no município de Itacoatiara/AM, o Festival Canção de Itacoatiara (FECANI), é realizado anualmente desde 1985, Cf. Gama, dissertação de Mestrado do Programa de Pós Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia. UFAM, 2009 – 245 pg.

⁶ Local de realização do Festival da Canção de Itacoatiara

Itacoatiara no que se refere à população, esta apresenta um grande crescimento desordenado desde a década de 90, como podemos observar (Quadro 01) abaixo, esse possível fato de crescimento populacional deve-se às implantações das madeiras que tinham uma grande importância na economia do município. Em 1991, observamos que as estatísticas apontam a predominância da população urbana com uma porcentagem maior que a população da Zona Rural, esse crescimento vem aumentando cada vez mais, de acordo com os dados do IBGE.

POPULAÇÃO			
ANO	URBANA	RURAL	TOTAL
1991	37.384	21.712	59.096
2000	55.246	20.395	75.641
2007	55.404	29.272	84.676

Quadro 01 – Distribuição espacial da população residente na área Urbana e Rural.
Fonte: IBGE, 2007.

Portanto, pelo histórico traçado, observa-se que a condição da cidade de Itacoatiara foi construída ao longo de sua história, que no início foi a base da futura expansão territorial portuguesa na Região, servindo como entreposto comercial durante o período colonial e de suporte importante nas atividades de caráter econômico no período de prosperidade da borracha, tendo seu revigoramento emergido com a introdução do cultivo da juta. Durante um período expressivo da história econômica do Estado do Amazonas, foi o seu *hinterland*⁷ o responsável pela geração de riquezas, a conta, principalmente, da extração de borracha, madeira e especiarias. Com o advento da Zona Franca de Manaus, a capital amazonense tornou-se importante pólo de

⁷ Em vista do movimento do comércio em 1872, foi criada pelo governo imperial uma Alfândega em Itacoatiara, sendo extinta anos depois. O porto de Itacoatiara era um dos mais movimentados da Região Amazônica, vindos da Europa e dos Estados Unidos, navios exclusivamente ao seu porto, trazendo mercadorias e levando produtos da região, como: cacau, castanha, maçanduba, sorva, andiroba, borracha, balata, cumaru, essência de pau-rosa, madeiras, couros, peles, guaraná, mel de abelha, óleo de copaíba, tabaco, juta, pirarucu, castanha de caju, puxuri e etc.

crescimento econômico, mediante a instalação de grandes indústrias. Tal fato desencadeou um grande êxodo rural, esvaziando quase por completo o interior. Hoje, Manaus e seu moderno parque industrial não conseguem mais absorver o fluxo migratório, devido às sucessivas crises econômicas vividas pelo País e também pela tecnologia poupadora de mão de obra utilizadas pelas indústrias.

A grande maioria dos municípios amazonenses tem sua economia baseada quase que exclusivamente na exploração das atividades primária e são ainda muito dependentes dos governos Estadual e Federal no que tange às ações voltadas ao seu desenvolvimento e aporte de receitas. O município de Itacoatiara conta com serviços rodoviários, fluviais e em épocas ou oportunidades especiais há uma pista de pouso com capacidade para pequenas aeronaves. Com a política desenvolvimentista do Terceiro Ciclo adotado, a partir de 1995, no governo de Amazonino Mendes, em 1997 Itacoatiara passou a contar com um complexo de armazenagem de grãos, recém-construído pelo governo do Estado, tendo como parceiro, nessa empreitada, o grupo empresarial HERMASA.

Tais fatores foram fundamentais para a intensificação do ritmo das transformações processadas, gerando mudanças no traçado e na visibilidade da cidade de Itacoatiara. Além desses acontecimentos, destacam-se ainda outros também de âmbito regional, que continuaram a propiciar significativas alterações no desenvolvimento da cidade e na forma espacial, especialmente após a disseminação das Políticas de Desenvolvimento, como observaremos nos capítulos a seguir.

1.2. A Estratégia Metodológica da Pesquisa

Em um primeiro momento fez-se um levantamento bibliográfico (livros, revistas, artigos e publicações afins) para estudar os principais problemas da economia e da sociedade itacoatiarense, tendo como objeto central da pesquisa as propostas socioeconômicas e políticas de desenvolvimento.

A pesquisa relacionada à política econômica de desenvolvimento permite, tendo por base teórica interpretativa um sistema adaptativo complexo, que seja construída uma análise continuada e retroalimentada, a qual configura novas relações de ordem quantitativa e de intensidade entre as partes. A primeira questão é a delimitação espacial. Por mais que o espaço não seja estabelecido na prática tão somente por uma linha imaginária, as relações regionais, nacionais e internacionais se intensificam a partir de uma estrutura local. A questão espacial delimita também os recursos ambientais e o espaço de inter-relação da sociedade, sob sua estrutura política, econômica, cultural e social, bem como seus limitantes econômicos de desenvolvimento.

Definidos o espaço e a base cultural, devem-se compreender as questões políticas, econômicas, sociais e ambientais. A econômica é avaliada pelas atividades presentes na região e pela demanda do potencial existente no local e, eventualmente, fora dele. A obtenção de informações sobre a demanda permite que avaliem atividades potenciais e vinculadas com a sua base cultural e limitações regionais. Estreitamente vinculada com a questão econômica e cultural, delimitada pelo espaço, a condição humana é um elemento determinante das diretrizes para um desenvolvimento. Saúde, renda, educação, habitação, alimentação e sustentação jurídica são elementos base da formação do cidadão ou agente envolvido no processo de desenvolvimento.

Portanto, as análises desenvolvidas nesse estudo acerca do plano de governo do Amazonas chamado de “Terceiro Ciclo” e o programa “Zona Franca Verde”, foi investigá-lo enquanto planejamento, além de buscar compreendê-lo, a partir de sua ótica política e de sua significação econômica. Mais do que isso, o fenômeno estudado tem uma forte natureza qualitativa, além da natureza quantitativa relacionada aos números da produção. Isso porque, envolve a percepção das pessoas em relação a uma política de governo que tem como objetivo melhorar a qualidade de vida da população interiorana, nesse caso, estamos nos referindo ao município de Itacoatiara, que tem como base para a nossa pesquisa e análise de desenvolvimento pelas propostas de governos citados anteriormente. Dessa forma, o estudo foi iniciado por meio de uma pesquisa documental e bibliográfica sobre a análise de desenvolvimento na Amazônia e, mais especificamente, no Estado do Amazonas, sobre políticas públicas para o desenvolvimento da Região Amazônica e, finalmente, sobre os programas de desenvolvimento Terceiro Ciclo e o Zona Franca Verde.

As pesquisas documentais e bibliográficas foram utilizadas para que se pudessem conhecer melhor o contexto ambiental, social e político do programa Terceiro Ciclo e Zona Franca Verde, obtendo-se, assim, informações sobre as propostas e estratégias de ação, pensadas e utilizadas historicamente em políticas públicas, voltadas para o desenvolvimento da região e, mais especificamente no município de Itacoatiara, sobre a proposta do Terceiro Ciclo e sua adequação à realidade da região.

Após delimitar o local, a coleta de informações secundárias (base quantitativa e qualitativa) ocorrem, principalmente, pela fonte de microdados do IBGE, em base estatística própria do município. As informações são de natureza diversas, englobando aspectos relacionados à economia, política, cultura, sociologia, demografia e ambiente, delimitados para o espaço determinado. As quantitativas são *praxys* que representam

cada uma das dimensões do desenvolvimento. Usualmente, os dados podem ser de anos-base diferentes, mantendo sempre a última atualização.

Após a pesquisa documental e bibliográfica, foram coletados dados junto ao município de Itacoatiara nos órgãos representantes como IDAM, Prefeitura Municipal de Itacoatiara, SEDUC, HERMASA e em Manaus nos órgãos competentes a serviço do Estado como, SEPROR, SEPLAN, SEBRAE, SUFRAMA, e etc. Cabe ressaltar que no município de Itacoatiara não tivemos muito êxito em nossa coleta de dados devido ao péssimo atendimento das pessoas que nos atendiam e pela falta de material em arquivo. Em se tratando dos resultados obtidos, pouco foi utilizado na pesquisa, devido à falta de atualização. Esses dados levantados referiram-se ao que estava sendo feito pelos programas Terceiro Ciclo e ao Zona Franca Verde e como as estratégias propostas estavam sendo implementadas no campo, e quais as dificuldades encontradas para essa implementação. Nesse aspecto, a pesquisa organiza-se em três capítulos:

O primeiro capítulo corresponde à discussão sobre o modelo de Desenvolvimento e Subdesenvolvimento vigente e suas características de atuação ao longo dos anos, destacando-se as análises de Ianni (1995); Boff (1995); Morin (2000), entre outros. Será conferida com ênfase nas concepções dos trabalhos desse campo temático (Rangel, Cano, Furtado, Oliveira, entre outros), orientados por essa segunda posição metodológica, nunca buscaram teorias abstratas do desenvolvimento regional e urbano. Em seguida, apresenta-se as principais elaborações teóricas sobre a noção de desenvolvimento sustentável, como proposta de substituição do modelo capitalista vigente. Dá-se especial atenção às argumentações sobre a Amazônia e a necessidade de explorá-la segundo o modelo sustentável, através dos programas de Desenvolvimento “III Ciclo” e ZFV.

No segundo capítulo, busca-se desvendar o modo como se constituem as políticas públicas no município de Itacoatiara e os limites entre os quais operam, conforme as distintas teorias do Estado. No terceiro capítulo, será examinado o processo de renda per capita e os fatores nos setores primário, secundário e terciário do município de Itacoatiara para entendermos como o município se destaca perante os demais do Estado do Amazonas.

Após compreender os vetores e as correlações existentes, deve-se fazer a confirmação prática dos resultados teóricos alcançados. A amostra deve ser probabilística e sistemática, com a finalidade de ser estatisticamente válida a esse perfil, pode ser identificado pela posição ocupado no *Ranking* do Estado do Amazonas pelo município de Itacoatiara com relação aos demais da região. Em síntese, esses são os elementos que constituem o presente trabalho, o qual se considera um primeiro exercício de outros que desejarem realizar-se, tendo o mesmo propósito ao entrar no universo das questões que são postas à Amazônia contemporânea.

2. SOBRE A NOÇÃO DE DESENVOLVIMENTO

O crescimento econômico é um ingrediente importante de desenvolvimento, mas não o único, ainda mais quando se deseja que o desenvolvimento seja sustentável. No entanto, muitas das nações que prosperam nos últimos séculos não conseguiram conservar seu patrimônio natural. E muitos povos que encontraram meios mais sustentáveis de utilizar seus recursos estão bem distantes do que se entende atualmente por desenvolvimento. Pode até haver uma ou outra exceção, mas são casos raros e isolados.

Nesse caso, é cada vez mais fácil apontar a insustentabilidade dos atuais padrões de crescimento, mas a facilidade desaparece por completo, quando se tenta definir os caminhos que levarão a um desenvolvimento mais sustentável. Desde o final dos anos de 1980, quando os problemas ambientais globais tornaram-se mais graves e evidentes, a noção de desenvolvimento sustentável espalhou-se por vários países, tornando-se um dos mais imprescindíveis ideais da sociedade moderna. O adjetivo “sustentável” foi rapidamente adotado por vários setores da economia, como o turismo, a agricultura, o transporte. E até mesmo a ecologia – ciência que estuda a relação entre os seres vivos – popularizou-se como se fosse um qualificativo para diferenciar os produtos bem intencionados em relação ao ambiente.

Mas, apesar do crescente interesse, a noção de desenvolvimento sustentável permanece obscura e pouco se sabe sobre o seu significado prático. Prova disso, é a incipiência dos índices e indicadores para monitorar os avanços nessa direção. Aqui falamos de um sistema bem conhecido – como o Índice de Desenvolvimento Humano – para acompanhar o desenvolvimento de um município ou de uma nação, mas não há um índice consagrado que ajude a entender a sustentabilidade ambiental de um território ou de um ecossistema.

Em meio às incertezas, o debate sobre desenvolvimento sustentável abriga visões antagônicas quanto à capacidade das sociedades modernas de atingir esse ideal. De um lado, os otimistas, que encaram o desenvolvimento como uma consequência natural do crescimento econômico, confiam na capacidade tecnológica do industrialismo de superar os limites naturais e acreditam que o crescimento se encarregará de gerar os recursos necessários para cuidar bem do ambiente. Do lado oposto, encontramos os pessimistas, para os quais as mudanças estruturais e

institucionais são tão amplas e complexas que, praticamente, inviabilizam o ideal de um desenvolvimento mais sustentável.

Portanto, as dúvidas em torno do desenvolvimento sustentável não diminuem a importância desse debate. Ao contrário, o crescente interesse por essa discussão evidencia-se a preocupação de diferentes segmentos da sociedade em relação à capacidade da natureza de suportar os padrões atuais de crescimento econômico. Por outro lado, evidencia-se, também, a necessidade de incorporar a conservação ambiental à noção de desenvolvimento. Nesse sentido, o desenvolvimento sustentável é um dos principais valores surgidos no final do século passado e, talvez, a principal utopia do século XXI.

As discussões referentes à crise ambiental, que apontam os riscos ecológicos e o avanço da desigualdade e da pobreza observada em nossa sociedade, têm levado ao questionamento do modelo atual de desenvolvimento.

A situação de miséria vivida por parcela considerável da humanidade e a estagnação econômica de vastas regiões da periferia do capitalismo têm tornado cada vez mais premente a retomada da questão do desenvolvimento. A discussão acerca desse tema perdeu terreno nas últimas décadas. Esse recuo vincula-se ao avanço do neoliberalismo, à abertura das economias nacionais, à crise da dívida externa dos países subdesenvolvidos, à busca da competitividade a todo custo e ao fracasso de vários projetos de desenvolvimento em países subdesenvolvidos. O caso do Brasil é ilustrativo. A partir da década de 1980, a questão do desenvolvimento, que tinha ocupado um lugar central no debate econômico desde o período Vargas, perdeu espaço ante os problemas da crescente inflação e da crise fiscal do Estado, que passaram a galvanizar as atenções da mídia, da academia e da política. O avanço da ideologia neoliberal em escala mundial, que acabou atingindo o Brasil, também corroborou, e muito, para essa

reversão de prioridades. Preocupar-se com o problema do desenvolvimento, até pouco tempo atrás, significava contrapor-se aos temas hegemônicos. Embora as questões relativas à estabilidade, à desregulamentação das economias nacionais etc. continuem ocupando um enorme espaço nos debates, a problemática do desenvolvimento, em virtude da severa crise social e econômica, vem novamente ganhando importância, não apenas no Brasil.

Evidentemente, não é possível levar a sério a ideia de que a notável ausência de importantes melhoramentos técnicos teria sido uma das causas do lento ritmo de progresso, ou mesmo da “falta de progresso”, antes do início do século XVIII, como até mesmo o próprio Keynes pensava. Avanços agrícolas de dez milênios – e particularmente as transformações pós-renascentista da agropecuária europeia – fazem parte de uma única dinâmica que só foi essencialmente alterada na segunda metade do século XIX. Mesmo que vagaroso, foi imenso o progresso baseado em atividades primárias e artesanais. Não somente o crescimento é um fenômeno muito mais antigo do que se imagina, como também sua versão moderna é mais nova do que parece.

Então, por que algumas sociedades tiveram tanto sucesso e conseguiram crescer tanto, enquanto outras continuam pobres e a maioria simplesmente fracassou e desapareceu?

2.1 O Modelo de Desenvolvimento Capitalista e Sustentável

As teorias da Modernização tentaram explicar, através das etapas de desenvolvimento, que alguns países como Estados Unidos e parte da Europa haviam passado por estágios semelhantes de desenvolvimento econômico. Portanto, essas teorias evolutivas revelaram uma ideia romântica de que todos os países passariam por

estágios de desenvolvimento semelhantes, entretanto, os países pobres não se enquadram satisfatoriamente nesses estágios. Dentre as teorias da Modernização, destaca-se a de Rostow (1959) sobre as cinco etapas do desenvolvimento econômico:

1. Segundo Rostow (1959) a primeira etapa refere-se à sociedade tradicional;
2. Na segunda etapa, são criadas as pré-condições para o arranco com aumento da acumulação de capital, crescimento demográfico, qualificação da mão de obra e formação de uma consciência empreendedora;
3. O período crucial é o *take off* onde deve ocorrer a ampliação dos investimentos em novos seguimentos industriais e emerge uma estrutura política, social e institucional;
4. Na quarta fase, surge a marcha para a maturidade, onde passa acontecer a difusão tecnológica dos setores líderes para os demais setores;
5. E por fim, o consumo de massa; nessa etapa, a sociedade passa concluir produtos com tecnologia avançada e são fornecidos à sociedade e o bem-estar.

Para Veiga (2006), também há quem trate o desenvolvimento como se não passasse de ilusão, crença, mito ou manipulação ideológica. No Brasil, essa tese foi bem difundida pela publicação de uma coletânea de artigo do economista e sociólogo italiano Giovanni Arrighi (2007), a questão central para ele é saber se seria possível algum tipo de mobilidade ascendente na rígida hierarquia da economia capitalista mundial, formado por um pequeno núcleo orgânico de países centrais, uma extensa periferia contendo países mais pobres e uma semiperiferia composta pelas nações que muitos

consideram “emergentes”. Nesse caso, não é difícil mostrar que são irrisórias as chances de transposição dos dois “golfos” que separam a pobreza dos periféricos da riqueza modesta dos semiperiféricos, e essa da riqueza oligárquica dos Estados do núcleo orgânico. Ou seja, embora alguma mobilidade seja possível, é altamente improvável que o núcleo orgânico absorva muito desses países da semiperiferia.

A CEPAL⁸ também abordou algumas questões importantes como as diferenças entre o desenvolvimento desigual da periferia (desenvolvimento desequilibrado) e do desenvolvimento econômico mais equilibrado, passando por etapas que lhes garantiram fortalecimento mais equânime, nas diversas atividades do setor primário, secundário e terciário. A mão de obra ganhou com o aumento da produtividade, pois, parte da renda gerada lhes proporcionou melhorias sociais. Cresceu a poupança e o seu consequente uso para acumulação. A tecnologia foi difundida tornando as atividades dentro dos setores econômicos mais homogêneas, com a produção mais diversificada. Ao contrário das economias centrais, as periféricas possuíam baixa renda per capita, portanto, pouca poupança e pequena acumulação. As atividades que mais acumulavam eram segmentos econômicos ligados ao comércio exterior, principalmente de produtos primários. Assim, a periferia desenvolveu-se de forma desigual, com características específicas e extremamente dependentes (FURTADO, 1967).

No entanto, para Furtado (1974), a ideia de desenvolvimento econômico é um simples mito. Graças a essa ideia, diz ele, tem sido possível desviar as atenções da tarefa básica de identificação das necessidades fundamentais da coletividade e das possibilidades que abrem ao homem o avanço da ciência, para concentrá-las em objetivos abstratos, como são os investimentos, as exportações e o crescimento econômico. Como negar que essa ideia tenha sido de grande utilidade para mobilizar os

⁸ Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe

povos da periferia e levá-los a aceitar enormes sacrifícios? Ou para legitimar a destruição de formas de culturas arcaicas? Ou, ainda, para explicar e fazer compreender a necessidade de destruir o meio físico e justificar formas de dependência que reforçam o caráter predatório do sistema produtivo?

Na segunda metade do séc. XX, as principais influências externas na discussão sobre o desenvolvimento vieram de Myrdal, Nurkse e Hirschman.

O círculo vicioso da pobreza [...] implica, naturalmente, uma constelação circular de forças que tendem a agir e reagir de forma a manter um país pobre em estado de pobreza [...]. Por exemplo, um homem pobre pode não ter o suficiente para comer; sendo subnutrido, sua saúde pode ser fraca; sendo fisicamente fraco, sua capacidade de trabalho pode ser baixa, o que significa que ele é pobre, ou que, por sua vez, significa que não terá o suficiente para comer; assim por diante.

(Nurkse apud Oser, 1983, p. 33)

Para Myrdal (1972), são três os principais problemas dos países pobres: primeiramente, existe um distanciamento tecnológico e de acumulação de capital, entre os países pobres e ricos. Em segundo plano, ocorre a inadequação da teoria econômica tradicional à realidade dos países pobres. E por fim, é necessário a maior participação dos governos dos países pobres na promoção do desenvolvimento. Dentro da teoria do desenvolvimento, Myrdal também estudou “*os efeitos propulsores e regressivos*” para mostrar que essa relação entre os países pobres e ricos pode gerar efeitos estimulantes para o desenvolvimento dos países pobres, assim como pode tornar esses países dependentes economicamente. Para ele, os próprios países pobres, internamente, em

decorrência da concentração de renda e dos desequilíbrios econômicos entre suas regiões, podem também sofrer esses efeitos.

No entanto, Hirschman (1977) fez grande crítica ao conceito de desenvolvimento equilibrado, pois países subdesenvolvidos não possuíam capital suficiente, mão de obra qualificada e tecnologia para um processo de desenvolvimento equilibrado. Dessa forma, ao verificar essas desigualdades existentes, passou a justificar o conceito de desenvolvimento desequilibrado e a propor a participação do governo no sentido de atuar sobre o desnível socioeconômico de suas regiões.

Na análise de Boff (1995), prevalece em nossa sociedade o paradigma moderno, pautado na ideia de progresso, propriedade e crescimento ilimitado de bens materiais e de serviços, sendo que para atingir tais objetivos, utilizam-se a exploração e a potenciação de forças e energias da natureza e das pessoas.

Segundo o autor, há algum tempo, as sociedades são reféns do mito do progresso e do crescimento ininterrupto e ilimitado, responsável pela crença na superioridade do homem, tendo esses fundamentos em tempos remotos, desde os filósofos clássicos como Sócrates, Platão e Aristóteles e outros como Galileu, René Descarte, Francis Bacon, Isaac Newton e etc., onde a ideia de subjugação e dominação da natureza foi sendo esboçada, consolidando-se a ideia de que o ser humano está sobre as coisas e de que tem poderes para dispor sobre o destino que o cerca.

O autor afirma que, “criou-se o mito do ser humano, herói desbravador, Prometeu indomável, com o faroanismo de suas obras. Numa palavra, o ser humano está sobre as coisas para fazer delas condições e instrumentos da felicidade e do progresso humano” (1995, p. 25).

Ao discorrer sobre as Teorias da Globalização, Octavio Ianni (1995) mostra que a modernização é algo marcado predominantemente pela racionalidade do capitalismo,

enquanto racionalidade pragmática, sendo possível percebê-la, a partir do momento em que a civilização ocidental passou a predominar em todos os cantos do mundo, ou seja, quando as mais diversas formas de sociedade passaram a ser influenciadas pelos padrões e valores sócio-culturais característicos do ocidente.

Sob essa ótica, pode-se dizer que a modernização do mundo implica a difusão e sedimentação dos padrões e valores sócio-culturais predominantes na Europa Ocidental e nos Estados Unidos. Desse modo, a tese da modernização do mundo leva consigo a tese de sua ocidentalização, ou seja, leva os padrões, valores e instituições predominantes nas referidas localidades, tidos como modelo para as demais sociedades. Isso ocorre como consequências da ideia de que o desenvolvimento do capitalismo é um processo civilizatório superior.

Isso implica dizer que a teoria da modernização do mundo caminha na esteira da globalização do capitalismo. Na época da globalização, mundializam-se as instituições mais sedimentadas das sociedades capitalistas dominantes, ocorrendo nesse processo, o que Ianni (1995) denomina de desterritorialização, ou seja, na medida em que se desenvolvem e generalizam os processos envolvidos na modernização, acabam ultrapassando ou dissolvendo fronteiras, sejam elas locais, nacionais, regionais, continentais; ultrapassam ou dissolvem até mesmo as barreiras culturais, linguísticas, religiosas ou civilizatória.

Esse processo de desterritorialização se dá, em geral, traduzidas em técnicas sociais de produção e controle, assim,

Muito do que se faz e pensa no mundo passa a pautar-se pelo que é, parece ou pode ser moderno. E o que parece ou pode ser moderno, modernizado, modernizável ou modernizante traduz-se necessariamente em prático, pragmático, técnico, instrumental (IANNI, 1995, p. 81).

É possível afirmar, à luz das observações do autor, que sob o ideário da modernização universal está presente a ideia de “evolução progressiva”. Nessa perspectiva, a mundialização seria um desdobramento possível, necessário e inevitável do processo de modernização inerente ao capitalismo, entendido como processo civilizatório destinado a realizar uma espécie de coroamento da história da humanidade. Trata-se de uma ideia bastante antiga, já presente nas liberais e no positivismo e que readquire vigência e força no âmbito dos problemas práticos e teóricos, suscitados pela globalização do capitalismo. Pois, segundo Ianni (1995), diz respeito a um “neo-evolucionismo”, formado desde meados do século XX, e que contempla rupturas e reorientações, além das diferenciações e mudanças da realidade social.

Na visão de Morin (2000), a ideia de desenvolvimento pautado no “paradigma ocidental de processo” fez consolidar em nós a fé cega no progresso, entendido como tríade *ciência/técnica/indústria*, sob a qual as sociedades alcançariam o bem-estar, resolveriam suas desigualdades e solucionariam todos os problemas que se apresentassem.

Dessa convicção, constituiu-se a ideia de que todas as forças devem ser direcionadas em busca desse modelo de desenvolvimento. Como consequência, deu-se início a uma corrida alucinante, a qual ignora a coerência, a sensatez, atropela o respeito ao ser humano e ao meio ambiente. A fé, nesse modelo de desenvolvimento, determina, além da degradação dos recursos naturais, o acirramento dos problemas sociais, criando-se um “subdesenvolvimento” cada vez mais subjugado aos interesses dos que se tornaram “desenvolvido”.

Para Morin:

O mito do desenvolvimento determinou a crença de que era preciso sacrificar tudo por ele. Permitiu-se justificar as ditaduras impiedosas, seja as de modelo “socialistas” (partido único), seja as de modelo pró-ocidental (ditadura militar). As crueldades das revoluções do desenvolvimento agravaram as tragédias do subdesenvolvimento. Após trinta anos voltados ao desenvolvimento, o grande desequilíbrio Norte/Sul permanece e as desigualdades se agravam. Os 25% da população do globo que vive nos países ricos, consomem 75% da energia; as grandes potências conservam o monopólio da alta tecnologia e se apropriam até mesmo do poder cognitivo e manipulador do capital genérico das espécies vivas, inclusive a humana (...) o terceiro mundo continua a sofrer a exploração econômica, mas sofre também a cegueira, o pensamento limitado, o subdesenvolvimento moral e intelectual do mundo desenvolvido (2000, p. 110).

De acordo com as observações do autor, um olhar sobre nossa sociedade revela que o prometido não se cumpriu e poucos (pouquíssimos) foram beneficiados por esse modelo. O ideal evolucionista sustentado pela tríade *ciência/técnica/indústria* não conseguiu cumprir seu papel providencial e, infelizmente, o desenvolvimento que se daria em todos os aspectos (sociais, psíquicos, e morais), acabou por destruir modos de vida. Em outras palavras, essa ideia de desenvolvimento sempre ignorou as riquezas culturais das sociedades, as quais sempre foram vistas de forma equivocada, jamais sendo reconhecidos seus saberes milenarmente acumulados. Dessa forma, as noções de desenvolvimento e progresso, como ações neutras e universalmente desejadas, permitem tão somente obscurecer as relações de poder e domínio (político, econômico, cultural, tecnológico, etc.) que ocorrem tanto no interior das nações quanto nas nações entre si.

Segundo Furtado (1998, p.14), as concepções de desenvolvimento e progresso do modelo capitalista não passam de “mitos”, tendo como função apenas encobrir a

dominação dos povos e dos países periféricos. Pois levam a crer que é possível ser universalizado o desenvolvimento econômico praticado pelos países desenvolvidos, quando na prática, isso se revela inviável, tendo em vista, entre outros fatores, o seu caráter predatório. A partir desse pressuposto, o autor destaca que em nossa civilização a criação de valor essencialmente econômico provoca na grande maioria dos casos processos irreversíveis de degradação do ambiente físico. Esse autor alerta que o que “chamamos de criação de valor econômico tem como contrapartida processos irreversíveis, cujas consequências tratamos de ignorar”.

E por fim, a teoria do desenvolvimento sustentável que tenta dissociar o crescimento econômico, do desenvolvimento socioeconômico, mostrando seus efeitos nocivos ao meio ambiente. Para essa teoria, o aumento da produtividade provoca um maior uso dos recursos naturais, causando a entropia, trazendo, assim, consequências desastrosas sobre a própria vida do homem. A teoria do desenvolvimento sustentável busca um melhor uso dos recursos naturais e uma melhor relação, homem e natureza e, é por isso, que o estudo da análise político-econômica de desenvolvimento no município de Itacoatiara, tem como base a teoria do desenvolvimento sustentável por considerá-la mais consciente das necessidades humanas e da relação deste com o meio ambiente.

Também para que isso possa ser atingido, é necessário que o governo junte forças com a iniciativa privada, no sentido de determinar o rumo do desenvolvimento, de tal forma, que não apenas algumas pessoas, mas a grande maioria da população possa ser beneficiada com o desenvolvimento (LACERDA et al, 2000). Segundo Lafer (1997), o desenvolvimento com base no “*laissez-faire*” apresenta imperfeições que podem levar a concentração de riquezas e ao processo de empobrecimento da grande maioria da população. Para ela, o planejamento governamental ajuda a corrigir as

distorções do sistema de preços, promove uma melhor justiça distributiva e “*consiste apontar o caminho mais racional do desenvolvimento*”.

A noção de desenvolvimento sustentável aparece por volta da década de 80, tendo como propósito estabelecer novas prioridades à sociedade, como: recuperação do primado dos interesses sociais coletivos, nova ética do comportamento humano e mudanças na estrutura de produção e consumo que possam intervir no quadro de degradação ambiental.

O desenvolvimento apresenta uma conotação qualitativa que implica em melhoria da qualidade de vida, envolvendo múltiplos aspectos de ordem econômica, social, política, entre outros. No entanto, tende-se a associá-la a critérios puramente quantitativos de medição do crescimento econômico, gerando interpretações restritas, é por isso, muito criticada. Nesse sentido, a discussão a respeito das definições de desenvolvimento, no contexto presente, reveste-se de um caráter extremamente complexo, principalmente, pelo fato de ser “confundido” com crescimento econômico.

No que concerne à noção de sustentabilidade, também se pode observar um emaranhado de definições, as quais geralmente incluem temas relacionados com a dimensão ecológica, econômica, política e social. A operacionalização dos ideais da sustentabilidade tem sido apontada como um dos grandes desafios, tendo em vista a falta de clareza com relação a sua implementação.

Contudo, as dificuldades se fazem perceber já no campo conceitual, pois as definições são abrangentes e inscrevem-se num campo maior, o das relações entre os homens entre si e com a natureza, dentro de uma dimensão temporal que remete à necessidade de garantir a conservação tanto do substrato biofísico de suporte à vida, quanto o bem-estar humano no seu sentido amplo, incluídos a preocupação com as

gerações futuras. Em outros termos, visa alcançar uma série de propósitos que se contraponem à noção de desenvolvimento.

Nesse sentido, é possível afirmar que a concepção econômica do desenvolvimento sustentável aponta para novos mecanismos de mercado como soluções para condicionar a produção à capacidade de suporte dos recursos naturais, residindo aí o problema, pois minimizar o impacto da produção de consumo sobre os recursos naturais são apenas dispositivos construídos dentro de uma racionalidade econômica, quando os fatos mostram a necessidade de transportá-lo para o campo da ética, uma vez que *“a discussão passa a ser referida aos valores que determinam concepções do que sejam essas necessidades humanas”* (ALMEIDA, 1997, p. 34).

Nessa perspectiva, a ausência de uma visão integradora nos impossibilita de alcançar níveis de desenvolvimento equitativos, que promovam o respeito ao meio ambiente e à justiça social. Isso porque embora a noção de desenvolvimento sustentável se destaque como uma proposta de poupança dos recursos naturais, para que as futuras gerações possam ter acesso a ela, por outro lado, mantém-se a ideia de economia no sentido capitalista, assim, a natureza continua sendo vista como um bem de consumo, notando-se sua incorporação à cadeia de produção, ocorrendo o mesmo com as questões sociais. Na realidade, é a partir de um referencial essencialmente econômico que se tem analisado o meio ambiente e as relações sociais.

Como é possível perceber, as discussões referentes aos problemas ambientais e dos modelos alternativos de desenvolvimento propostos como meios para solucioná-los são bastante complexos e tornam-se bem mais difíceis de serem dimensionados, quando são reportados para o contexto amazônico.

2.2 As Temáticas do Desenvolvimento Regional e Urbano

Em breve contextualização, relembremos quais eram os temas urbanos e regionais das últimas décadas do século XX, *vis-à-vis* aqueles que dominam hoje essa área disciplinar. No que tange ao urbano, as questões passavam por investigar a dinâmica dos movimentos sociais urbanos, renda da terra urbana, marginalidade social urbana, habitação, meios de consumo coletivos, dentre outros. Na questão regional, discutiam-se as origens, a lógica e o possível contraponto, efetivado ou não, pelas políticas estatais aos desequilíbrios entre as diversas porções territoriais, etc. Em suma, analisavam-se a produção social do espaço construído e a divisão social do trabalho em sua dimensão espacializada.

Hoje, embora se procure “juntar” “o regional”, “o rural” e “o urbano” (o que é um ponto importante também para a agenda crítica) em um conceito abstrato (onde “cabe quase tudo”) de território, os objetos investigados são outros, muito distantes da anterior abordagem histórica e estrutural que presidiu parte importante daquela interpretação do processo de desenvolvimento.

Atualmente, os temas urbanos passam pelas políticas de gestão empreendedora de um espaço urbano dado, utilizando-se mais as lentes do marketing, da competitividade, da administração (privada), dos cenários prospectivos estratégicos, do que as da sociologia, do urbanismo, da economia política, entre outros. Os temas regionais passam mais pelos estudos da convergência de renda entre regiões, o equilíbrio espacial, as economias de escala, o papel da inovação, das distorções geradas pela ineficiente intervenção estatal etc. (KRUGMAN et al., 2002).

Ocorreu um rebaixamento teórico, em que se diagnostica: o fim da política, do conflito, e a busca do consenso (preestabelecido) e da identidade de resultados (os espaços urbanos e regionais aptos a saltarem escalas – do local diretamente ao mundo –

inserindo-se e articulando-se nas redes e nos fluxos globalizados). Prevalece a lógica da urgência da crise e o não respeito ao *timing* dos sujeitos políticos e sociais.

Há um gosto pelo “*small is beautiful*”, pela “autoajuda” da região e da cidade e pelo endogenismo (“encontre suas melhores forças para o faça você mesmo”) (BORJA; CASTELLS, 1996).

O professor Carlos Vainer, com propriedade, assim resume:

A era que vivemos é marcada pelo embate entre duas utopias urbanas. De um lado tem-se a utopia da cidade-empresa, da cidade-mercadoria, da cidade-negócio. Com essa utopia afirma-se a cidade do marketing, a cidade consensual que repudia qualquer debate aberto e teme o conflito. De outro, tem-se a utopia da cidade democrática. Em vez de dominada pelo mercado e pela mercadoria, é dirigida pela política. Nela, o conflito, em vez de ser temido, é desejado, pois é visto como elemento fundamental da transformação da cidade. Nela os cidadãos não são vistos nem como espectadores das realizações de um prefeito iluminado, nem como simples consumidores da mercadoria urbana. Seus habitantes são pensados como cidadãos em construção, que, ao se construírem, constroem também a cidade (VAINER, 2003, p.30).

Nesse cenário, há enorme dificuldade à construção do dissenso no contexto acadêmico e político de hegemonia do pensamento que se apresenta como novidade analítica e política, mas na verdade, tem suas raízes em matrizes teóricas bastante antigas e que não deram conta das transformações estruturais ocorridas nas últimas décadas.

No entanto, nos perguntamos o que é, então, o urbano no mundo contemporâneo, esse “tecido” que nasce nas cidades e se estende para além delas, sobre o campo e as regiões? O urbano, é uma síntese da antiga dicotomia cidade-campo, um

terceiro elemento na oposição dialético cidade-campo, a manifestação material e social-espacial da sociedade urbano-industrial contemporânea estendida, virtualmente, por todo espaço social.

Lefèbvre (1999) usa a expressão sociedade urbana como síntese dialética (e virtual) da dicotomia cidade-campo, superada na etapa contemporânea do capitalismo que ele denomina *sociedade burocrático de consumo dirigido* (LEFÈBVRE, 1991). O urbano, ou espaço urbano industrial contemporâneo, metáfora para espaço social (re) definido pela urbanização, se estende virtualmente por todo o território através do tecido urbano, essa forma sócio-espacial herdeira e legatária da cidade que caracteriza o fenômeno urbano contemporâneo e a sociedade urbana.

O tecido urbano prolifera, estende-se, corrói os resíduos de vida agrária. Estas palavras 'o tecido urbano', não designam, de maneira restrita, o domínio edificado nas cidades, mas o conjunto das manifestações do predomínio da cidade sobre o campo. Nessa acepção, uma segunda residência, uma rodovia, um supermercado em pleno campo, fazem parte do tecido urbano (LEFÈBVRE, 1999, p.17)

No entanto, a cidade industrial que transbordou sobre as regiões circundantes deu origem a uma nova forma de urbanização que ao mesmo tempo estendeu e integrou também a práxis sócio-política e espacial própria do espaço urbano-industrial (à qual Lefèbvre chamou práxis urbana) ao espaço social como um todo. À medida que o tecido urbano se estendeu sobre o território, levou com ele os germes da polis, da civitas, da práxis política urbana que era própria e restrita ao espaço da cidade. A luta política pelo controle dos meios coletivos de reprodução que caracterizam a cidadania contemporânea e os movimentos sociais e urbanos que emergiram nos anos setenta mostrou que a luta pela cidadania estava latente nas cidades e nas áreas urbanas. A década de oitenta do século XX mostrou que esses movimentos haviam se estendido

para além desses limites, atingindo todo espaço social. Os movimentos sociais perderam sua adjetivação de urbanos na medida em que passaram a abranger populações rurais e tradicionais, como índios, seringueiros, trabalhadores sem terra, entre outras.

Assim, a questão urbana havia se transformado na questão espacial em si mesma e a urbanização passou a constituir uma metáfora para a produção do espaço social contemporâneo como um todo, cobrindo potencialmente todo o território nacional em bases urbano-industriais. Por outro lado, a politização própria do espaço urbano agora estendida ao espaço regional reforçam preocupações com a qualidade de vida quotidiana, o meio ambiente, enfim, a reprodução ampliada da vida. O industrial passou a ser, pelo menos virtualmente, submetido a limitações do urbano e por exigências da reprodução. Nesse contexto, a re-politização da vida urbana torna-se a re-politização do espaço social:

A problemática do espaço, a qual subsume os problemas da esfera urbana (a cidade e suas extensões) e da vida cotidiana (consumo dirigido) deslocou a problemática da industrialização. (Lefèbvre, 1991, p. 89)

Caracterizamos isso de *urbanização extensiva*⁹ esta materialização sócio-temporal dos processos de produção e reprodução resultantes do confronto do industrial com o urbano, acrescida das questões sócio-políticas e cultural intrínsecas a polis e à civitas que têm sido entendida para além das aglomerações urbanas ao espaço social como um todo. É essa espacialidade social resultante do encontro explosivo da indústria com a cidade – o urbano – que se estende com as relações de produção (e sua reprodução) por todo o espaço onde as condições gerais de produção (e consumo)

⁹ O termo urbanização extensiva, apesar de sua inspiração claramente lefebvriana ao pretender resgatar aspectos centrais do pensamento sobre o fenómeno urbano, mais particularmente aliando à dimensão sócio-espacial.

determinadas pelo capitalismo industrial de Estado se impõem à sociedade de consumo dirigido carregando, no seu bojo, a reação e organização políticas que são próprias da cidade. Essa é a realidade – a sociedade urbana – que se impõe hoje como virtualidade e objetividade no Brasil, constituindo-se em condições para a compreensão do espaço contemporâneo.

Portanto, quando pensamos no município de Itacoatiara, damos importância a sua localização como cidade vizinha da capital Manaus, e suas formas de acesso a outras cidades próximas. Uma primeira variável a ser posta em relevo seria a noção de se entender a situação geográfica favorável, no sentido proposto por Sposito (2001), a qual assim se refere pela relação de proximidade dessa rede de cidades com estradas, cursos d'água, acessibilidade a recursos naturais, disponibilidade de bens e serviços à demanda solvável, ou seja, as oportunidades tanto para o desenvolvimento econômico quanto para o social. A consolidação conceitual dessa noção de cidade, porém, só passa a ser viabilizada com a articulação daqueles fatores, atrelados a outros aspectos que devem compor essa mesma análise.

Um deles é o não pertencimento a áreas de grande porte. Assim, conforme Sposito (2001), tanto maiores serão os papéis urbanos dessas cidades quanto mais distantes estejam de outras pertencentes à escala superior na hierarquia urbana e possam oferecer mais bens e serviços à sociedade. Entretanto, isso não significa o isolamento das relações espaciais com os espaços mais próximos ou mais distantes.

Isso nos remete a outro aspecto que deve ser levado em conta. Não é possível reconhecer uma cidade que desempenha sem avaliar as relações que estabelece com o espaço rural, com as cidades de menor porte em seu entorno (circulação de pessoas, mercadorias, informações, valores e idéias) e com cidades de maior porte:

Os valores e idéias que se constroem e se difundem são também essenciais para se compreender as relações, mesmo econômicas, que geram a constituição de uma área polarizada por uma cidade. A construção da idéia de pertencimento a uma região ou área de influência de uma cidade (média ou não) é, sem dúvida, um dos níveis de determinação do estabelecimento das relações que definem a sua existência (Sposito, 2001, p.628).

Do ponto de vista do consumo, Itacoatiara constitui-se de pólos para onde os moradores de áreas rurais ou cidades menores estão dispostos a deslocar-se para suprir necessidades não satisfeitas em seu local de origem ou podendo ser adquiridas pelos modernos sistemas de comunicação como se pode observar com mais detalhes no capítulo III, sem a necessidade do sistema do deslocamento físico do consumidor. Sendo assim, ao considerar a situação geográfica favorável de uma cidade, o distanciamento das áreas metropolitanas e a capacidade de conectividade entre pequenos e grandes centros urbanos podem dizer que tais atributos são características que devem ser levadas em conta.

Para Pontes (2001, p. 585-588), estabelece um conjunto de procedimentos metodológicos para a investigação e identificação das cidades do Estado de São Paulo sendo estes dimensionados em dois eixos – critérios espaciais e critérios intraurbanos:

1. Critérios Espaciais – a) relevância regional – é entendida como um critério comparativo, pelo qual uma cidade se destaca em face do conjunto das cidades da Região, do Estado ou Microrregião. Por esse critério, uma cidade de porte médio em determinada região poderia ser meramente um centro de pequeno porte. O critério tende, portanto, a relativizar a questão da dimensão, diminuindo a importância da classificação dos centros em grandes, médios e pequenos; b) localização em relação aos eixos principais – conceitos que está relacionado com

o sistema de transportes, e a conectividade por via rodoviária, assim como os fluxos que estabelecem com outros centros; c) existência de programas especiais na área – esse critério está relacionado à implantação de empreendimentos; d) distanciamento de outras aglomerações – aqui se pode identificar a ligação de fluxos com o entorno, bem como dependência ou não da metrópole; e) posição estratégica – refere-se a aspectos de oportunidades econômicas para novos investimentos e está ligado às potencialidades da situação geográfica.

2. Critérios intraurbanos, busca particularizar o ambiente urbano destacando as seguintes características: a) dimensões demográficas – define a dimensão das classes de cidades do programa – grande, média e pequena – e implementava uma consideração relativa ao tamanho das áreas consideradas; b) desempenho recente – aqui o critério refere-se à atualização do dinamismo econômico do centro considerado; c) grande proporção de migrantes recentes – relaciona-se aos fluxos migratórios e sua relação com o crescimento da população; d) estrutura da população Economicamente Ativa (PEA) – ligada ao setor secundário; e) pobreza urbana – a intenção aqui era considerar como critério para ingresso no programa a necessidade de investimento em função de um desequilíbrio muito grande na distribuição de renda; f) evolução urbana recente – relaciona-se à quantificação da taxa de urbanização.

Como uma síntese dessa primeira parte do trabalho, apesar das dificuldades de composição de critérios qualitativos para a definição de cidade urbana, compôs-se um conjunto de atributos, com base nos autores analisados,¹⁰ para delimitar o que se

¹⁰ Santos e Silveira (2001), Sposito (2001), Pontes (2001), Amorim Filho e Serra (2001) e Amorim Filho e Rigotti (2002).

compreende como cidade em desenvolvimento, e conseqüentemente abordá-las na Amazônia à luz dessas contribuições.

Portanto, os estudos dos diferentes autores até aqui vistos expressam um importante exercício de construção de uma abordagem qualitativa sobre a noção de cidade urbana, buscando novos parâmetros para a construção desse conceito, que avancem para além da classificação que toma como principal parâmetro o quantitativo populacional.

2.3 Pensar para Interpretar e Agir Politicamente

Brandão (2004) vivemos um momento em que todos (agentes privados e públicos) “vão ao território”, no sentido de que suas estratégias são territorializadas, mas o território não é um dado ou um sítio fixado. É uma construção social conflituosa. Uma produção coletiva, dinâmica, multidimensional, com trajetória histórica em aberto. No entanto, as indagações deveriam passar pelos seguintes questionamentos: quais atores, agentes e sujeitos? Quais são seus interesses concretos, seus instrumentos táticos e estratégicos? Atuam em que escala espacial? As determinações dos fenômenos estudados se dão em que escala espacial? Em que escala esses fenômenos se manifestam (local, metropolitana, nacional)? Onde estão os Centros de Decisão e Comando determinantes dos “fatos territoriais” sob análise? Após esses e outros questionamentos é que seriam pertinentes as questões territoriais (regionais, urbanas, rurais).

As complexidades de análise são enormes, um problema pode se manifestar em uma escala, mas ter sua determinação em outra. Os instrumentos de intervenção sobre uma realidade localizada podem estar em outra escala espacial, arena política, nível de governo, instância de poder etc.

Para fins de análise e de reterritorialização das políticas de desenvolvimento, importa empreender a interpretação científica sob a ótica da pluralidade das frações de classes sociais em construção de um compromisso conflituoso produzido e pactuado em um território vivo. Neil Smith (2000, p.142) define a escala nacional como

um compromisso territorial entre necessidades diferenciadas de classe” [...] “É possível conceber a escala como uma resolução geográfica de processos sociais contraditórios de competição e cooperação”. “A construção da escala não é apenas uma solidificação ou materialização espacial de forças e processos sociais contestados [...] A escala é um progenitor ativo de processos sociais específicos. De um modo tanto literal quanto metafórico, a escala *contém* a atividade social e, ao mesmo tempo, proporciona uma geografia já dividida em compartimentos, na qual a atividade social *tem lugar*. A escala demarca o sítio de disputa social, tanto o objeto quanto a resolução dessa disputa.” (SMITH, 2000, p.144).

Nesse sentido, consideramos imprescindível buscar construir estratégias multiescalares. Encontrar a escala adequada que defina determinado campo onde a decisão deve ser tomada. Buscar a escala de observação adequada para a tomada dos fenômenos sobre os quais se deseja intervir. A escala deve ser vista como um recorte para a apreensão das determinações e condicionantes dos fenômenos sociais. É decisivo, analítica, teórica e politicamente, enfrentar o debate do papel das escalas espaciais para o entendimento da realidade e a construção de estratégias de desenvolvimento. A discussão escalar está afeita à possibilidade de entrever o grau de averiguação possível do real concreto.

Castro (2003, p.120) propõe “discutir a escala como uma estratégia de apreensão da realidade, que define o campo empírico da pesquisa, ou seja, os *fenômenos que dão sentido ao recorte espacial objetivado*”. Sendo níveis de abstração para a representação

do real, “cada escala só faz indicar o campo da referência no qual existe a pertinência de um fenômeno [...], constituindo um modo de aproximação do real [...] é, na realidade, à medida que confere visibilidade ao fenômeno”.

A escala vai definindo diferentes níveis de análise¹¹, segundo Egler (1991, p.231), mas sobretudo estabelecendo as articulações entre eles, “visualizando as intersecções dos conjuntos espaciais, não incorrendo no erro de retificar estes conjuntos de análise, transformando-as em “entidades reais”, passíveis de classificação sistemática”. Tais conjuntos são “objetos do conhecimento”, abstrações. “Cada uma dessas abstrações dá conta, de um modo mais ou menos preciso, de um dos múltiplos aspectos que se pode discernir na “realidade” [...]. Não se trata de analisar o mesmo fenômeno em escalas diferentes, mas compreender que são fenômenos diferentes porque são apreendidos em diferentes níveis de abstração.” (EGLER, 1991, p.232). Ou seja, “na realidade, todo fenômeno tem uma dimensão de ocorrência, de observação e de análise mais apropriada. A escala é também uma medida, não necessariamente do fenômeno, mas aquela escolhida para melhor observá-lo, dimensioná-lo e mensurá-lo” (CASTRO, 2003, p.127).

Cada problema tem a sua escala espacial específica, é preciso enfrentá-lo a partir da articulação dos níveis de governo e das esferas de poder pertinentes aquela problemática específica. Além das articulações intrarregionais é importante ampliar seu raio político de manobra, a fim de negociar sua inserção. Explicitar os conflitos de interesse em cada escala e construir coletivamente a contratualização das políticas públicas. Esses contratos devem articular horizontalmente os agentes políticos de determinada escala. Tratar de forma criativa escalas, níveis e esferas, lançando mão de

¹¹ Egler cita passagem fundamental em que Aydalot afirma enfaticamente que “nós somente queremos mostrar que o objeto da Economia Espacial não é o de comparar as estruturas autônomas umas das outras – do modo que é feito até hoje – mas sim de buscar as relações econômicas entre estas estruturas, o que pode justificar tais diferenças de nível.”

variados instrumentos, politizando as relações, construindo cidadania e buscando combater as coalizões conservadoras, através de uma contra-hegemonia pelo desenvolvimento. Vencer as competências superpostas, rediscutir atribuições, evitar a dispersão da autoridade, estar equipado para reagir, isto é, ter capacidade de resposta e impugnação às forças políticas que querem a perenização do subdesenvolvimento.

Qualquer diagnóstico local regional ou nacional deveria explicitar os conflitos e compromissos postos; posicionar *recorrentemente* à região ou à cidade no contexto: mesorregional, estadual, nacional etc.; identificar seus nexos de complementaridade econômica; estudar sua inserção frente aos ritmos diferenciados dos processos econômicos dos diversos territórios com os quais se relaciona conjuntural e estruturalmente. Não se pode negligenciar a natureza das hierarquias imputadas, o pesquisador da dimensão territorial do desenvolvimento deve ser um apanhador de sinais e um caçador de hierarquias.

Nos estudos recentes foram abandonadas as análises das hierarquias, dos enquadramentos impostos pela divisão social do trabalho, das centralidades que limitam algumas dinâmicas endogeneizadas. Pouco se analisa, acerca da disposição territorial dos centros urbanos, das articulações entres esses centros e com seu *hinterland* etc.

Também há uma identificação insistente e inoportuna entre lugar e comunidade, trata-se de uma identificação equivocada. Por um lado, as comunidades podem existir sem estar no mesmo lugar [...]. Por outro, os exemplos de lugares que acomodam “comunidades” singulares no sentido de grupos sociais coerentes são provavelmente bastante raros (MASSEY, 2000, p.183).

As regiões são resultantes da operação dos processos de especialização e diferenciação materiais da sociedade. Nesse sentido, os estudos dizem respeito à investigação da base operativa, o *locus* espacial em que se concretizam tais processos, é

à análise dos centros de decisão e dos sujeitos históricos determinantes desses processos.

Assim, se pretendemos analisar a estrutura e a dinâmica socioeconômica, por exemplo, do Estado do Amazonas, é fundamental que se questionem as articulações efetivas e potenciais entre as várias porções territoriais amazonenses, como suporte para o levantamento de problemas e alternativas para o desenvolvimento regional. Deve-se apontar a natureza da inserção da economia estadual nas ambiências nacional e internacional. Questionar como foram formatadas as suas complementaridades econômicas; como tal escala nacional e internacional impõem, concedem, constroem lógicas mais endógenas de desenvolvimento; como se engrenam, ajustam, se encadeiam, engancham, atrelam e engatam as estruturas produtivas territorializadas no Amazonas ao movimento do contexto mais geral.

O desafio é discriminar e hierarquizar os fatores endógenos e exógenos determinantes, condicionantes ou coadjuvantes dos processos sociais, econômicos, políticos etc.

2.4 Referencial Teórico

Na análise de Brandão (2004), o debate regional e urbano sempre foi informado por duas grandes matrizes teóricas, antagônicas e com distintas concepções sobre a natureza do território. Aquela que vê o espaço, estaticamente, como meros receptáculos neutros, sítios sem textura ou entorno. Um platô ou espaço reflexo, inerte, segundo essa concepção empirista do espaço plataforma. As superfícies pouco importam. Os espaços são meros recipientes ou plataformas a propagandear suas vantagens comparativas e a disputarem as inversões de capital. E aquela que vê o espaço, dinamicamente, como

construção social, como produto de conflitos e disputas em torno do espaço construído pela ação das classes sociais em seu processo de reprodução histórica.

Os melhores trabalhos desse campo temático (Rangel 1968, Cano 1998, Furtado 1983, Oliveira 1982, entre outros), orientados por essa posição metodológica, nunca buscaram teorias abstratas do desenvolvimento regional e urbano. Ao contrário, perceberam ser necessário investigar sempre os contornos histórico-institucionais concretos em que se processa a execução das leis imanentes e das determinações mais abstratas do capitalismo. Essas determinações não podem ser utilizadas sem mediações, fora das sequências do real concreto que têm vigência histórica peculiar. O desafio constante foi construir e hierarquizar as determinações necessárias. Nesse caso, a divisão social do trabalho deve ser a categoria explicativa básica da investigação da dimensão espacial do desenvolvimento, uma vez que permeia todos os seus processos, em todas as escalas.

Expressão do estágio atingido pelo desenvolvimento das forças produtivas, essa categoria mediadora é a adequada para se estudar as heterogeneidades, hierarquias e especializações *intra* e *inter* qualquer escala (regional, nacional, internacional). Capaz de revelar as mediações e as formas concretas em que se processa e manifesta a reprodução social no espaço, expressa a constituição sócio-produtiva interna e suas possibilidades (e a efetividade) de inserção no contexto maior, isto é, sua posição em uma relação hierárquica superior.

Nos anos 50 e 60, o debate sobre o desenvolvimento regional e urbano recebeu influência direta de todas as correntes principais das chamadas teorias do desenvolvimento econômico. Ou seja, ocorre uma transposição, muitas vezes direta, do debate internacional e nacional para a escala regional. As diversas vertentes partiam das formulações de Rostow (1959), para negá-las ou para reafirmá-las, discutindo o caráter

sequencial, convergente e etapista da marcha do desenvolvimento. Também o debate urbano-regional sofreu influência das teorias do crescimento equilibrado, colocando a necessidade de um tratamento “em diversas frentes”, com sincronia, a fim de superar os obstáculos ao desenvolvimento regional (Nurske, Rosenstein-Rodan, Lewis, dentre outros).

O grande contraponto a esses trabalhos (etapistas, equilibristas etc.) foi a contribuição dos estruturalistas Hirschman (1961) que vê o processo de desenvolvimento como uma cadeia de desequilíbrios; Myrdal (1957), com sua teoria da causação circular acumulativa e Perroux (1966), destacando o papel dos agentes dominantes nos processos econômicos. Esses autores propõem como imperativo o estudo das macrodecisões, pois só analisando “as cadeias de reações provocadas por decisões autônomas, será possível identificar fatores que aumentam ou reduzem sua capacidade de reação” (FURTADO, 1983, p.90-92). Defende, nesse sentido, a necessidade da análise minuciosa das reações em cadeia que, dependentes do nível de desenvolvimento das forças produtivas e da complexidade da estrutura produtiva, podem provocar efeitos de arrasto (*backward linkage*) e efeitos de propulsão (*farward linkages*). A articulação de tais efeitos criaria os impulsos transformadores do processo estrutural de desenvolvimento.¹² Celso Furtado (1983, p.92) sintetiza primorosamente o conjunto dessas contribuições dizendo que:

Foi o estudo do desenvolvimento que permitiu desviar a atenção dos valores de equilíbrio das variáveis para a identificação dos elementos estruturais que condicionam o comportamento dos agentes responsáveis pelas decisões estratégicas. A importância do trabalho de Myrdal está em que ele levou a uma revisão das próprias categorias

¹² Wilson Cano (1998) definiu, de forma semelhante, os efeitos de impulso, inibidores, bloqueio e destruição que as ações unidirecionais e assimétricas provocadas pelo processo de integração nacional acarretaram no caso brasileiro.

analíticas. As decisões econômicas mais significativas, longe de provocar reações tendentes a anular o impulso inicial, põem em marcha processos cumulativos no sentido deste impulso [...] Hirschman prosseguiu na mesma direção ao analisar o processo de irradiação das decisões econômicas estratégicas e a pôr em evidência a correlação que existe entre a eficácia dessas decisões e o grau de diversificação já alcançado pela estrutura econômica. Perroux, por sua vez, assinalou a importância de certos agentes na ordenação das atividades econômicas e na transformação das estruturas, pondo em evidência o fenômeno de *poder* que é subjacente às relações econômicas [...] À diferença do enfoque tradicional, “o estudo do desenvolvimento tende a concentrar-se na caracterização das estruturas, na identificação dos agentes significativos e nas interações entre determinadas categorias de decisões e as estruturas. Essas condicionam o processo de irradiação e a eficácia no espaço e no tempo das decisões, mas ao mesmo tempo são por elas modificados”. E arremata, apontando que “pode-se conceber a decisão, seja como elemento de uma cadeia, seja como centro de irradiação capaz de influenciar o comportamento de outros agentes. Na primeira hipótese, dá-se ênfase ao fato de a decisão constituir, até certo ponto, resposta a uma situação social dada; na segunda hipótese, põe-se o acento no fato de que uma decisão é capaz de modificar certa situação social” [...] As decisões de maior importância, do ponto de vista da teoria do desenvolvimento, são tomadas por agentes que supõem dispor de mais informações do que as produzidas pelos mercados e se crêem em condições de poder modificar o curso dos acontecimentos prefigurados pelos mercados (FURTADO, 1983, p.88).

A riqueza das abordagens elaboradas por esses autores, captada devidamente nas formulações de inspiração Cepalina, que trataram as questões das heterogeneidades estruturais das economias periféricas, reside na perspectiva avançada do tratamento analítico dessas macrodecisões por um agente privilegiado – o Estado ou outra “unidade dominante” (a grande empresa, por exemplo) – em um contexto ou ambiente macroeconômico resultante da interação de uma pluralidade de decisões cruciais. Seria

o Estado o agente privilegiado para avaliar e realizar a síntese das inúmeras cadeias de reações provocadas pelas múltiplas decisões.

Quando um agente está capacitado para prever e identificar *ex ante* as incompatibilidades entre planos concorrentes, e emprega formas de coação, pública ou privada, para tornar compatíveis ou concordantes os referidos planos configuram-se o caso de uma macro-decisão [...] A macro-decisão se funda em uma previsão global, isto é, numa avaliação antecipada do resultado final da cadeia de reações (FURTADO, 1983, p.91).

Um exemplo importante, sobretudo para as regiões subdesenvolvidas, são aquelas decisões com capacidade de incitação, que podem engendrar requerimentos de arranque aptos, potencialmente, para justificar sequências de investimentos, ou seja, criam focos de oportunidades aproveitáveis e vantagens relativas passíveis de apropriação, os quais podem “revelar e mobilizar, o seu serviço, recurso e capacidades ocultas, desperdiçadas ou mal utilizadas” (HIRSCHMAN, 1961, p.93).

Vem de Hirschman a decisiva contribuição de que tensões e desequilíbrios induzem ao desenvolvimento. Nesse sentido, esse processo disruptivo deve ser investigado a partir da força motora das decisões cruciais, sua capacidade de propagação e de tensionamento da matriz estrutural.

Celso Furtado elabora teoricamente as relações existentes entre estruturas, agentes e decisões, situando aí a temática do Desenvolvimento. Afirma o autor:

O estudo do desenvolvimento tende a concentrar-se na caracterização das estruturas, na identificação dos agentes significativos e nas interações entre determinadas categorias de decisões e as estruturas. Estas condicionam o processo de irradiação e a eficácia no espaço e no tempo das decisões, como vimos ao analisar os efeitos de arrasto e propulsão, mas ao mesmo tempo são por elas determinados (FURTADO, 1983, p.92).

Os estudos do processo de desenvolvimento ou subdesenvolvimento devem se concentrar na análise dos agentes cruciais e seus efeitos de dominação (Perroux 1966 e Celso Furtado 1983), buscando entender, orientar e ordenar Processos Complexos. Devem analisar até que ponto determinadas ações são mais ou menos “endogeneizantes”, verificar os ritmos diferenciados dos processos econômicos, os nexos de complementaridade intersetoriais, a demanda de insumos e outros fatores de produção entre os ramos produtivos. Entender como determinada inversão se reverte em emprego (e de que qualidade).

Portanto, a parcela substantiva do entendimento da dimensão territorial do desenvolvimento traz nos ligamentos, interdependência das atividades econômicas encadeadas. Nas combinações produtivas não demasiadamente rígidas, na concentração intersetorial e espacial de atividades e nas ligações e repercussões entre os setores econômicos e seus desdobramentos mercantis e produtivos. Assim, grande parte da estrutura e dinâmica de uma economia urbano-regional pode ser apreendida pela análise dos encadeamentos, articulações e complementaridades tecnoprodutivas cristalizadas em determinada porção territorial.

2.5 Políticas de desenvolvimento para a Amazônia

Desde a queda da borracha, os períodos de prosperidade foram poucos e curtos demais para gerar o dinamismo necessário a um crescimento contínuo. A população do interior do Amazonas dedicava-se ao extrativismo vegetal, à agricultura e à pecuária de pequeno porte, voltadas apenas para o abastecimento da capital, também havia atividades de subsistência e a jicultura, introduzida nos municípios do médio e baixo

Amazonas, na década de 30. Manaus vivia em função dessa fraca economia e das poucas transferências pelo Governo Federal.

Até a década de 1960, poucas foram as tentativas de integração da Amazônia à economia nacional. A região Nordeste era o alvo das políticas de desenvolvimento regional, apesar da existência da SPVEA (Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia), criada em 1953, bem como planos para a implantação da Zona Franca de Manaus (1957)¹³, a Amazônia ainda não tinha merecido a atenção das políticas de desenvolvimento regional. O Nordeste foi escolhido por apresentar maiores pressões social, bem como por ser mais atraente ao capital.

Somente em fase posterior a do Nordeste a Amazônia foi alvo das atenções político-econômico.

Anciães 1980 et al:

No processo de integração regional no país, a Amazônia, sobretudo sua área ocidental, foi uma das últimas regiões a serem incorporadas. A distancia do centro-sul, as precárias condições econômicas e de infra-estrutura, a baixa potencialidade como mercado para a industria central foram, entre outros, alguns dos motivos desse fato. Apenas mais recentemente as atenções oficiais e privadas se voltaram para a Amazônia, numa verdadeira corrida pela ocupação da área. Entre as principais alegações para essa corrida, podem-se destacar: a questão política e segurança nacional; o fato de outras regiões já terem sido incorporadas ao processo da economia regionalmente concentrada; e a disponibilidade de uma imensa área a ser utilizada pelo capital, em busca de altos lucros, no caso garantido por medidas e incentivos fiscais.

Após o malogro da SPVEA e a ascensão do Regime Militar, em 1964, foi iniciada uma tentativa mais efetiva de integração da Amazônia. Para tanto, foi

¹³ Surge como estratégia de desenvolvimento econômico, com o objetivo de facilitar a troca, a transferência, a movimentação e o uso de mercadorias entre as nações.

implementada a chamada “Operação Amazônia” em 1966, série de ações governamentais com vistas a reorientar as políticas de desenvolvimento regional para a Amazônia. As primeiras delas foram a extinção da SPVEA e a criação da SUDAM (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia), similar à SUDENE, e a transformação do BCA (Banco de Crédito da Amazônia) em BASA (Banco da Amazônia S/A.), que atuaria como Banco de Desenvolvimento Regional. Houve a reativação do projeto ZFM, anterior à “Operação Amazônia”, através do Dec. 288 de fevereiro de 1967, criando e regulamentando a SUFRAMA (Superintendência da Zona Franca de Manaus).

A partir dessa fase, toda a política governamental para o desenvolvimento da Amazônia teve como principais objetivos a atenuação das desigualdades regionais de renda, a ocupação da região, que tinha ao mesmo tempo um aspecto político e econômico, e a integração da Amazônia à economia nacional.

Contudo, para concretizar tais objetivos, o governo precisava atrair o investimento do capital externo à região, tanto o estrangeiro quanto o nacional, dado que o Estado não poderia garantir sozinho a consecução de seus objetivos para alavancar a economia da Amazônia. Para tanto, o governo lançou mão do mecanismo de incentivos fiscais, aliado às melhorias na infraestrutura, principalmente na área de transporte e comunicações. Não havia na região qualquer fator que atraísse o investimento, a não ser a disponibilidade de mão de obra barata.

Portanto, era necessário garantir às empresas a manutenção de uma elevada taxa de lucratividade, bem como a competitividade de seus produtos no mercado externo à região, dado que o mercado regional era bastante incipiente. Somente com tal garantia, as empresas capitalistas realizariam investimentos na região. Como mostra Anciães 1980 et al:

Para os articuladores da nova política para a Amazônia, a região somente venceria sua inércia através de uma ação exógena, estimulando-se pelos mercados extra-regionais e ampliando a gama de incentivos fiscais destinados ao investimento na área

Pode-se perceber claramente a intenção dos planejadores responsáveis por tais políticas em atrair investimentos à região de capitais externos, oferecendo incentivos que fossem capazes de eliminar as desvantagens competitivas da região: o elevado custo de transporte e o reduzido mercado regional. Vale enfatizar que as únicas vantagens da Amazônia, a disponibilidade de mão de obra barata e a abundância de recursos naturais não eram eficientes para atrair os investimentos à região, pois elas existiam com grande potencial ainda a ser explorado em outras regiões do país. Daí o uso desse mecanismo artificial, dado que independe de uma característica própria do local, e sim de uma decisão política.

Não cabe o presente trabalho a análise das diversas formas assumidas por esses incentivos fiscais, e sim a busca de evidências sobre seus efeitos no desenvolvimento do Estado do Amazonas. O certo é que o governo visava ao desenvolvimento do comércio, da indústria e da agropecuária. Dessa forma, foram atraídas para a região grandes empresas nacionais e internacionais que implantaram grandes projetos, principalmente, agropecuários e industriais, na sua grande maioria intensiva em terra e capital.

Portanto, de forma geral os projetos implantados na Amazônia tiveram alguns grandes defeitos que os incompatibilizam com os objetivos do desenvolvimento regional. Em primeiro lugar, esses empreendimentos eram independentes do mercado regional, tanto em relação aos consumidores quanto ao fornecimento de insumos, excetuando-se a extração mineral e a exploração madeireira, mas apenas no que diz

respeito ao minério e à madeira. A produção era baseada em insumos vindos de fora, e destinada ao mercado externo, tanto nacional quanto mundial. Em segundo lugar, temos o fato de serem empreendimentos intensivos em capital. Isso se tornou grave nos empreendimentos agropecuários, que envolviam grandes extensões de terra e reduzida quantidade de mão de obra. A grande empresa agropecuária capitalista do tipo implantada na Amazônia nas décadas de 1960 e 1970 provocou a expropriação do caboclo e de uma consequente proletarização. Esse tipo de exploração agropecuária teve maiores efeitos no Estado do Pará e do Mato Grosso, ao longo da Belém-Brasília, Cuiabá - Santarém e da Transamazônica. Em terceiro lugar, temos a drenagem de recursos da região. Ao contrário do esperado pelos planejadores, a reinversão na região foi bastante reduzida e grande parte do excedente produzido foi drenado para fora da região pelas empresas, cujas matrizes situam-se fora da Amazônia, para aplicação em outras áreas mais promissoras.

Pode-se concluir que o modelo de empreendimento implantado/planejado para a região pelo capital privado não condizia com a realidade de desenvolvimento para a região amazônica.

Entretanto, o desejo militar de integrar economicamente a Amazônia ao Brasil iniciou com a **Operação Amazônia**, que segundo Mahar (1978), propunha a implantação de “*pólos de desenvolvimento*”, promoção da industrialização, incentivos fiscais para atrair capital privado, exploração dos recursos naturais e desenvolvimento de uma infraestrutura física e social. Também tinha uma abordagem geopolítica através do processo migratório, principalmente, para áreas fronteiriças como resposta à cobiça internacional.

Portanto, pelo histórico traçado pelas políticas de desenvolvimento, observa-se que estas serviram de base experimental para o suporte importante de caráter econômico

no período de prosperidade da borracha, tendo seu revigoramento emergido com a introdução da ZFM. Tais fatores foram fundamentais para a intensificação do ritmo das transformações processadas, gerando mudanças no traçado e na visibilidade da cidade. Além desses acontecimentos, destacam-se outros também no âmbito regional, que continuaram a propiciar a significativas mudanças e alterações no papel da cidade, especialmente após a disseminação das políticas desenvolvimentistas, como observaremos no 2º capítulo.

3. TERCEIRO CICLO DE DESENVOLVIMENTO

As políticas de desenvolvimento para a Amazônia,¹⁴ ao longo do tempo, tiveram como referências integrar a Região ao território nacional e valorizar economicamente suas riquezas naturais. Fornecer matéria-prima e concentrar farta e barata mão de obra foi o papel a ela designado na divisão internacional do trabalho e, conseqüentemente, no processo de acumulação do capital. A criação de infraestrutura (estradas, rodovias, aeroportos, cidades, hidrelétricas e sistemas de comunicação) e as políticas de colonização, incentivadas ou realizadas pelo Estado, foram as condições viabilizadoras desse padrão de desenvolvimento.

A Região Amazônica, apesar dos inúmeros recursos naturais que dispõe, ainda não conseguiu pôr em prática um plano econômico para o desenvolvimento da região. O Amazonas continua com sua economia atrelada à Zona Franca de Manaus (ZFM), que sempre teve os dias de funcionamento contados e centraliza todos os investimentos e atividades de desenvolvimento na capital do Estado. O “III Ciclo” surgiu como uma tentativa de descentralizar as atividades econômicas do Amazonas e promover

¹⁴ Considera-se, para efeito de análise, a Amazônia constituída pelas Unidades da Federação pertencentes à região Norte (Amazonas, Pará, Tocantins, Acre, Rondônia, Roraima e Amapá).

atividades nos municípios do interior, mas também ocultava o papel de ser uma ferramenta para que seu 'idealizador', Amazonino Mendes, fosse eleito governador do Estado nas eleições ocorridas em 1994.

Como vários outros planos de desenvolvimento econômico elaborado e, algumas vezes nem mesmo implementado, o "III Ciclo" não surtiu os efeitos previstos no projeto inicial. Dentre os fatores que ocasionaram esse fracasso podem ser destacados a exclusão da população dos municípios do interior do Estado no processo de implementação do projeto, a ausência de mecanismos de controle dos recursos repassados aos gestores municipais, a não implementação de pesquisas e capacitações nos locais de implementação do projeto, a falta de disponibilidade de infraestrutura para melhorar os sistemas de cultivo, colheita e armazenamento dos produtos produzidos no interior, a ausência de programas de subsistência familiar, já que se tratava de um plano voltado para essa população e a não implementação de agroindústrias que impedissem que o homem do campo deixasse o seu local de origem para se deslocar para a capital, como ocorreram durante a implantação de planos econômicos anteriores como o Ciclo da Borracha e na própria Zona Franca de Manaus (ZFM).

Uma característica interessante sobre as cidades que compõem a Amazônia Legal, é que os primeiros planos econômicos implantados são de origem militar. Um dos pré-requisitos para que um plano econômico apresente resultados e necessidade de analisar o fato de que cada localidade da região apresenta características peculiares, e as atividades econômicas a serem desenvolvidas na região devem ser pensadas a partir desse fato, com medidas analisadas de acordo com as características da região. Características mais amplas da região como o fato de o principal meio de transporte ser o fluvial e as implicações de utilizar esse sistema no plano econômico adotado pela região.

De acordo com Pontes (1997), o “III Ciclo”, apesar da nomenclatura adotada, não foi considerado um ciclo econômico plenamente desenvolvido por não ter desenvolvido algumas atividades previstas no plano inicial. O plano não desenvolveu atividades econômicas em todos os municípios que estavam previstos no documento e a economia do Estado continua dependente de um modelo econômico limitado à capital, como é o caso da ZFM, e que sempre teve o prazo de funcionamento limitado, apesar das frequentes prorrogações.

Diante desse quadro e em meio a essas tendências, é que algumas iniciativas e planos governamentais emergem. Estamos falando do PLANAMAZONAS, lançado em 1994; do “III Ciclo” a partir de 1995 e da “Zona Franca Verde”, a partir de 2003, sendo estes dois últimos o objeto do nosso estudo.

Conforme Pontes (1997) ao lançar o PLANAMAZONAS (Plano Estratégico do Desenvolvimento do Amazonas), o governo, na época, talvez pretendesse realmente expor um plano de continuidade de administração que seu grupo tentaria implementar, a fim de atrair atenção de setores que buscavam visualizar com segurança parte da ação governamental situacionista, caso permanecessem no comando do Estado. Suposições à parte, o Planamazonas projetava ações até o ano 2000, com investimentos da ordem de US\$ 3,14 bilhões, em cima de cinco áreas estratégicas selecionadas: 1) meio ambiente (programa de zoneamento econômico ecológico); 2) infraestrutura básica (programa de logística integrada de transporte e de energia); 3) Distrito Industrial da ZFM (reestruturação e expansão da nova indústria de Manaus); 4) formação de recursos humanos e 5) desenvolvimento da ciência e tecnologia. Além disso, esse plano governamental faria alguns prognósticos utilizando indicadores de crescimento econômico até 2010, conforme os objetivos. Nele, a orientação para a promoção de uma economia autossustentável já está presente. O governo defendia inclusive, o

asfaltamento da BR-174 em 1994, como pré-requisito para a ZFM atingir o mercado exterior.

O programa de interiorização da Zona Franca, de autoria da Suframa, previa a aplicação de US\$ 1,5 milhão a fundo perdido, em cinco municípios onde seriam implantadas indústrias estratégicas. O eixo desse programa seria a promoção de agroindústrias, visando à integração produção-industrialização e, por conseguinte, à geração de emprego e renda no interior do Estado. Os recursos seriam, para tanto, empregados inicialmente na aquisição de máquinas para a industrialização de produtos regionais e na compra de implementos agrícolas.

No entanto, o Terceiro Ciclo de Desenvolvimento é um programa idealizado pelo então governador Amazonino Mendes, que tinha como objetivo desenvolver economicamente, especialmente o interior do Estado do Amazonas, criando condições adequadas para que o homem do interior pudesse viver melhor, uma perspectiva para ele, família, filhos, e para o futuro, que o homem produzindo no interior (campo) contribuísse na economia do Estado do Amazonas.

Esse programa foi denominado de Terceiro Ciclo de Desenvolvimento com bases nas experiências já vividas pelo Estado do Amazonas. Como análise da pesquisa, observamos no fim século XIX e o começo do século XX ocorreu na Amazônia e no Amazonas um primeiro ciclo de desenvolvimento econômico que foi efetivamente o Ciclo da Borracha. Através da borracha, o Estado do Amazonas como um todo, a capital Manaus e o interior, mostrou um pequeno desenvolvimento econômico.

A partir de 1967, o ciclo da ZFM, em seu projeto original deveria servir para implantar na região um primeiro parque industrial forte, em seguida seus benefícios deveriam progressivamente penetrar rumo ao interior. Tal projeto de desenvolvimento

não ocorreu devido às constantes crises que atingiram a economia local e posteriormente o modelo ZFM.

Com essa necessidade segundo o governador Amazonino Mendes (1995) queria mudar essa história, por isso criou o programa Terceiro Ciclo de Desenvolvimento, como uma nova alternativa que promoveria efetivamente o desenvolvimento para o interior do Estado do Amazonas, através de ações de governo e estímulo aos empresários, para que o setor privado as empresas de madeiras e as empresas de exploração de recursos e potenciais naturais de cada município da região pudessem produzir e gerar emprego para mão de obra local.

A ideia desse plano aparece ao longo da campanha eleitoral de 1994 para cargos majoritários e proporcionais. Nesse momento, ainda e imprecisa, vaga e vazia do ponto de vista de um programa, ou seja, não era um plano e sim um discurso de campanha que remetia, em função da expressão “III Ciclo”, as ideias de mais um surto de crescimento econômico, a exemplo do que apresentou a borracha e representa a Zona Franca de Manaus (ZFM) para a economia do Estado.

Para Barelli (1991), esse tipo de planejamento meramente normativo, é incapaz de incorporar a dinamicidade da realidade social e da conjuntura política, por isso, não consegue ser implementado, não servindo a lógica do governo, pois não é suficientemente capaz de interagir com outros elementos necessários e que integram o governo: a capacidade de governo, relativo ao capital intelectual, organizativo e técnico da equipe de governo, e a governabilidade, que consiste na relação entre as variáveis que o governo controla e as que ele não controla. “Um projeto ambicioso de governo exhibe mais governabilidade e capacidade de governo que a rotina do dia a dia”, pois, continua Barelli, “Governar não se resume a ter um projeto, nem simplesmente em ter apoio político para exercer um mandato”, ou somente dispor de certa capacidade de

governo. É preciso que essas três dimensões do governo estejam sempre presentes em sintonia, por isso, “ganhar as eleições é mais fácil do que governar com eficiência” (Barelli, 1991, p. 19).

A partir dessa reflexão, propõe Barelli (1991), um planejamento estratégico situacional, que não é um mero plano econômico, um plano de metas, mas que é o planejamento da ação do governo, pois este “necessita planejar em ação sua ação como governo”. Não se governa só, nem sem opositores, por isso é preciso de um plano dotado de certas ações capazes de aumentar o apoio do governo e que não seja normativo ou dogmático como o planejamento tradicional, mais que seja capaz de incorporar “a realidade do governo que é dinâmica”. “Daí a necessidade de ele ser estratégico, criando possibilidades para sua execução, e situacional, isto é, capaz de incorporar as alterações da conjuntura” (Barelli, 1991, p. 20). Além disso, em função de o governo agir sob o impacto de variáveis que fogem ao seu controle, estando sujeito a surpresas que podem inviabilizar toda sua ação, o plano pode diminuir a incerteza “Sobre o futuro da ação do governo e prepará-lo para contingências imprevistas”.

Portanto, à medida que o político se propõe a governar diante de problemas, ele entende que “os problemas não são setoriais, econômicos, técnicos, administrativos. Os problemas têm aspectos econômicos, técnicos ou administrativos, mas o que importa neles é a carga negativa que deve ser suprimida”, por isso, o governante, ao planejar por problemas, necessita definir indicadores de satisfação e insatisfação que pretende atingir ou eliminar. Desse modo, ao planejar a ação do governo a partir dos problemas que este enfrenta no cotidiano, “o planejamento Estratégico Situacional é a ferramenta que faltava para a ação do governo” (Barelli, 1991, p. 20).

Obviamente, a implementação do Planejamento Estratégico Situacional gera a necessidade de um novo profissional: o técnico-político. “Trata-se de profissional que

alia a sua capacidade técnica (Ciências Sociais, Comunicação, Direito, Economia, Psicologia, etc.) a capacidade de incorporar o raciocínio político ou de ver a realidade com toda a sua complexidade, sujeita a incertezas e parte de um jogo de atores”, o que não significa tutelar o governante, mas antes, tal como o comandante militar tem ciência e necessidade do Estado maior, e este mesmo reconhecer a complexidade de seu cargo.

Assim, segundo Oscar Oszlak (1988), ao discutir o processo de implementação do planejamento e levando em conta a expansão, diferenciação e especialização dos órgãos estatais que entregues a sua própria dinâmica, de acordo com rigorosos critérios setoriais, perde de vista objetivos sociais maiores, enfatiza-se o planejamento enquanto “instrumento de integração”.

Porém, a integração e diferenciação relacionam-se reciprocamente, marcando as transformações estruturais de toda organização complexa. “A diferenciação estrutural pressupõe crescente complexidade: especialização funcional e criação de esferas de atividades relativamente autônomas. A integração procura compensar essa tendência, mediante a coordenação de funções, a ordenação hierárquica do processo decisório e a gerência centralizada de recursos. O planejamento é um instrumento de integração na medida em que tenta coordenar atividades e distribuir recursos de modo racional. Mas suas possibilidades, nesse sentido, dependem de que unidades diferenciadas mantenham entre si relações de interdependência”. Isso significa que somente é possível planejar se existir previamente um sistema organizacional.

A interdependência ocorre quando num conjunto de organizações estabelece-se uma relação na qual “o comportamento de cada uma esteja condicionado pelo comportamento das demais” (Oszlak, 1988, p. 454). Quanto à natureza dessas interdependências entre as partes, pode-se fazer a discriminação entre interdependência funcional, relativas às atividades ou produtos que servem de insumos para atividades de

outros órgãos, interdependência hierárquica, refere-se à relação de subordinação supraordenação entre unidades e, finalmente, interdependência material ou financeira, relacionadas aquelas organizações que recebem recursos de uma fonte comum, competindo, muitas vezes, por estes recursos.

Nesse caso, o planejamento emerge, portanto, enquanto recurso central da integração, na medida em que consegue estabelecer relações de interdependência entre as organizações e unidades estatais, canalizado por meio delas “os três fluxos básicos que dão vida a um sistema organizacional, ou seja, atividades, poder (ou autoridade) e recursos” (Oszlak, 1988, p. 454).

A partir dessas referências, pode-se dispor de instrumentos teóricos mais competentes no sentido de possibilitar a análise das relações do planejamento com a política e a sua dinâmica externa e interna de implementação, levando em conta a especificidade do plano e de suas variáveis, no caso, para o Amazonas é relativo ao “III Ciclo de Desenvolvimento do Estado”.

Todavia, a economia brasileira ao longo desse período sofreu o impacto de várias crises, começando com a do México em 1995, da Ásia em 1997, da Rússia em 1998 e em 1999 a crise cambial brasileira seguida da crise energética, da crise externa na Argentina e da Guerra no Afeganistão. Conforme Gonçalves (2003), desde os anos 80, na economia brasileira, não se investiu satisfatoriamente em infraestrutura sócio-econômica e isso repercutiu no crescimento da economia, na sua incapacidade de gerar emprego e renda para os jovens que todos os anos entram no mercado de trabalho e para os que já estão desempregados.

No Amazonas, início dos anos 1990, com a abertura da economia para um maior comércio internacional, ocorreu grande transformação industrial na Zona Franca de Manaus. Essa transformação, como aponta Benchimol (1997), representou uma redução

do número de empregos, com aumento na produtividade e no faturamento da Zona Franca de Manaus. Só no Amazonas, em 1996, foram recolhidos em impostos US\$ 2.697.778.359 (sendo US\$ 1.134 bilhões em impostos federais; US\$ 1,175 bilhões em ICMS do Estado; US\$ 267,5 milhões em arrecadação para o INSS e US\$ 47,3 milhões em FGTS). Mas a Zona Franca não conseguiu internalizar o seu crescimento no Estado ao longo de seus 42 anos; pelo contrário, o interior tanto economicamente quanto populacionalmente, passou a se concentrar em torno de Manaus. Nesse contexto, muitas foram as políticas, no sentido de revitalizar o interior, mas poucos foram os resultados. Assim nos anos 90, com a bandeira de desenvolvimento do interior do Estado, surgiu o programa Terceiro Ciclo de Desenvolvimento, do candidato ao governo, Amazonino Mendes.

Como podemos perceber no discurso de Mourão, onde mostra que esse projeto político foi criado com êxito, pelo governador Amazonino Mendes em 1994, e que mudaria toda a situação financeira dos municípios do interior do Estado do Amazonas, claro que ele mantém um discurso político. Em contrapartida, observamos outro autor que nos mostra o que foi o Terceiro Ciclo de Desenvolvimento, para Pontes 1997, relata que esse projeto não conseguiu levantar a economia do Estado, como prometia Amazonino Mendes, na sua campanha de 1994, onde foi lançado pela primeira vez como parte de sua política.

Assim se expressou Mourão (1995, p.4-5),

[...] deve-se destacar que o primeiro governo de Amazonino Mendes (1986/1990) foi marcado por ações em busca de saídas para o minoramento dos efeitos perversos da Zona Franca de Manaus, tanto sobre a qualidade de vida do Manauara, quanto sobre o isolamento da população interiorana.

Sobre o segundo mandato e terceiro ciclo de Amazonino Mendes, Mourão (1995, p. 5-6) comentou:

Somente Amazonino Mendes, com sua peculiar visão de estadista e a coragem dos que arrotam obstáculos, seria capaz de adentrar 1995 com propósito de construir um novo perfil da sociedade amazonense, através da implantação do III ciclo de desenvolvimento econômico da macroeconomia estadual. Assim, ao invés de fazer parte dos acomodados em soluções seculares, preferiu desafiar a história e tomou como objetivo máximo o asfaltamento da BR 174. Está buscando nos meios empresariais aqueles que desejam investir no interior do Amazonas, com risco é bem verdade, mas com a certeza da vitória resultante de um trabalho executado com seriedade. Por fim, complementarmente está gerando atividade turística como forma de satisfazer o binômio ecologia versus geração de empregos para o interiorano.

Ainda Mourão (1995), o Governo Federal contribuiu para o aumento da distância entre a economia do interior e da capital, quando criou infraestrutura e instituiu a Zona Franca de Manaus. Além disso, deixou para um segundo plano nos anos 60, o dinamismo da economia amazonense que estava localizada no interior do Estado.

Nesse contexto, Mourão (1995, p. 11-12) fez a seguinte análise:

Fica bastante claro, que o dualismo interno do sistema econômico estadual foi implantado com defeitos de avaliação pelos legisladores, acarretando a perda do dinamismo antes preconizado. Isto poderia ter sido evitado, na atenção das autoridades federais fosse antes canalizado para o interior, dotando-o de investimentos capazes de: a) aumentar a produtividade agrícola com novas tecnologias; b) infraestrutura a compra para possibilitar o financiamento e o escoamento da produção rural/extrativa e c) reorganizar a estrutura fundiária ao nível dos estabelecimentos rurais. Somente após esta medida, a implantação do industrialismo na Zona Franca de Manaus, geraria o desenvolvimento equilibrado

e auto-sustentado, beneficiando simultaneamente as populações do campo e da cidade. Ocorreu exatamente o inverso.

A CIAMA¹⁵ (Companhia de Desenvolvimento do Estado do Amazonas) elaborou o Planejamento Estratégico do “III Ciclo” que possui como eixo central o Programa Alimentar. Nesse programa, a fomentação de agroindústria de beneficiamento e industrialização dos produtos agrícolas e daqueles oriundos do extrativismo, assume um papel central, decisivo para o plano “III Ciclo”.

No entanto, o programa Agroalimentar constitui um conjunto de subprogramas, projetos e ações efetivas ao planejamento institucional, balizado pelos objetivos e diretrizes básicos do “III Ciclo”, voltado para a reestruturação e promoção econômico-social do setor primário do Amazonas. Os investimentos nesses subprogramas, projetos e ações efetivas serão orientados com base nas seguintes premissas: 1) definição das prioridades; 2) custo-benefício dos projetos; 3) efeito-demonstração (sempre com resultados multiplicadores) e 4) ações em função de política de resultados. Ver quadro 02 pagina seguinte.

Programa Agroalimentar

Subregião do Juruá	Subregião do Purus	Subregião do Madeira	Subregião do Careiro	Pólo de Itacoatiara
Subsistência familiar	Subsistência familiar	Subsistência familiar	Subsistência familiar	Subsistência familiar
Viveiro de mudas	Viveiro de mudas	Viveiro de mudas	Viveiro de mudas	Viveiro de mudas
Aquicultura	Aquicultura	Aquicultura	Aquicultura	Aquicultura

¹⁵ Criada pela Lei Estadual nº 2326 de 08/05/95, “é uma sociedade anônima, dotada de personalidade jurídica de direito privado, sob forma de economia mista com patrimônio e autonomia administrativa e financeira .” sendo o Governo do Estado seu maior acionista com 51% das ações, reservando os demais 49% à participação de outros segmentos.

Armazenagem e beneficiamento	Armazenagem e beneficiamento	Armazenagem e beneficiamento	Armazenagem e beneficiamento	Armazenagem e beneficiamento
Transporte	Transporte	Transporte	Transporte	Transporte
				Projeto Hermasa
				Pólo madeireiro

Quadro 02 – área de planejamento do “III Ciclo” para as Subregiões do interior.
Fonte: CIAMA, 1995.

Conforme os subprogramas e projetos, conforme o programa agroalimentar, seguem as especificidades das áreas para as quais foram planejadas. Nesse sentido, são aplicadas por subregiões distribuídas pelo próprio Planejamento Estratégico da CIAMA, onde podemos ver que o município de Itacoatiara ganharia dois projetos pelo Plano de Desenvolvimento do Terceiro Ciclo.

No início, a CIAMA concentrava todas as funções e atividades concernentes ao “III Ciclo”. Posteriormente, passou a se encarregar somente das atribuições ligadas às atividades de infraestrutura do Estado (estradas, construções, etc.), enquanto foi criado o IDAM (Instituto de Desenvolvimento do Amazonas), ocupado com as questões relativas à interiorização da economia, coordenando a aprovação dos projetos e distribuição dos recursos, conforme as determinações políticas do governo. Mesmo buscando a parceria com a iniciativa privada para financiamento e realização dos empreendimentos, o Estado é o principal agente patrocinador do plano. Disso decorre inclusive, uma série de outras questões que serão discutidas posteriormente.

3.1 O Terceiro Ciclo Previa para o Estado do Amazonas

A implantação do Terceiro Ciclo, como programa de desenvolvimento regional, coordenado por Amazonino Mendes, em 1995, mostrava-se uma preocupação com a economia do interior do Estado, para isso, o novo programa tinha como objetivos a implantação de programas e projetos que pudessem dar a cada uma das regiões e municípios do interior do Estado uma economia, de acordo com a sua produção local. Para que possamos ilustrar melhor essa “preocupação” do Terceiro Ciclo, podemos ver a seguir.

- A Implantação dos Pólos Madeireiros e Moveleiros (extração-beneficiamento-exportação) para os municípios de Itacoatiara, Eirunepé, Tefé e Manaus.
- Implantação do Moderno Terminal Pesqueiro em Manaus.
- Implantação de Cooperativa de Pesca (captura e beneficiamento) em Manaus, Iranduba, Manacapuru, Itacoatiara e Parintins.
- Desenvolvimento do Cinturão Verde de Manaus com a participação do Município de Iranduba, Cacau-Pireira, Rio Preto da Eva, Puraquequara e Tarumã.
- Implantação do Terminal de Exportação da Soja de Itacoatiara.
- Desenvolvimento do Turismo na Reserva Ecológica de Anavilhanas, área de proteção ambiental do rio Negro, Parque Estadual Rio Negro, Área de prática ambiental em Presidente Figueiredo e Festival Folclórico de Parintins.
- Para dar sustentação às políticas acima, o plano previa:
 - Reaparelhamento de usinas termoelétricas em todos os municípios.
 - Asfaltamento da BR-174.
 - Implantação do CIAMA - Companhia de Desenvolvimento do Estado do Amazonas.

- Implantação do CIMAD – Companhia de Beneficiamento e Comercialização de Madeiras.

- Projetos especiais de agricultura.
- Projetos de desenvolvimento agrícola para a produção de cereais.

Essas são as principais políticas do Terceiro Ciclo, divulgado por Mourão (1995), que é um dos poucos estudos sobre o programa de Amazonino Mendes. Outro estudo realizado sobre o Terceiro Ciclo foi o de Pontes Filho (1997, p. 74), que fez o seguinte comentário:

Inicialmente, essa idéia é exposta de modo amplo e vago. Todos os aliados do grupo autor do ‘III Ciclo’ credenciavam-se a favor sobre ele, mesmo que, às vezes contraditoriamente. O ‘III ciclo’ havia se tornado um excelente produto, um ‘ótimo marketing’, para ‘vender’ aos eleitores em época de campanha eleitoral.

Segundo Pontes Filho (1997), o plano já nasceu “capenga”, sem transparência e sem a participação da sociedade. Outra questão foi que ao extinguir a secretaria de agricultura e substituí-la pela CIAMA sociedade de direito privado, a União não mais repassou verbas federais. O interior do Estado continuou sem os devidos investimentos em infraestrutura e as parcerias com a iniciativa privada não tiveram o devido acompanhamento e fiscalização dos seus projetos.

Assim concluiu Pontes Filho (1997, p. 79-80) sobre o plano:

[...] o III Ciclo não é um ciclo, ou seja, não promoveu a reativação das atividades econômicas do Estado como um todo e, muito menos, produziu um surto de crescimento econômico a partir das áreas rurais. Ao contrário a economia amazonense continua concentrada na capital e totalmente dependente do Modelo Zona Franca. Mais de 50% da população do Estado

reside na capital e 95% da receita recolhida pelo Estado reside na capital da Zona Franca de Manaus. A interiorização e modernização da economia do Estado visando torná-la, auto-sustentável, isto é menos concentrada e mais autônoma, nem de longe pode ser vislumbrada com o 'III Ciclo' nas condições atuais. Sua publicização enquanto ciclo ou 'boom' da economia Amazonense não passa, de fato, de demagogia e de marketing político permanente. Seus resultados, porém, são até o momento extremamente modesto no sentido de promover a interiorização da economia do Estado.

Conforme Hanan (2001), o Terceiro Ciclo, nos últimos anos do terceiro mandato de Amazonino Mendes, tem realizado investimento em infraestrutura, principalmente, em algumas cidades do interior e na Capital. O exemplo disso foi à criação da Universidade Estadual do Amazonas (UEA) que se soma à Universidade Federal do Amazonas (UFAM) no processo de geração de conhecimento à sociedade. Infelizmente não houve articulação entre as duas Universidades, pois em alguns municípios, existe o mesmo curso sendo oferecido simultaneamente à comunidade. Também não se levou em consideração as peculiaridades econômicas e sociais dos municípios na oferta dos cursos, como por exemplo: Itacoatiara possui um dos maiores terminais graneleiro de soja (HERMASA) e serviços do Estado, onde se poderia oferecer o curso de Engenharias (Elétrica, Produção, Mecânica, etc.). Assim como a Arte Plástica, a Música e a Dança que são muito utilizados no Festival da Canção de Itacoatiara (FECANI), mas não foram oferecidos cursos universitários para o desenvolvimento da arte plástica, da música e da dança na cidade. Devido a essa carência intelectual, passamos a verificar alguns desvios como a falta de uma produção artística local de música, teatro, poesia entre outros movimentos culturais, como acontece com algumas cidades vizinhas que tem um mesmo potencial econômico, como é o caso de Coari, Maués e Parintins. Mesmo o Terceiro Ciclo não tendo conseguido interiorizar o desenvolvimento no Estado, em alguns municípios foram realizados investimentos. No município de

Itacoatiara, os maiores investimentos foram a construção do Terminal Graneleiro (HERMASA) e o Pólo Moveleiro, como projetos de desenvolvimento econômico.

3.2 O Terceiro Ciclo em Itacoatiara

Em observações feitas anteriormente, vimos no quadro – 02, que o “III Ciclo” tinha como proposta de desenvolvimento para o município, a criação do **Pólo de Itacoatiara**.

3.2.1 O Projeto Pólo – Itacoatiara

1. Os previstos no Plano Estratégico do Programa Agroalimentar, permitindo a Itacoatiara e aos municípios vizinhos, melhor desenvolvimento econômico e social;
2. Criar condições para ampliar e diversificar a produção de alimentos com finalidades de suprir deficiências quanto à subsistência familiar e ao mercado regional e, ainda, propiciar a comercialização dos excedentes;
3. Apoiar a iniciativa privada na viabilização dos projetos de industrialização e exportação de grãos e madeiras, destinando recursos para a implantação de Terminais Portuários, energia elétrica, extensão de redes, e ainda, para construção de novos acessos rodoviários.

3.2.2 Diretrizes do Pólo

1. Diversificar a produção de alimentos através da distribuição de sementes de culturas de ciclo curto e permanentes, e muda de frutas regionais ou de culturas permanentes, contribuindo também, com o acompanhamento técnico operacional;

2. Contribuir para conservação e melhor aproveitamento da produção através da implantação de sistemas de armazenagem e beneficiamento, criando estruturas ampliadas de entrepostos, que permitirão agregação de valor à produção;
3. Implantar através de planejamento adequado um Plano Agrícola de Produção Intensiva, com objetivo de gerar maior oferta de matérias-primas, base de futuros projetos integrados de produção de proteínas animais;
4. Investir em máquinas e implementos (patrulhas mecânicas agrícolas), que contribuam para diversificar e aumentar a produção de alimentos para subsistência familiar ou para os mercados regionais, propiciando ainda a criação de pequenos animais;
5. Destinar recursos à implantação dos projetos de industrialização e exportação de grãos e madeiras, de modo, a criar no município de Itacoatiara um Pólo de Produção, utilização do transporte por hidrovias;
6. Realizar convênios com Prefeituras ou Associações para atingir os objetivos do projeto, transferindo a responsabilidade pela aplicação dos recursos às Prefeituras.

3.3 Subsistência Familiar

Deve-se diversificar a produção de alimentos e especialmente de proteínas animais para melhorar a base de subsistência familiar, estimulando a ampliação das áreas de plantio de culturas de ciclo curto ou permanentes, através da distribuição de sementes e mudas.

Deve-se dar especial atenção à produção de milho, procurando direcionar para criação de suínos, aves de postura ou galinhas caipira e gado leiteiro, com a introdução de novas matrizes para aprimoramento genético dos rebanhos.

Definir culturas de ciclo curto ou permanentes que serão incentivadas

Definir um plano para distribuição de sementes e implementos.

3.3.1 Viveiros de Mudanças

É fundamental a implantação em cada calha de rio ou pelo menos, nos municípios de maior potencialidade, de um viveiro de mudas completo, com estrutura para reprodução de sementes e mudas de espécies florestais, frutíferas ou de culturas permanentes, com o objetivo de estabelecer uma nova oportunidade para alimentação de subsistência e geração de emprego e renda.

Definir em quais municípios será implantado os viveiros de mudas, bem como o tipo de mudas a serem produzidas.

3.3.2 Aquicultura

A implantação do projeto de Aquicultura deverá ser acompanhado por técnicos especializados e o convênio com CIAMA – Prefeituras, deverá contemplar recursos ou colocar máquinas que possam construir os açudes para criação dos peixes.

Por ser uma atividade com múltiplas possibilidades de sucesso num projeto de desenvolvimento, permite a utilização da mão de obra local, melhora a base de subsistência alimentar, utiliza como insumo produtos regionais e gera renda, deve ser incentivada, principalmente, em função do baixo custo dos investimentos.

Programar a implantação do sistema de distribuição dos alevinos e o quadro técnico de apoio.

Programar a utilização de máquinas para a construção dos açudes – padrão.

3.3.3 Armazenagem e Beneficiamento

Importante para dar respaldo à ampliação das várias áreas cultivadas e ao acréscimo de produtividade, especialmente em distritos asfaltados, descentralizando-se, desse modo, as estruturas de apoio à produção.

Nos municípios, onde houver a implantação do sistema de armazenagem e beneficiamento, a infraestrutura que for montada, deverá ser administrada pela Prefeitura, que também deverá agir como elemento indutor do processo de comercialização.

Em alguns municípios, notadamente os de maior produção na região de Itacoatiara ou onde a localização estratégica assim determinar, deverá ser implantada uma infraestrutura ampliada, objetivando-se a criação de um entreposto comercial. Nesse entreposto, estruturado para comercialização, a parte de beneficiamento deverá ser dotada de melhores equipamentos para beneficiar e ensacar arroz, feijão e milho ou ainda, para beneficiar mandioca, transformando, então, a farinha num produto de melhor qualidade.

Definir a capacidade de armazenagem e a operacionalidade do beneficiamento.

Definir a forma de operação e administração do entreposto.

3.3.4 Meios

Serão necessários os recursos financeiros para apoiar a implantação das ações, considerando-se as premissas básicas estabelecidas no Programa Agroalimentar e as metas físicas ordenadas nesse projeto.

Criar condições especiais de financiamento para custeio e investimentos, visando a abertura de novas áreas agricultáveis e na mecanização das áreas já abertas, para implantação da produção intensiva de cereais. É necessário, também, definir linhas de crédito de longo prazo e através de Bancos Oficiais, financiar a implantação de projetos agroindustriais de proteínas animais.

A administração e aplicação dos recursos programados serão de responsabilidade de cada Prefeitura que deverão observar os mecanismos de controle e colaborar com a equipe de fiscalização.

Programar quando necessário, a dotação orçamentária do projeto e o cronograma de distribuição de parcelas de recursos em função das metas estabelecidas.

3.3.5 Estrutura de Apoio

Para o bom desenvolvimento do projeto é de fundamental a estruturação dos escritórios do interior, dotando-os de equipamentos de informática, sistema de vídeo, sistema de telecomunicações e logística de transporte, permitindo desse modo que as equipes possam apoiar adequadamente as tarefas estabelecidas pelo projeto.

3.3.6 Pesquisa e Extensão Rural

É imprescindível para a implantação do Plano Agrícola de Produção Intensiva, a realização de ampla pesquisa para definir cultivares adequados, época de plantio,

ciclo das culturas e plano técnico. Deve-se adotar a utilização de campos experimentais, áreas – demonstração e o efeito nas propriedades que terão interesses e compromissos com as novas técnicas de produção.

O Plano de Extensão Rural para o Pólo de Itacoatiara deverá levar em consideração não só a produção de grãos, mas principalmente, o ordenamento das medidas necessárias para implantação do sistema de produção de proteínas animais e a subsequente etapa da industrialização.

3.3.7 Acompanhamento e Controle

1. Para estabelecer mecanismos de controle, será necessário preparar uma equipe de pessoal com qualificação, para fiscalizar o cumprimento das metas, corrigir rumos e planejar futuras ações.
2. Deve-se buscar o cumprimento das metas, sempre tendo em mente, o programa global que atinge várias subregiões e inúmeros projetos, tentando evitar que os investimentos não produzam os resultados programados.
3. A equipe de controle deverá fiscalizar também as ações dos escritórios do interior, seu desempenho, sua agilidade, com o compromisso de apresentar contínuas sugestões de aprimoramento.

3.4 As Madeireiras em Itacoatiara

Do ponto de vista da espacialização da cidade de Itacoatiara, as estratégias de implantação das plantas industriais madeireiras começaram a esboçar-se, a partir da década de 70. Essa década é basilar para se compreender a evolução espacial da cidade,

pois foi a partir desse período que houve o acolhimento de significativos investimentos públicos e privados.

Pontes (2001) em face da experiência adquirida na implantação do Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND, 1975), no qual se traçavam as estratégias de classificação para as cidades, foram revistos os critérios adotados inicialmente, discernindo-se, na ocasião, os critérios espaciais, destacando-se “a existência de programas espaciais na área”. Esse critério de maior importância, visto que a localização seria decidida segundo os critérios técnicos e econômicos usuais na localização industrial, afetados por condicionamentos políticos. Ora, a localização de uma importante unidade industrial tinha um poder de “indução” muito grande em relação a uma série de outras atividades econômicas. Por consequência, afetaria decisivamente a localização do emprego e da população.

Contudo, a estruturação das políticas desenvolvimentistas, que implicaram ações de suporte ao desenvolvimento local, teve forte impulso com a criação da Zona Franca de Manaus (Suframa), em 1967, por ter sido fator preponderante na dinamização do espaço da cidade, pois antes de 1960 a economia era estruturada, como já vimos, pelo beneficiamento de recursos regionais como o látex, juta, malva, castanha, cacau, entre outros.

Por sua vez, desde a década de 1970, o espaço da cidade de Itacoatiara marca a retomada do crescimento econômico, especialmente com a primeira fase de instalação das unidades industriais madeireiras no Município, atraídas pelos investimentos fiscais da SUFRAMA e o consequente aumento populacional. Portanto, a evolução populacional que Itacoatiara apresenta é reflexo da dinâmica urbana de várias fases socioeconômicas que acompanham o crescimento da cidade. O processo de ocupação do município sempre esteve ligado ao setor primário, que se constituiu, desde sua gênese,

em principal atividade econômica. O fluxo populacional no decurso da década de 1970 se fez mais evidente com a política de incentivos fiscais da SUFRAMA, que possibilitou a instalação do Parque Industrial Madeireiro de Itacoatiara.

Em função desses incentivos, a implantação das madeireiras gerou um Pólo de atração populacional de mão de obra barata, correspondendo esse modelo de desenvolvimento a uma “alternativa” em face do declínio da exploração extrativista e à instabilidade dos preços das atividades econômicas tradicionais, que já durava cerca de meio século (1920 – 1960). No entanto, a ação do capital estrangeiro e a intervenção do Estado localmente reestruturaram a feição e a economia da cidade e provocaram um intenso revigoramento urbano.

Contudo, a maior dinamização do espaço urbano ocorrem atrelado à implantação do Parque Industrial madeireiro. O crescimento do setor industrial acelerou a expansão urbana, pois o Estado elegeu Itacoatiara como o novo Pólo Madeireiro na Amazônia, com vistas a proporcionar o desenvolvimento da sua região circundante, a partir da atração de empresas privadas, intercâmbio e estratégias comerciais desta com os municípios circunvizinhos tendo como ponto de convergência dos fluxos para a disseminação desse desenvolvimento a própria cidade. Parte do conteúdo desse crescimento econômico, propiciado pelas madeireiras, pode ser observado no quadro 03 na página 93, destacando-se a razão social e estrutura produtiva das empresas madeireiras incentivadas pela SUFRAMA.

No entanto, a partir dessas informações, observamos uma pequena importância no quadro econômico, provocado pela implantação das madeireiras, embasado nas informações colhidas junto às empresas do setor, bem como no cadastro empresarial

fornecido pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA/Itacoatiara.¹⁶

¹⁶ A jurisdição do IBAMA de Itacoatiara abrange os seguintes municípios: Silves, Itapiranga, Urucurituba, Novo Olinda do Norte e Autazes. (Amazonas, 1999).

Empresa	End.	Diretor	Início das Atividades	Área Construída	Mão-de-obra¹⁷	Investimento	Linha de Produção
Itacoatiara Industrial S/A.	Av. Dr. Vivaldo Lima, 05	Não consta	1965	Não consta	Não consta	Cr\$ 67.000.000	Madeira Serrada
MIL – Madeireira Itacoatiara Ltda.	Não Consta	José Ivan F. Rodrigues	1976	5.950m ²	100	Cr\$ 31.612.700	Madeira Serrada / Beneficiada
Atlantic Verneer do Brasil S/A.	Rua. Stone, s/nº - Jauary	Ademar Pawlowski	1977	23.650m ²	567	Cr\$ 983.392.949	Lamina Faqueada / Torneada em madeira compensada e serrada
Gethal Amazonas S/A	Estrada Stone, 1.096	Enrique S. Dreifuss	1980	6.000m ²	207	Cr\$ 220.000.000	Lamina de madeira
Indústria de Compensados Itacoatiara Ltda.	Estrada do Aeroporto, km 6	Mamud Amed Filho	1981	2.200m ²	98	Cr\$ 28.940.000	Lamina de madeira
Carolina Indústria e Comércio de Madeira Tropicais S/A.	Rua. Stone, s/nº - Jauary	Hidelbrando Hoffman	1981	25.000m ²	740	Cr\$ 67.340.858	Lamina Faqueada / Torneada em madeira compensada e serrada
Braspor Madeireiras Ltda.	Estrada AM-010 km 251	Abílio Castro Mesquita	1995	Não consta	145	US\$ 6.276.000	Madeira serrada / lambris / molduras / paletes
MW Florestal do Brasil Ind. Com. Ltda.	Estrada AM-010 km 238	Werner Rydil	Não consta	150m ²	18	US\$ 20.000.000	Exploração Florestal

Quadro 03: Perfil das empresas madeireiras – 2000.

Fonte: Brasil, 2000a.

¹⁷ Os números de trabalhadores são do início das atividades, não correspondendo ao efetivo de operários dos anos posteriores, que pode ser muito maior.

Como podemos observar resumidamente no quadro 03 página 90, a MIL – Madeireira Itacoatiara Ltda. (*Precious Woods*), criada em 1976, foi uma das primeiras a se instalar no Município. De acordo com os dados coletados junto à empresa, a MIL detém uma área de 80.571 hectares de floresta no município de Itacoatiara, a qual é recortada pelas estradas AM – 363 e AM – 010, sendo a primeira empresa do setor na Amazônia a possuir Plano de Manejo Florestal Sustentável (PMFS). A empresa utiliza aproximadamente 60 espécies florestais, como a sumaúma (*Ceiba Petranda Gaertn*), na produção de madeira serrada, componentes e desk. Exporta para o mercado comum europeu, empregando, em 2000, um total de 300 funcionários e seus resíduos florestais certificados não beneficiados são utilizados para a geração de energia elétrica, porém, produzida por outra empresa privada BK – Energia Ltda., substituindo em 90% a energia gerada a partir do óleo diesel, a qual é distribuída pela Companhia de Energia Elétrica do Amazonas – CEAM, para parte do Município.



Figura 02: Usina de Itacoatiara
Fonte: Alho, 2008.

A Gethal Amazonas S/A, criada em 1980, foi à primeira indústria madeireira no Amazonas a obter o “Selo Verde” do Conselho de Manejo Florestal (FSC). A empresa detinha o maior projeto de reflorestamento do Estado do Amazonas, com plantios de mais de 10.000 mudas/ano, oriundas do Plano de Manejo Florestal Sustentável (PMFS), desenvolvido no município de Manicoré, em área explorada de 19.800 hectares. A empresa empregava até o ano de 2000 um total de 632 funcionários na produção de lâminas de compensados, utilizando madeiras, como copaíba-jacaré (*Epera Olifera Duke*), além de uma produção, até o ano de 2000, de 1.5000 m³/mês de compensado e 150 m³/mês de madeira serrada, exportada para o mercado internacional, como Alemanha, Estados Unidos, Inglaterra e Holanda.

A Braspor Madeireira Ltda., criada em 1995, gerava no mesmo ano, em torno de 145 empregos, no entanto, em 2000, apenas 79 postos de trabalho ainda resistiram. A empresa produz madeira serrada, tacos de madeira, tábua corrida, pallets, etc., num total aproximado de 1.000 m³/ano até o ano de 2000. As espécies mais utilizadas são: cumaru (*Dipteryx Odorata Wild*), Ipê (*Tabebuia Serratifolia*) e jatobá (*Himeneea Courbaril Linn*), sendo todas as espécies de madeiras provenientes dos Planos de Manejo Florestal Sustentável (PMFS), localizados nos municípios de Rio Preto da Eva e São Sebastião do Uatumã, onde a empresa possui áreas com 6.000 e 48.000 de hectare, respectivamente. Exporta para a Europa via Portugal e para os Estados Unidos. A MW Florestal do Brasil Ind. Com. Ltda. É uma empresa que exporta madeira pré-beneficiada e madeira serrada. Seu principal mercado consumidor é o EUA, que importam cerca de 22.000 m³/ano em 2000.

Dados de exportação madeireira no período de janeiro de 2000, quadro 04 pagina 93, fornecido pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

(MAPA), indicam o quantitativo exportado pelo porto do Serviço Nacional de Portos e Hidrovias (SNPH) de Itacoatiara.

Empresa	Valor (US\$)	Nacionalidade	Principais Destinos
Gethal Amazonas S/A	11.529.745,83	Panamá	EUA, Reino Unido e Holanda
MIL – Madeireiras Itacoatiara Ltda.	3.274.386,14	Suíça	Mercado comum europeu
MW Florestal do Brasil	674.567,42	EUA	EUA
Braspor Madeireiras Ltda.	529.424,67	Portugal	Mercado comum europeu e EUA

Quadro 04: Empresas por nacionalidade e valor exportado.
Fonte: Brasil, 2000b.

No entanto, no final da década de 1980 e início 1990, por meio de fatores como a discussão acerca da Constituição de 1988, que ameaçava a manutenção da SUFRAMA, a recessão da economia brasileira e as mudanças sofridas pela política – econômica que permitiram a abertura do mercado nacional à concorrência externa no início da década de 1990, que trouxe consigo, inúmeras empresas madeireiras da Ásia, como os grupos WTK (Malásia), Rimbunam Hijau e Tianjin (China) para a Amazônia (Cruz, 2002).

O reflexo dessa abertura nacional trouxe uma grande crise para o município de Itacoatiara, isso representou o fechamento de algumas empresas como a Carolina Indústria e Comércio de Madeiras Tropicais S/A e Gethal Amazonas S/A, que não resistiram à nova política-econômica. Segundo Oliveira (2007), a crise que se abateu sobre as madeireiras foi motivada, a princípio, pelo fato de essas empresas não terem equipamentos modernos – tecnológicos para concorrer em condições de igualdade com as demais empresas do exterior, tendo em vista a maior parte da produção ser exportada.

3.5 Pólo Moveleiro de Itacoatiara

Com a crise que as empresas madeireiras estavam enfrentando, com a falta de modernização e espaço no mercado consumidor devido à substituição de materiais da madeira pelo alumínio, em 1997, houve uma reação para que se pudesse tentar amenizar o problema do Parque Industrial Madeireiro. O processo nº 2.108/97, que resultou no convênio nº 013/97, de 19/12/97, entre a Prefeitura Municipal de Itacoatiara (PMI) e a SUFRAMA, que deu origem ao Pólo Moveleiro de Itacoatiara, pode ser considerado uma reação tardia diante do problema enfrentado pela crise. O Pólo Moveleiro, no auge da produção, beneficiava-se pela fabricação direta de móveis 350 m³/mês de madeira e contava com 55 associados, dos 75 pequenos e microempreendimentos madeireiros existentes no município.

Muito embora essa iniciativa tivesse viabilidade econômica, para o fortalecimento e crescimento econômico de um Pólo Moveleiro local, que pudesse disseminar suas ações de compra de madeira e seu beneficiamento, também, para os demais municípios vizinhos, a suspeita de desvio de verba pública e o processo de sucessão municipal travaram o prosseguimento da execução do projeto, protelando sua efetivação e relegando-o a um plano secundário.

Nesse caso, a paralisação dos trâmites de licitações públicas para a compra de equipamentos industriais, falta de conclusão da infraestrutura, abertura de escritório para intermediação da venda de móveis, contratação do corpo funcional entre outros melhoramentos imprescindíveis para revigorar parte das pequenas indústrias madeireiras não se efetivou. Assim, cabe ressaltar que era premente a necessidade de estruturar com maior celeridade o Pólo Moveleiro, tendo em vista a atividade madeireira ser a maior fonte econômica do município, desde 1854, na época da Colônia

Agroindustrial de Itacoatiara, além de representar um dos principais ramos econômicos do Município.

Cabe ressaltar que a criação do Pólo Moveleiro, no município, tinha como principal objetivo elevar a economia ou pelo menos dar suporte às empresas madeireiras, principalmente, àquelas indústrias de pequeno porte que dependiam de intermediação para exportar seus produtos para o mercado nacional e externo. Porém, a crise, que já era aguda, tornou-se insustentável e a cidade perdeu seu patrimônio industrial, ao vê-lo migrar para outras regiões, deixando uma precária situação social.



Figura 03: Pólo Moveleiro de Itacoatiara
Fonte: Alho, 2008.

Portanto, a nosso ver, não se formulou desde o início da implantação das indústrias, uma política de desenvolvimento que pudesse estar preocupada com a situação econômica e social do município, o que demonstra, em relação às empresas madeireiras, que não existiu desde o começo, nenhuma articulação entre a administração política e a empresarial do setor madeireiro, as quais se constituem no patrimônio da cidade. Porém, como meras empresas exploradoras de matéria-prima, não

interessava criar nenhum tipo de desenvolvimento, seja ele social, político, econômico e cultural da cidade.

No entanto, se for refletir sobre o papel que as empresas madeireiras representam para o município de Itacoatiara, veremos que não podem abster-se da responsabilidade pública comungada com a administração da cidade, a respeito da desproporcional urbanização que significou o crescimento da pobreza, cujo reflexo direto pode ser visualizado na falta de condições básicas de saúde, educação, habitação, emprego e etc.

Para fins de análise sobre o Pólo Moveleiro, pelo observado nas propostas do programa “III Ciclo”, verifica-se que a cidade de Itacoatiara ganharia dois projetos específicos, o qual o Pólo Moveleiro é um deles, cujos incentivos para sua execução foram oriundas da SUFRAMA, a qual foi uma tentativa de reverter a crise das empresas do setor no quadro econômico do município, mas, sem êxito.

3.6 O Porto Graneleiro de Itacoatiara

A tradição do município de Itacoatiara como uma cidade portuária não se perdeu nos seus 135 anos. Depois de ter sido, até meados do século passado, um porto de referência para a navegação internacional de exportação de produtos, como juta, borracha, cacau, castanha e conhecida por ter atraído várias indústrias madeireiras, após a década de 1970, Itacoatiara agora é citada como “a cidade do porto da Soja”.

O início da década de 1990, propiciou um novo alento para a cidade de Itacoatiara, em meio à crise que se abateu sobre as madeireiras. Diante disso, na nova conjuntura política econômica em nível nacional de abertura da economia, foi

construído um Terminal Graneleiro de Soja da Hermasa, como previa as propostas de governo do programa “III Ciclo”.

Porém, como assinala Becker (2004), admite que o marasmo em que foi relegada a Região Amazônica, desde 1985, com o projeto Calha Norte, foi rompido em 1996, ano em que, na visão da autora, o Governo Federal retomou o planejamento para a Amazônia com o Programa Brasil em Ação (PBA), resgatando e fortalecendo o modelo exógeno de interiorização do desenvolvimento e propondo a implantação de igualmente grandes corredores de desenvolvimento para acelerar a circulação no território. A efetivação desse planejamento deu-se com o Programa Avança Brasil (PAB). As motivações básicas do PAB foram estimular e assegurar as exportações nacionais, ampliando-as para o hemisfério Norte, e estreitar as relações com os países sul-americanos, visando a consolidação do MERCOSUL em toda a América Latina.

O PAB foi justificado pelo Governo para a retomada do crescimento econômico, por meio da gestão integrada do Plano Plurianual de Investimento (PPA 4 anos), e dos Orçamentos, um primeiro componente da estratégia governamental. Um segundo é a participação do setor privado. O governo – União, Estados e Municípios – participa com 66,6% do valor do programa, o restante sendo supridos pelo setor privado, as Estatais e alguns Fundos. Quanto à cooperação internacional, deveria estar presente na concepção técnica do Programa, e esperava-se novos investimentos.

A estratégia territorial componente central do PAB, visava intensificar a fluidez do território. É exatamente seletiva, pautada em uma logística complexa e em áreas prioritárias, incluindo, além de redes de circulação e comunicação, as de energias e seus pontos de suporte, sistemas multimodais de transportes e comunicação visando o aumento de sua velocidade e eficiência.

Seus principais instrumentos são o PPA, que expressa à estratégia federal e define as áreas prioritárias para alocação dos recursos orçamentários da União de quatro anos, e os Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento (ENID), que constituíram a principal agenda do Programa, para os quais foram destinados 317 bilhões de reais nos anos subseqüentes. Nem todas as ações propostas pelo Programa foram executadas, todavia, entre os projetos executados pelo PAB/PPA no Amazonas, três têm relação direta com a cidade de Itacoatiara, são eles: o asfaltamento da BR-174, via utilizada para transporte da produção de soja do lavrado de Roraima até o Porto Graneleiro, o balizamento da Hidrovia Madeira – Amazonas (HMA – Corredor Noroeste Multi – Modal de Exportação), caminho natural de grãos, especialmente da soja e do milho do sul do Amazonas e do norte do Mato – Grosso, além da construção do Terminal Portuário Privativo Misto de Itacoatiara (TPPMI). (BECKER, 2004).



Figura 04: Terminal Portuário Privativo Misto de Itacoatiara (TPPMI)
Fonte: Alho, 2006.

De acordo com Pontes (1997), os projetos de desenvolvimento supracitados do PAB são acolhidos no Estado do Amazonas por meio de outro programa, lançado em 1995, designado de “III Ciclo” que surgiu no final do ano de 1994, por ocasião da campanha eleitoral. No início, apresentava-se de maneira bastante vaga e imprecisa, sendo utilizado por vários candidatos do mesmo grupo para fertilizar o discurso de campanha, mesmo quando não se tinha nenhuma uma noção do que seria ou se tratava. Com a vitória do grupo autor da ideia do “III Ciclo”, este se tornou alvo de elaboração, fundamentação técnica e política, assumindo a forma de um conjunto de subprograma e projeto, tendo como objetivo o desenvolvimento do interior do Estado do Amazonas.

Ambos os programas, PAB e “III Ciclo”, são estruturados regionalmente por meio do subprograma Agroalimentar de orientações do “III Ciclo” de desenvolvimento. Nesse subprograma, a formação de agroindústria de beneficiamento e a industrialização dos produtos agrícolas e daqueles oriundos do extrativismo assumem o papel central.

Pelo observado no quadro 02 na pagina 77, verifica-se que a cidade de Itacoatiara ganharia dos projetos específicos, o primeiro seria o Pólo Moveleiro, já analisado anteriormente, o qual não teve êxito de desenvolvimento para o Município. O segundo, como já visto, originado do PAB, foi contratado a partir de 1995, teve como princípio uma associação entre o Governo do Estado do Amazonas e o Grupo Mato – Grossense André Maggi¹⁸ (GAM), cuja parceria teve financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), SUDAM, SUFRAMA e Banco Mundial; assim foi elaborado e construído o Terminal Portuário Privativo Misto de

¹⁸ Criado em 1977, o grupo atua em diversos setores do *Agrobusiness*. Tem sua participação expressiva na produção de sementes, atuando na prestação de serviços e no recebimento, classificação, armazenamento, intermediação de transporte e comercialização de grãos. Sua matriz situa-se na cidade de Mato-Grossense de Rondonópolis, estando as 13 empresas do grupo distribuídas por 4 Estados e 25 Municípios (Jornal do Comércio, 2002, caderno de economia p. 8).

Itacoatiara¹⁹ (TTPMI), cuja logística de transporte desde o início esteve sob responsabilidade da empresa Hermasa Navegações da Amazônia S/A, de capital misto, também com a participação acionária do Governo do Estado do Amazonas²⁰ e do Grupo André Maggi (GAM).

Antes mesmo de ser inaugurado, o Terminal Graneleiro de Itacoatiara já ficou conhecido no Mercado Comum Europeu como o mais moderno da América Latina. No último número da revista *Port Technology International* (1997), ele é citado pela sua avançada capacidade operacional, podendo carregar um navio de 55 mil toneladas em menos de dois dias. Para os importadores estrangeiros, o município de Itacoatiara passou a ser visto como o porto de referência do agro-business, tanto pela agilidade quanto pela qualidade dos produtos que exporta.

¹⁹ Construído com sistema de bombeamento a vacuo de tecnologia Sueca, na localidade de Guajarina no município de Itacoatiara, perto do aeroporto da cidade, em uma área de 150.000m², o Porto Graneleiro tem capacidade na operação de descarga das balsas e de carregamento dos grãos em cargueiros de 50 mil toneladas, numa velocidade 25 toneladas por minuto (A crítica, 2001, p.13).

²⁰ Em 2001, o Grupo André Maggi comprou a participação acionária do Governo do Estado do Amazonas no Terminal Portuário Privativo Misto de Itacoatiara e na Hermasa Navegação S/A. (Amazonas em Tempo, 2002, p. 5).

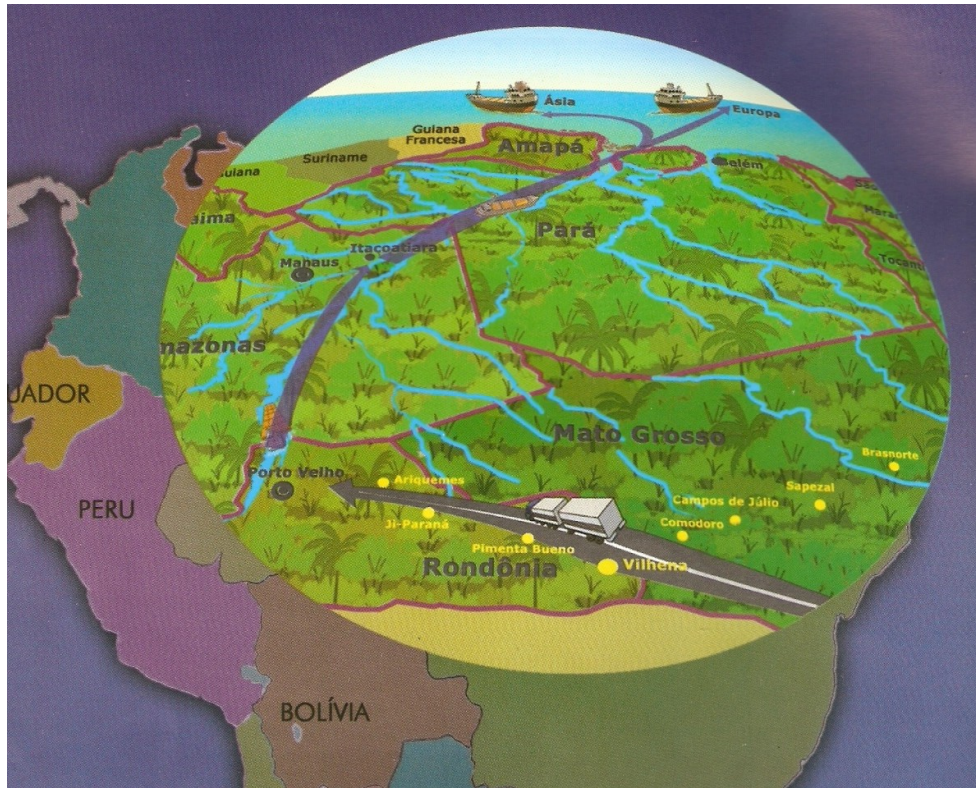


Figura 05: Rota do Desenvolvimento
 Fonte: Revista corporativa do Grupo André Maggi – 2006.

Com o investimento no porto de Itacoatiara, os empresários da soja economizaram, em média, U\$ 28 (dólares) por tonelada, além de encurtar o tempo de transporte. De Sapezal (MT) até Porto Velho (RO) a viagem demora 01 (um) dia de caminhão e daí até Itacoatiara são 52 horas no comboio pelo rio Madeira, para depois seguir por 22 dias de navio até Roterdã. Se, por exemplo, saindo de Sapezal até o porto de Paranaguá (PR) são três dias de viagem, e ainda a fila de dois ou três dias para o descarregamento. De Paranaguá até Roterdã são 27 dias de navio. A diferença em relação ao porto de Santos (SP) é de dois dias a menos. Com o transporte até o porto de Santos, o custo é de U\$103 por tonelada, e para o porto de Paranaguá o custo é de U\$ 110 por tonelada, enquanto via Itacoatiara o custo cai para U\$ 75 dólares por tonelada. Imagine o quanto vale um redutor de gastos em 10% num mercado extremamente competitivo, como é o mercado de grãos.

Do ponto de vista logística multimodal de transporte, é necessário dizer que o trajeto da soja inicia-se nas rodovias MT-235 e BR-364, no trecho entre Sapezal (MT), região da Chapada dos Parecis, cujo percurso é feito com os grãos viajando em carretas por 840 km até Porto Velho (RO). No Terminal Graneleiro de Porto Velho, a soja é embarcada em comboios de balsas (figura 06), primeiro nó onde se inicia a hidrovia Madeira/Amazonas percorrendo mais 1.100 km até Itacoatiara. No município, a soja é sugada por um sistema de sucção a vácuo na operação de descarga e é armazenado em grandes silos aclimatados e, depois da intermediação da compra entre a Amaggi Exportações Ltda., e importadores do exterior, é feita o transbordo da carga de grãos para graneleiros com capacidade média de 60 mil toneladas, as quais viajam com destinos para os países da Europa, Ásia e América do Norte.

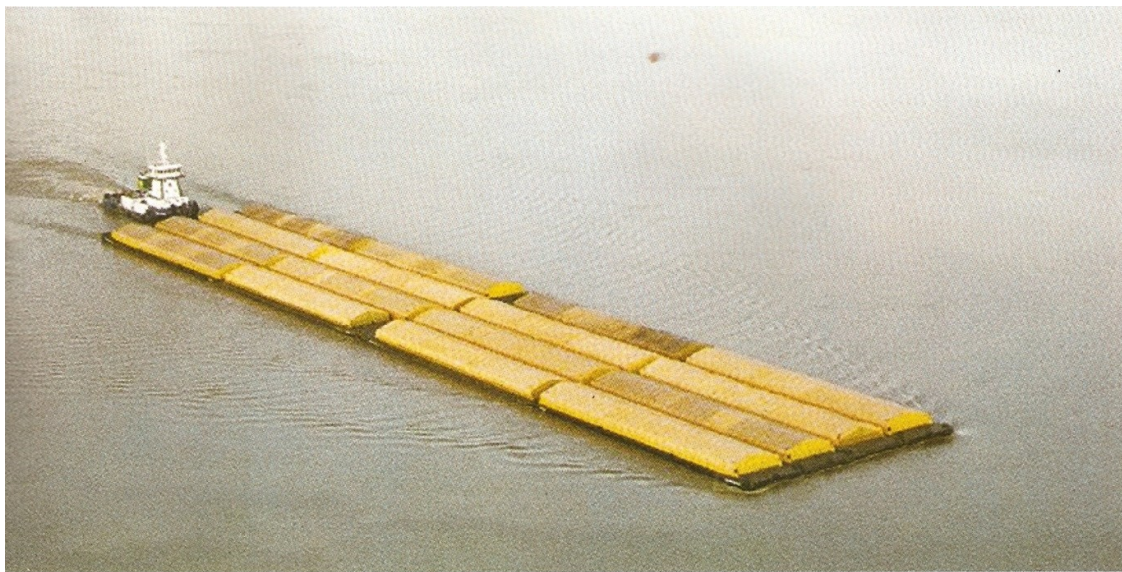


Figura 06: Comboios graneleiro de 16 barcaças com capacidade de transporte de 32 mil ton. de soja.

Fonte: Revista corporativa do Grupo André Maggi – 2006.

Desse modo, a partir da figura 05, é possível compreender o motivo da escolha da cidade de Itacoatiara para ser a base do Terminal Graneleiro e um dos principais nós

Hidrovia Madeira/Amazonas. Estudos realizados pelo Governo Federal, através SNPH, por meio do Ministério dos Transportes, dão conta de que o porto de Itacoatiara apresenta profundidade compatível para receber navios graneleiros de pequeno, médio e grande porte, durante o ano todo, além de ter privilegiada situação geográfica, pela facilidade do escoamento da produção do agronegócio para os Estados Unidos e por apresentar significativas reduções de distâncias para África, Ásia e Europa.

Quanto à integralização dos investimentos, o custo inicial da implantação do TPPMI e da Hidrovia Madeira/Amazonas foi orçado em R\$ 87.070.000, ficando distribuído entre o Banco Mundial e os Governos Federal, Estado do Amazonas, Estado de Rondônia e o GAM.

Investimentos	Cadeia Produtiva	Atração de Empresas	Ampliação do projeto
1ª fase: set/95-set/96 Porto Graneleiro Governo do Amazonas R\$ 12.040.000 Grupo André Maggi R\$ 16.032.000	Construção Naval Em 5 anos: 1995/2000 15 empurradores-2.600 cva. 90 barcaças-2.000 ton. 01 terminal transbordador flutuante		
Terminal/Comboios Governo de Rondônia R\$ 1.5000.000 Grupo André Maggi R\$ 5.560.000	Infraestrutura Terminal de Porto Velho Terminal de combustíveis Entrepósitos de insumos Ampliação da estrutura aeroportuária Construção de escritórios	Cargil saída Intercontinental Agroceres National Dreyfues	Balizamento da hidrovia sinalização correção do leito derrocamento refletores-radares
2ª fase: set/96-set/97 Navegação auxiliar R\$ 6.323.000 Ind. De óleos vegetais R\$ 21.000.000 Comboios R\$ 24.085.000 BNDES SUDAM SUFRAMA Banco Mundial	Atividades econômicas consequentes Ampliação do uso do aeroporto Aumento no consumo de gêneros Alimentícios Intensificação do transporte rodoviário Ampliação imobiliária Serviço de manutenção de navios Geração de 800 empregos diretos		

3ª fase: set/98-2000 Ampliação do porto Indústria de fertilizante Indústria de ração Animal Envazadoras de granéis Sólidos.	Desenvolvimento Regional Incorporações dos campos naturais dos municípios de Apuí, Humaitá, Manicoré e Novo Aripuanã para o plantio de grãos. Além de áreas do Lavrados de Roraima.		
---	--	--	--

Quadro – (05): investimento na implantação do TPPMI e Hidrovia Madeira/Amazonas (1995/2000).

Fonte: Pontes (2000).

A partir dos números no quadro acima mostrado, a maior parte dos investimentos até 2000, foi direcionada aos equipamentos industriais, navegação, sinalização e mapeamento da hidrovia, bem como à infraestrutura necessária para o início das atividades do Terminal Portuário de Itacoatiara e de Porto Velho (RO). No entanto, com a intensificação das exportações de grãos e o consequente crescimento econômico, novos investimentos se fizeram necessários entre 2000/2007, especialmente na modernização tecnológica disponibilizada na logística, segurança de transporte como as duas lanchas de pesquisa hidrológica, certificação portuária internacional (ISPS CODE – International Ship and Port Facility Security Code), atualização do balizamento da Hidrovia, assim como na ampliação da estrutura da planta industrial do TPPMI, qual seja: a construção da fábrica de esmagamento e extração de óleo de soja e a cooperativa mista agropecuária, ambas erguidas entre a localidade de Guajarina e a AM-010.

No entanto, a cidade de Itacoatiara teve algumas mudanças, esses investimentos significaram o acolhimento de outros empreendimentos que vieram somar a estrutura produtiva do TPPMI, tais como: aquisição do prédio para o terminal de fertilizante anexo ao navio gerador de energia, modernização e ampliação do estaleiro Hermasa em associação com o Estaleiro Rio Amazonas (ERAM), construção de um conjunto habitacional com 30 residências cedidas para funcionários em regime de comodato, no

bairro de São Cristóvão, construção e contratação de corpo funcional para a escola de fluviários e fábrica de leite de soja, assim como a modernização e implantação do Museu no antigo Matadouro da cidade, sendo que este último ainda não está funcionando.

No que se refere aos investimentos do setor primário, o GAM incentiva o setor agropecuário do município, por meio da Agropecuária Jesuíta Ltda. cuja atividade agrícola se faz mediante o arrendamento de terras nas fazendas “Paraíba” (km 05 da vicinal do Canaçary), “Imperial” (km 09 da vicinal do Piquiá) e “Chico Preto” (km 35 da AM-010) para plantações intercaladas de arroz e soja em áreas degradadas dessas respectivas fazendas. Esse sistema de rotação de culturas produziu, em 2007, o equivalente a 1.800 toneladas (arroz e soja), com beneficiamento sendo feito em Itacoatiara pela mesma agropecuária, a qual teve toda a produção direcionada para o comércio de Itacoatiara e Manaus.

Do ponto de vista da empregabilidade, em 1997, o programa “III Ciclo” previa com a inauguração do Terminal Graneleiro, em torno de 870 empregos diretos que seriam ampliados com muita facilidade e chegariam tranquilamente aos 1500 empregos. Porém, das empresas que compõe a *holding* do GAM, a Hermasa Navegações da Amazônia S/A é a que concentra o maior número de funcionários, com um efetivo de 766 empregos, destes cerca de 95% trabalham em Itacoatiara e na região. Ademais, os encargos sociais vinculados ao total da folha de pagamento de todas as empresas do GAM foram de R\$ 17,8 milhões em 2005, tendo a Hermasa S/A em Itacoatiara oferecido uma base salarial para início de carreira aos trabalhadores não administrativos de 700 reais. Além disso, o GAM gerou 35 milhões para os cofres públicos por meio de pagamentos de impostos municipais, estaduais e federais nos últimos anos.

Quanto a sua exportação, o GAM por meio da Amaggi Exportação e Importação Ltda., porém, tendo como orientação as estatísticas da representação regional da Receita Federal, podemos dizer que o quantitativo despachado pelo TPPMI, administrado pela Hermasa Navegações da Amazônia S/A, perfazendo um grande crescimento entre 1997 a 2007, conforme o quadro abaixo.

Empresa	Valor (US\$)	Principais Destinos
Amaggi Exportação Importação Ltda.	1.489.446.683	Mercado Comum Europeu, EUA, Japão, Marrocos, Israel, República Islâmica do Irã, Senegal, China, Formosa, Paquistão, Argélia, Índia.
Bunge alimentos	176.858.060	
Agrícola e pecuária Morro Azul Ltda.	29.474.341	

Quadro – (06): Exportação pelo Porto Graneleiro de Itacoatiara – 1997/2005.
 Fonte: Brasil, 2006^a.

Podemos afirmar que se levarmos em consideração o impacto das exportações de soja para a economia do Município, verificaremos que a terceira posição de maior Produto Interno Bruto (PIB) do Estado do Amazonas, que Itacoatiara detém, foi conquistada graças ao peso das exportações efetuadas pelo TPPMI. Essa comparação pode ser feita se considerarmos o cômputo da série histórica entre 1998 e 2003, período em que houve um crescimento do PIB municipal da ordem de R\$163.253,08 milhões em 1998, para R\$222.503,15 milhões de reais em 2002. Porém, em 2003 com a entrada em operação da fábrica de extração de óleo de soja pertencente ao GAM, PIB cresceu 48% em relação ao ano de 2002, ou seja, perfez um total de R\$336.535,51 milhões de reais, percentual que ainda mantém a cidade na terceira colocação, sendo superada apenas por Manaus e Coari (Amazonas, 2006c). Deste modo, é possível perceber o poder financeiro e consequentemente político – econômico que a empresa desfruta, sustentando especialmente por uma logística de transporte multimodal que lhe permite a produção, compra, venda, intermediação e armazenamento da produção do agronegócio por um preço altamente competitivo e seu envio para os mais diversos países do Mundo.

Portanto, o alto grau de automação impossibilitou a promessa de contratação dos milhares de empregos divulgados como exploração política do empreendimento, na época de sua implantação, 870 empregos diretos prometidos em 1997, apenas 60²¹ foram disponibilizados na inauguração. Entretanto, a eminente possibilidade de contratação de mão de obra para o trabalho nesse empreendimento atraiu um excedente populacional as zona rurais e de municípios vizinhos.

Mesmo diante dessa preocupação por parte da sociedade, o aumento populacional refletiu-se de imediato nas condições de vida e no crescimento da periferia. A cidade sofreu com a expansão do espaço habitado, pois muitos dos serviços disponibilizados à população local tiveram a qualidade precarizada pela pressão provocada pela urbanização, como se pode observar, no qual é visto o incremento populacional entre os anos de 1991 a 2007.

Cabe destacar que o crescimento populacional do município ocorrem-se através do abandono da Zona Rural, cujos habitantes foram em busca de melhores condições de vida na cidade. A observação das taxas de crescimento populacional permite admitir uma intensificação no desequilíbrio do locacional, entre o espaço urbano e o rural. De fato, como indica o quadro 01 na pagina 27, essa tendência se acentuou, a julgar pelos diferentes ritmos de crescimento. De particular interesse, é a confirmação da existência de taxa do crescimento negativo, na Zona Rural, entre 1991 e 2000, por causa de fatores como: 1) ações governamentais para a Zona Rural por meio do programa “III Ciclo” que, mesmo efêmero, reteve por algum tempo a transferência de população, 2) a crise das madeireiras que afetou o emprego, contribuindo para a periferização da cidade e a

²¹ HERMASA – Navegação da Amazônia S/A. Relatório de Impacto Ambiental – RIMA. Terminal Portuário Privativo Misto de Itacoatiara. Manaus: Água Pura Assessoria e Serviços, 1996.

conseqüente precarização da qualidade dos serviços públicos 3) crescimento natural da produção da Zona Rural, reconstruindo a perda populacional dos anos anteriores.

Contudo, a Suframa e o Governo do Estado do Amazonas tiveram um papel fundamental no reordenamento espacial da cidade, pois foram os responsáveis pelo incitamento inicial do fluxo migratório para Itacoatiara desde a década de 1990, com o fim das madeireiras e a chegada do TPPMI. Somando ao papel da autarquia, os demais modeladores do espaço da cidade, como o estado e grupos sociais excluídos.²²

Entretanto, no que se refere ao papel das políticas de desenvolvimento para o espaço da cidade de Itacoatiara, pode-se dizer que a forma urbana da cidade resulta das políticas públicas e da organização dos vários sujeitos sociais como estados, proprietários fundiários, trabalhadores, desempregados e os grupos socialmente excluídos. A compreensão desse processo, rico e contraditório, requer o exame da interface entre os processos políticos, sociais, culturais e suas determinações como espacialidades.

Portanto, as transformações de desenvolvimento que se identificam na cidade de Itacoatiara, associam-se à especificidade do movimento de substituição entre produtos econômicos – madeira e soja – que ao longo do tempo territorializaram suas ações como mecanismos para o processo de (re) produção da paisagem da cidade. Os produtos que a cidade passou a acolher, a partir das décadas 1990 e 2000 como meio de promoção do desenvolvimento regional, reflete a importância que os programas de desenvolvimento tiveram para a consolidação econômica que a cidade tem dentro da região do Médio Amazonas, pela polarização do desenvolvimento econômico dessa região por meio de programas e projetos como é caso do “III Ciclo”.

²² Foram responsáveis por diversas ocupações espontâneas que deram origem aos bairros.

3.7 Zona Franca Verde (ZFV)

Historicamente, as mudanças no padrão de uso da terra, na Amazônia brasileira, têm sido impulsionadas por intervenções de políticas públicas. O atual processo de ocupação da região começou em torno de 1945, ainda no governo de Getúlio Vargas e, até o fim da década de 1970, baseava-se em grandes projetos de desenvolvimento, como: a construção de estradas, hidroelétricas, projetos de mineração e pecuária extensiva. Esses projetos tinham pouca preocupação com a preservação da floresta e resultaram em impactos negativos ao meio ambiente.

No entanto, por volta de 1989, houve uma aparente mudança na postura governamental, no que envolve as questões do meio ambiente e do desenvolvimento da Amazônia. É dessa época, a criação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), Ministério do Meio Ambiente (MMA) e Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA). Desde então, até o presente momento, os governos adotaram a retórica ambiental como parte de seus discursos de desenvolvimento, expressando sempre que a dimensão ambiental deveria ser integrada ao Planejamento do Desenvolvimento no Brasil, e, principalmente, da Amazônia. Contudo, na prática, o modelo de desenvolvimento para a Região Amazônica pouco se alterou e os projetos continuaram a encorajar a expansão da fronteira agrícola e a exploração desordenada dos recursos naturais (Carvalho, 2001).

O atual Governo Federal, como proposta para o desenvolvimento da Amazônia e como forma de rever as velhas abordagens das políticas públicas sobre a região, propôs em 2004, o Plano Amazônia Sustentável – PAS, cujo objetivo era implementar um novo modelo de desenvolvimento na Amazônia brasileira que levasse em conta o uso sustentável dos recursos naturais (Ministério da Integração - MI / Ministério do Meio Ambiente - MMA, 2004). O plano era uma carta de boas intenções do governo federal

que sintetizava a Política de Desenvolvimento da Amazônia para o período de 2004 a 2007.

Pesquisadores, como Schneider *et al.* (2000), argumentam que é necessário que o Governo assuma a responsabilidade de garantir o desenvolvimento sustentável da Amazônia. Isso porque a atuação desordenada das forças econômicas locais, direciona os interesses para um desenvolvimento rápido, sem comprometimento com o meio ambiente e, em geral, insustentável a longo prazo.

Portanto, submetendo à discussão dos fundamentos das ações do programa de desenvolvimento regional, também chamado de “III Ciclo”, que tinha como responsabilidade mudar a economia do interior do Estado do Amazonas, nesse momento, faremos uma pequena análise do que se trata o programa Zona Franca Verde (ZFV), que tem como objetivo o Desenvolvimento Sustentável para Amazônia.

De acordo com Programa de Governo, em 2002, o Programa Zona Franca Verde (ZFV) é a proposta do atual Governo do Estado do Amazonas, para melhorar a qualidade de vida do povo do interior, por meio do uso sustentável das florestas, rios, lagos, igarapés, várzeas e campos naturais, além do permanente cuidado com a conservação do patrimônio natural do Estado. Esse programa tem como missão reverter o quadro sócio-ambiental do interior e promover o desenvolvimento sustentável no Estado do Amazonas.

O ZFV tem como meta o incentivo à produção florestal, agropecuária e pesqueira de forma ecologicamente apropriada, socialmente justa e economicamente viável. O programa teve início em 2003, na região do Alto Solimões, e foi se expandindo para o restante do Estado ao longo do tempo. A proposta do programa para o desenvolvimento sustentável é uma iniciativa inovadora. Afinal, são poucas as políticas públicas que se propõem a utilizar os recursos da floresta, de forma

sustentável, para desenvolver a região. Além disso, priorizou o incentivo ao pequeno produtor ao invés de investir em grandes empreendimentos, como já foi feito pelo governo em outros projetos de desenvolvimento para a região. Essa postura é também inovadora, pois aposta na autonomia do pequeno produtor regional, incentivando-o diretamente. Isso faz com que ele se insira como parte ativa do processo de mudanças, em vez de transformá-lo em mera mão de obra de grandes empreendimentos.

As dificuldades para a implantação de tal proposta não se encontram apenas no âmbito das técnicas utilizadas, mas também na complexidade da realidade no campo. Tal realidade faz com que nem sempre o que foi planejado inicialmente possa ser posto em prática. Para a continuidade e o êxito de iniciativas como essa, é necessário que o seu desenvolvimento ao longo do tempo seja avaliado, como forma de potencializar as experiências positivas e corrigir as possíveis falhas no planejamento inicial, adequando melhor as propostas à realidade local.

O programa ZFV pode ser entendido como um projeto social, uma vez que, segundo Carneiro (2004), um projeto social tem, com suas ações, o objetivo de produzir alterações nas condições de vida de indivíduos, grupos e regiões, buscando satisfazer necessidades insatisfeitas, construir capacidades, modificar condições de vida e promover alterações nos comportamentos e atitudes de grupos sociais, pois, é justamente essa a intenção desse projeto. Continua o autor:

Contudo, não é fácil atuar no campo social. Os problemas com os quais os projetos sociais lidam são multifacetados e têm causas múltiplas, que interagem e se reforçam mutuamente. São problemas permeados por dimensões subjetivas, por matizes sociais, culturais, econômicas, políticas, históricas e institucionais próprias e específicas, o que confere um grau de complexidade e incerteza bastante elevado no campo das ações sociais (Carneiro, 2004).

Portanto, para que um programa dessa natureza obtenha sucesso, é necessário que ele seja adequado à complexa realidade social com a qual se quer trabalhar e ao problema que se quer resolver, mas é difícil ter uma visão completa da realidade. O que se tem é um conjunto de causas imbricadas e interdependentes, sem clareza suficiente do motivo dominante do problema. Além disso, se de um lado as noções sobre o problema são limitadas, o conhecimento sobre as alternativas de intervenção é também precário (Carneiro, 2004).

Por isso, é necessário que a política pública seja desenhada de forma estratégica e implementada de forma correta levando em conta todo o conhecimento que se tem da realidade na qual se deseja atuar. Mas, além disso, é necessário que ela seja também avaliada ao longo de seu desenvolvimento, para que os obstáculos que extrapolam a formulação inicial, que inevitavelmente irão aparecer no processo de implementação, possam ser superados.

As políticas públicas não podem ser entendidas como um processo linear de etapas subsequentes (Silva & Melo, 2000; Carvalho, 2003), entre a formulação e implementação até a conquista dos resultados planejados previamente. A abordagem que melhor expressa o quadro real das políticas públicas é a que as considera como um complexo fluxo de ações e decisões, à medida que “nós” ou “elos críticos” vão aparecendo (Silva & Melo, 2000). Esses “elos críticos” produzem uma espécie de crise, concretizada no processo de tomada de uma decisão crítica por um ator estratégico, cujo desenlace impele o programa em uma direção nova (Silva & Melo, 2000).

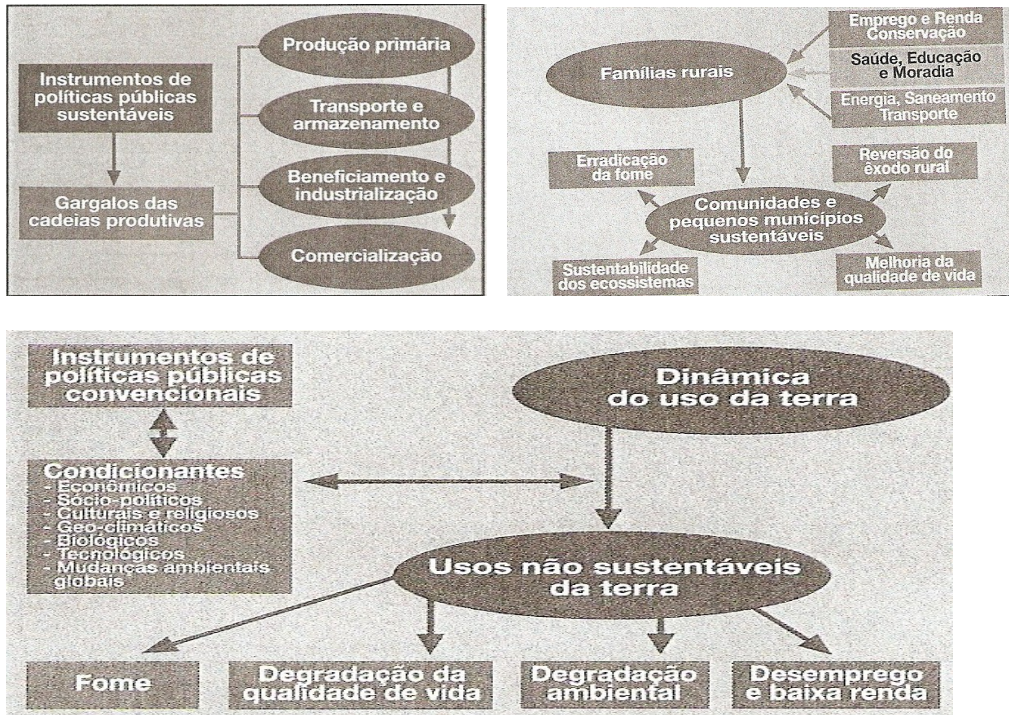
A avaliação é, portanto, parte constitutiva do processo da política pública. Ou seja, ela integra-se a esse processo como atividade permanente que acompanha todas as fases da política pública (Carvalho, 2003), fazendo com que o que foi idealizado possa ser adequadamente moldado à realidade encontrada na prática. Ela também não deve ser

encarada como correção de uma rota fixa, traçada durante a formulação da política, mas como uma forma de “*policy learning*”, encarando o projeto não como formulado de forma ideal, mas, sim, como uma forma de experimentação social, na qual a realidade vai sendo conhecida no decorrer do próprio processo de implementação (Silva & Melo, 2000).

3.8 Desenvolvimento Sustentável e Zona Franca Verde (ZFV)

No decorrer da pesquisa, procuramos identificar quais os objetivos do Governo atual para implantação do programa ZFV, como medida para desenvolver o Estado do Amazonas e os municípios do interior, gerando emprego e renda sem destruir a Floresta Amazônica. No entanto, observamos que a política – econômica implantada no Estado do Amazonas foi baseada no conceito de desenvolvimento sustentável. Com o objetivo de gerar riquezas a partir do uso sustentável dos recursos naturais, com vista à melhoria da qualidade de vida do povo amazonense, com geração de trabalho e renda em todo o Estado.

As atividades desenvolvidas contam com apoio técnico, científico e financeiro, no intuito de capacitar as comunidades para o manejo das florestas e dos rios, havendo assim, uma estrutura de gestão capacitada para identificação de mercados, com logísticas de armazenamento, transporte, e controle de qualidade. Como podemos observar nas figuras abaixo.



Figuras 07, 08, 09: Políticas, Cronograma e Logística do Zona Franca Verde, 2003
 Fonte: Zona Franca Verde, 2003.

A ZFV, tendo em vista a grande preocupação do mundo com a preservação ambiental, usa o conceito de desenvolvimento sustentável que é um conceito com grande reconhecimento e apoio internacional. Baseado na Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro em 1992. A partir dessa preocupação o ZFV procura utilizar e demonstrar que o manejo florestal é mais rentável do que o desmatamento e a extração predatória de madeira e produtos não-madeireiros, a floresta passará a ser protegida pelos próprios habitantes da Amazônia.

3.9 Características do ZFV

Segundo o plano de Governo do Estado do Amazonas (2002), uso de nossas florestas, igarapés, rios e lagos será efetivado sem destruição da natureza. Na área de produtos florestais, o Amazonas irá apoiar os produtores que assumam o compromisso de obter o selo verde – ou “certificação ambiental” – por órgãos como o FSC (Forest Stew – ardsip Council, ou Conselho de Manejo Florestal) e por outros programas de certificação que tenham credibilidade internacional.

Assim, o Amazonas apresenta características apropriadas ao programa que será implantado:

1. Extensão da cobertura de florestas, rios, lagos e igarapés;
2. Degradação relativamente pequena da natureza;
3. Existência de florestas públicas de produção na forma de Florestas Nacionais, Florestas Municipais, Reservas Extrativistas, Reservas de Desenvolvimento Sustentável e Reservas Indígenas;
4. Existência de milhões de hectares de terras devolutas, sob o domínio da União, Estado e Municípios, que podem ser transformadas em Florestas Públicas de Produção;
5. Rios navegáveis para o transporte da produção;
6. Existência de instrumentos fiscais da Zona Franca, com elevado potencial de atração de investimentos privados;
7. Existência de mecanismos de financiamento estatal, através da Agência de Fomento do Estado (Afeam);

8. Iniciativas pioneiras do setor florestal, com indústrias florestais certificadas com selo verde;
9. Sólidas entidades ambientalistas, com experiência em atividades práticas e com reconhecimento internacional.
10. Existência de uma rede de unidades de conservação dirigidas para a preservação da natureza sem uso direto;
11. Movimentos sociais organizados, com clareza das suas demandas e alternativas para o seu atendimento;
12. Rico saber dos povos que vivem nas florestas e beiras de rios, lagos e igarapés;
13. Grande potencial para a pesca e a piscicultura;
14. Existência de recursos minerais, como o petróleo e o gás natural.

É interessante ressaltar que tanto o programa Terceiro Ciclo quanto o Zona Franca Verde, ambos têm a mesma preocupação, procurando mostrar as potencialidades do Estado, tanto na capital quanto no interior e os possíveis mercados internos e externos para a comercialização da produção amazonense. Os planos aqui analisados apresentaram estimativas, análises, objetivos, estratégias que representam necessidades sociais, econômicas, mas que não conseguem revelar como o processo seria viabilizado e, também, além de ser um documento com amplas propostas, seria difícil concretizar grande parte dos seus programas.

4. ESTRUTURA SOCIOECONÔMICA DE ITACOATIARA

As articulações das atividades econômicas da Região Amazônica estiveram sempre condicionadas ao seu mercado interno e à dinâmica do mercado externo nas distintas etapas de seu desenvolvimento. Portanto, pretende-se aqui enfatizar um período circunscrito à etapa do desenvolvimento econômico, quando Itacoatiara passou a obter, por parte do Estado do Amazonas, uma atuação mais abrangente e sistemática, o que não seria possível se o país não estivesse no seu processo de industrialização, incorporando-se progressivamente ao sistema mundial.

As transformações que se operam na Amazônia, conforme Corrêa (2001) podem ser identificadas com a crescente complexidade funcional dos centros urbanos, do padrão espacial e da crescente articulação entre eles. A nova divisão do trabalho exige a especialização das cidades, sejam elas produtivas (minérios, petróleo, calçados, confecções, agricultura, etc.), portuárias ou turísticas. Para aprofundar essa questão, estudaremos a cidade de Itacoatiara nas suas variáveis produções de bens e serviços exigidos por ela e para as demais cidades menores que estão ligadas e condicionadas à sua situação geográfica favorável.

4.1 Localização Geográfica

O município de Itacoatiara, de acordo com a divisão política – administrativa estadual feita pela Secretaria de Estado do Planejamento e Desenvolvimento Econômico (SEPLAN/AM, 2007), localiza-se na mesorregião Centro – Amazonas, é a microrregião de Itacoatiara, sendo esse o pólo da 8ª Subregião do Médio Amazonas, compreendendo os municípios de Itapiranga, Maués, Nova Olinda do Norte, Presidente Figueiredo, Silves e Urucurituba. Com a sede do município de Itacoatiara estabelecida na margem

esquerda do rio Amazonas, distante 266 km por via terrestre e a 107 milhas náuticas (MN) da capital, Manaus. De barco, o percurso entre Itacoatiara e Manaus pode levar, dependendo do tipo de embarcação, até 12 horas e a comunicação fluvial com Belém leva até 70 horas. A localização da cidade garante o distanciamento de áreas metropolitanas, como propõe Sposito (2001), como um dos critérios para considerar o caráter de desenvolvimento de uma cidade.

No entanto, do ponto de vista de sua infraestrutura portuária, a cidade conta com três portos principais: o administrado pelo Serviço Nacional de Portos e Hidrovias (SNPH), como podemos observar figura 10 na pagina 118 que opera com cargas em geral, por onde é escoada toda a produção madeireira do Município, cuja estrutura comporta um píer flutuante de 70m, comportando também, na parte terrestre, escritórios para administração. Os demais são: o Terminal Portuário Privativo Misto de Itacoatiara (TPPMI), com píer de 90m, e 02 rebocadores/empurradores, utilizados para exportação de grãos, além do terminal de fertilizantes, que possui navio-silo de 175m que recebe, a contrabordo outros navios para operação de carga e descarga, além de gerar energia, sendo os dois de responsabilidade da Hermasa Navegações da Amazônia S/A.

A cidade também conta com o porto popular do Juary o qual é utilizado para armazenamento, comercialização e entreposto de pescado e produtos extrativistas, servindo, ainda, como ponto de referência para embarque e desembarque de passageiros, mercadorias e produção agrícola oriunda do interior e das cidades vizinhas que se utilizam de sua estrutura portuária. No entanto, podemos dizer ainda que toda a orla fluvial tenha sua utilidade, principalmente para as embarcações de pequeno porte, por não ser cobrada taxa de carga e descarga de mercadorias e passageiros, pois só é cobrada a taxa de carga e descarga no porto principal, que fica no centro da cidade, cuja responsabilidade é da SNPH.



Figura 10: Porto da SNPH.
Fonte: Alho, 2008.

Por sua vez, com a sede municipal a 18m acima do nível do mar, a cidade tem como uma das principais características a situação geográfica favorável, privilegiada pela posição que ocupa entre a foz do Madeira e o perímetro do Médio Amazonas, localizado no centro do território amazonense, com seus portos servindo de eixo de ligação com o Centro – Oeste brasileiro e Rondônia, por intermédio da Hidrovia Madeira/Amazonas, com Roraima através da BR-174 e AM-010, Silves e Itapiranga pela AM-363, além de se ligar com as demais cidades da região por meio da rede hidrográfica e do aeroporto.

Com isso, essa integração dos fluxos de transporte das embarcações regionais é feita por meio da interligação da Rede Hidrográfica que compõe o Município, a qual é formada pelos rios Amazonas, Madeira, Urubu, Anebá e Caru e pelo lagos de Serpa, Preto, Miratuba, Arari e Canaçari, que juntos são responsáveis pela navegabilidade, escoamento de produção agrícola e pescado. Por essas características, o transporte fluvial e o rodoviário são os mais utilizados como suporte para assegurar a relação com

as cidades vizinhas e com as capitais dos demais Estados da Amazônia (Manaus/AM, Belém/PA, Porto Velho/RO e Boa Vista/RR), ou seja, a função portuária é preponderante na conexão entre os centros urbanos, o que possibilita à cidade de Itacoatiara comandar a relação entre o espaço rural produtor de matérias-primas ligado à economia regional e às pequenas cidades próximas, assim como intermediar o desenvolvimento e os fluxos com as cidades mais distantes de seu raio de influência.

Essa facilidade locacional, apresentada pela cidade de Itacoatiara, torna significativa, as reduções de custos econômicos e de distância com outros países como Estados Unidos da América e outros países da Europa e Ásia como analisadas na rota do desenvolvimento, especialmente se comparado com o Centro-Sul, justifica a viabilidade da escolha dessa cidade para receber investimento no transporte, comercialização e armazenamento de grãos, transformando-a em um dos maiores pólos exportadores de agronegócio do Estado do Amazonas, como analisado anteriormente.

4.2 Aspectos Econômicos

A disponibilidade de indicadores que retratam a realidade sócio-econômica municipal vem se constituindo numa necessidade cada vez maior para os responsáveis pela formulação de políticas públicas, uma vez que a mudança no padrão de relacionamento entre os governos Federais, Estaduais e Municipais tem-se manifestado através de um forte movimento de descentralização. Tal trabalho se reverte de fundamental importância para professores e estudiosos, preocupados em encontrar alternativas economicamente viável e ecologicamente corretas para o desenvolvimento sustentável do Estado do Amazonas. Dessa forma, os números a seguir nos mostraram a distribuição espacial das riquezas geradas durante os respectivos anos, durante a

implantação dos programas “III Ciclo” e Zona Franca Verde (ZFV) no município de Itacoatiara.

A nova metodologia que está sendo utilizada para a elaboração do PIB municipal, leva em consideração os dados do Produto Interno Bruto Regional que, por sua vez, usamos as pesquisas mensais do IBGE, conjugadas com dados dos censos econômicos, para mostrar a participação do município de Itacoatiara com relação aos demais municípios do Estado do Amazonas.

4.3 As Atividades que Compõem o PIB Municipal

4.3.1 Setor Primário

Agropecuária, agricultura (lavouras temporárias e lavouras permanentes), Pecuária (criação de bovinos e outros animais, criação de suínos, criação de aves), Exploração vegetal, silvicultura e Pesca.

No que se refere ao seu potencial primário, Itacoatiara tem um zoneamento ecológico-econômico participativo, realizado pelo instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (IPAAM, 2003), desenvolvido em parceria com a prefeitura, verificou-se que o segmento agrícola, embora carente de tecnologia e diversificação, ocupa considerável destaque para a economia do município. A ocupação do solo com essa atividade de desenvolver basicamente da seguinte forma: as terras firmes são ocupadas pelas culturas perenes, o que é tecnicamente correto, uma vez que são solos de fertilidade baixa, porém com ótimas condições físicas e as terras de várzeas, o destaque deve ser dado para a sua fertilidade natural e disponibilidade durante a baixa dos rios, é explorada culturas de ciclo curto arroz, feijão, soja, milho, mandioca e olerícolas.

Culturas	Área Assistida ha		Produção
	Plantada	Colhida	Quantidade
Laranja	10,00	110,00	378,00
Limão	3,00	37,00	1.591,00
Pupunha	12,00	100,00	196,00
Cupuaçu	12,00	100,00	196,00
Guaraná	145	140	63
Banana		1,00	0,40
Abacaxi	4,00	21,00	378,00
Maracujá	2,00	2,00	30,00
Mandioca	1.785	1.780	5.300
Milho	61	61	150
Feijão	22	20	12

Quadro 07: Produção agrícola
Fonte: IDAM, 2006.

O cultivo da mandioca predomina sobre os demais, devido principalmente ao hábito alimentar da população da região, que credencia a farinha como um dos componentes principais.

De acordo com a Secretaria Municipal de Agricultura e Terras (SEMAG, 2007), o município hoje possui a maior produção de cupuaçu (*Theobroma grandiflorum L.*) do Estado do Amazonas, com um total de 600 ton./ano, plantada em área de 2.100 ha. Além disso, a região de São José de Amajari, aparece como área promissora para a fruticultura e agroindústria, pela tradição familiar do cultivo da terra e organização associativa como a Associação Comercial dos Produtores do Sagrado Coração de Jesus (ASCOPE), a qual possui uma pequena indústria de beneficiamento de polpas de frutas. As áreas degradadas ao longo da estrada AM-010 e vicinais, como as de Piquiá e Canaçary que são aproveitadas para plantio de soja e arroz, com mais de 2.000 ha, podendo ser multiplicada sua produção anualmente pelo processo de rotatividade de

culturas, o que não permite a exaustão do solo e mantém a capacidade nutricional das plantações.

O cacau também é outro produto que merece destaque no município, sua área plantada chega a 410 ha, e apresenta um rendimento médio de 251 kg/ha de amêndoas. A expansão da produção do cacau tem sido desenvolvida por meio da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC), pela disseminação de técnicas de correção da acidez do solo e melhoramento genético.

Entretanto, os impactos da expansão da fronteira agrícola relacionam-se com destaques aos desmatamentos e queimadas de novas áreas para exploração e possibilidade de aumento de conflitos fundiários. Uma das alternativas que poderia reverter os impactos decorrentes dessa ação predatória, seria uma política agrícola que levasse em consideração a sua vocação ao município e a maior presença dos órgãos responsáveis pela fiscalização ambiental e fundiária.

Quanto à pecuária do município, este tem expressão econômica em função das condições favoráveis de pastagens naturais, tanto na terra firme, quanto na várzea. Segundo dados do IDAM, a área de pastagem do município é de 18.000 ha, sendo 8.000 ha em terra firme e 10.000 ha em área de várzea. A pecuária do município é representada pelo criatório de bovinos e bubalinos destacando-se, porém, a bovinocultura. A exemplo do segmento agrícola, a pecuária proporciona um número maior de mão de obra empregada conforme pode ser verificado abaixo.

Mão-de obra

Atividade	Direta	Indireta	Total
Agricultura	5.214	10.428	15.642
Pecuária	610	1.220	1.830
Total	5.824	11.648	17.472

Quadro 08: mão de obra ocupada com agropecuária

Fonte: Plano Municipal de Desenvolvimento Rural - Itacoatiara 2006.

Na piscicultura, observamos que esta vem se desenvolvendo no município, a despeito das dificuldades que vem encontrando para evoluir. Implantada recentemente, conta com grandes perspectivas de mercado, estimulando o desenvolvimento sustentável do município. Por outro, a piscicultura em Itacoatiara enfrenta problemas que impedem o grande avanço na sua expansão, dentre os quais podemos destacar a carência de orientações técnicas ao produtor, já que o IDAM local não conta com nenhum engenheiro de pesca no seu quadro técnico. Outro sério problema é a falta de ração adequada; equipamentos e medicamentos de ordem profilática e curativa, disponíveis para aquisição por parte do produtor. Mesmo assim, encontram-se instalados, no município, seis projetos equivalentes a uma área de 61 ha, povoados por espécies como: matrinxã, curimatã, tambaqui, tucunaré e pirarucu.

Quanto ao extrativismo, este segmento tem uma representatividade na cidade pelos produtos de alta qualidade como: a madeira, castanha, óleo de copaíba, sorva, cacau, juta, cumaru e guaraná. Vale ressaltar que o município figurava como grande produtor de castanha e borracha, porém essa produção que é atribuída, na verdade, é proveniente de outros municípios que remetem suas produções para beneficiamento e embarque em Itacoatiara. Como as partidas chegam sem certificação de origem, são registrados como sendo do município de Itacoatiara.

Ocorre, também, com frequência, a presença de compradores provenientes de estados vizinhos, principalmente do Pará, que negociam diretamente com os produtores, impedindo dessa forma, que os produtos cheguem até a sede de Itacoatiara e sejam contabilizados com a produção local.

No que se refere à pesca, essa é uma atividade importante para a economia regional, o pescado é a principal proteína animal da população. Os locais de maiores

potencialidades pesqueiras são os lagos próximos ao município como Canaçarí e Ararí. Nos rios, a abundância de peixes ocorre somente por época da piracema que intensifica a produção e reprodução dos peixes, e seguem nos meses que vai de maio a setembro. Funciona no município a Colônia de Pescadores Z-13 que representa o interesse de 936 associados e atua de forma precária em função da deficiência de suas instalações físicas, recursos humanos e financeiros. No município estão registrados 936 pescadores, 80 embarcações de pesca e a produção anual de pescado é de aproximadamente 4.088 ton., segundo os dados fornecidos pelo IBAMA.

Cabe ressaltar a análise feita, anteriormente, Itacoatiara tem um fator importante para o desenvolvimento quanto aos demais municípios vizinhos para o escoamento de sua produção, a facilidade que esta tem com o mercado consumidor de Manaus, através da rodovia AM-010, que permite o transporte seguro e a preservação da qualidade do produto até os centros de comercialização.

4.3.2 Setor Secundário

Indústria Extrativa Mineral, Indústria de Transformação, Serviços de Utilidade Pública (fornecimento de água, luz, telefone, gás) e Construção Civil.

Quanto à atividade industrial, segundo o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Amazonas (SEBRAE), até 2005 existiam 82 estabelecimentos considerados industriais em Itacoatiara. Destes, 70 localizavam-se na zona urbana e 12 na zona rural. Estes últimos, são considerados estatisticamente industriais, é necessário assinalar que, para a maioria, a fabricação é, sobretudo, artesanal. Em 2005, um total de 4.843 pessoas encontrava-se ocupado nessas empresas, o que dá uma média de 83 pessoas, aproximadamente, para cada estabelecimento. Na realidade, somente 20 estabelecimentos contavam mais de 10 trabalhadores, sendo que a maior parte desses

estabelecimentos empregava entre 1 a 15 trabalhadores. Das 17 indústrias têm excepcionalmente efetivo superior a 30 operários. São três fábricas de laminados de madeira, uma de óleo de soja, duas de mineração, dois estaleiros, quatro movelarias, três agropecuárias e dois frigoríficos.

De acordo com os dados do Ministério do Trabalho (CLT), 11.894 trabalhadores assim distribuídos:

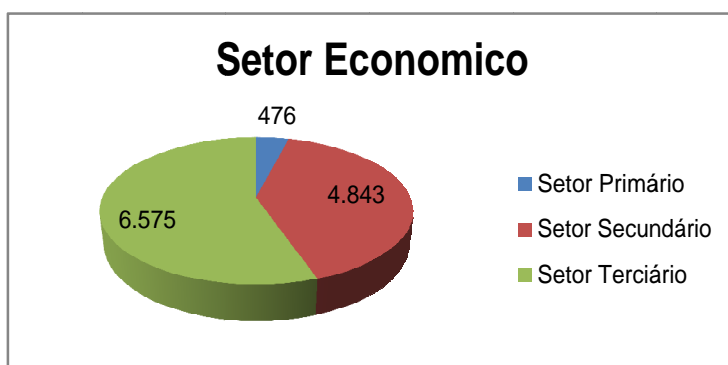


Gráfico 01: Setores da Economia Formal
Fonte: IBGE, Brasil – 2006.

Como se pode observar no gráfico 01, é essa massa salarial a responsável pela dinamização dos serviços que a cidade oferece. Contudo, fazendo comparação com os municípios da microrregião de Itacoatiara, com relação à renda per capita e Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e Rendimento Médio dos Responsáveis por Domicílio, constatou-se os números mostrados pelo quadro 09. Outro fator que nos chama atenção é o setor Terciário em relação ao setor Primário do município, uma vez que este perde espaço devido à população rural abandonar suas terras em busca de melhorias na cidade, com isso deixando de produzir.

Município	Renda Per Capita, 2006	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, 2006	Rendimento Médio dos Resp. por Domicílios
Itacoatiara	87,66	0,668	382,05
Nova Olinda do Norte	67,81	0,630	295,36
Silves	55,19	0,625	261,61
Itapiranga	62,84	0,637	326,25
Urucurituba	60,12	0,623	273,65

Quadro 09: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e Renda.

Fonte: IBGE, 2001.

Com relação à renda per capita, os municípios de Nova Olinda do Norte (R\$ 67,81), Silves (R\$ 55,19), Itapiranga (R\$ 62,84) e Urucurituba (R\$ 60,12) têm renda inferior a 75,50 que segundo os estudos realizados no Brasil pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), podem ser considerados abaixo da linha de pobreza.²³ Quanto aos demais indicadores, quais sejam IDH e Rendimento Médio dos Responsáveis por Domicílio, observa-se certo equilíbrio nos percentuais de Índice de Desenvolvimento Humano entre os cinco municípios aqui analisados, no entanto, os números mostram que todos ficaram acima da média, mas ainda distantes no nível de qualidade de vida de IDHs, como das cidades do Centro-Sul. No que se refere aos Rendimentos Médios dos Responsáveis por Domicílios, os municípios de Silves (R\$ 261,61) e Urucurituba (R\$ 273,65) tiveram as menores rendas se comparados aos demais. Nova Olinda do Norte (R\$ 295,36) e Itapiranga (R\$ 326,25), respectivamente, ocupam uma posição sendo superados apenas por Itacoatiara (R\$ 382,05).

²³ Segundo o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M), a pobreza é medida pela proporção de pessoas com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 75,50, equivalente à metade do salário mínimo vigente em agosto de 2000 (PNUD, 2001).

4.3.3 Setor Terciário

Comércio Atacadista e Comércio Varejista, Alojamento e Alimentação, Transporte, Serviço de Informações, Intermediação Financeira, Atividades Imobiliárias e Aluguel, Serviços Prestados as Empresas, Administração Pública, Educação Mercantil, Saúde e Serviços Sociais e Demais Serviços.

Conforme propõem Santos e Silveira (2001), um dos atributos das cidades está relacionado à capacidade da oferta de bens e serviços exigidos por ela e por cidades menores próximas.²⁴ Nesse sentido, foram elencados onze variáveis, disponibilizados pelo Sistema de Recuperação Automática (IBGE – Sidra, 2007), sobre o perfil dos municípios brasileiros, que expressam a capacidade de cada município de suprir suas necessidades, assim como estabelecer o grau de dependência destes em relação aos bens e serviços ofertados pela cidade de Itacoatiara. Como podemos observar no quadro 10 apresenta o resultado desse levantamento.

²⁴ A capacidade está relacionada à disponibilidade de bens e serviços de atendimento ao consumo da demanda solvável como cultura, lazer, serviços na área de saúde e educação (Santos e Silveira, 2001).

Município	Inst. de Nível Superior	Cinema	Estação de Rádio AM/FM	Geradora de TV	Teatros ou salas de espetáculos	Provedor de internet	Aeroporto	Agencias Bancarias **	Clinica Especializadas ou serviços especializados
Itacoatiara	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Itapiranga	Não	Não	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	Não
Nova Olinda do Norte	Não	Não	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	Não
Urucurituba	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	Não
Silves	Não	Não	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	Não

Quadro 08: Bens e serviços nos municípios da microrregião de Itacoatiara – 2007.

Fonte: IBGE, 2006.

Como podemos observar no quadro acima, é de chamar atenção o número restrito de municípios que tem acesso aos serviços de provedor²⁵ de internet. O percentual de domicílios com telefone instalado não ultrapassa 20%, mesmo em Itacoatiara é abaixo de 17%. Isso demonstra o baixo grau de conexão informacional da cidade interna e externamente, visto que o telefone ligado à internet constitui um dos principais serviços ofertados para agilizar a troca de informações, compra e venda de produtos ou a socialização do conhecimento. Com relação ao sistema de comunicações²⁶ apesar de todos os municípios contarem com repetidoras de televisão e apenas duas estações de rádio AM/FM, a geração de conteúdo televisivo acontece somente em Itacoatiara, por dispor de repórter correspondente de uma emissora afiliada a uma grande rede nacional – Rede Amazônica de Televisão – que envia reportagens locais e regionais para serem veiculadas em cadeia para todo Estado do Amazonas, bem como para os demais estados brasileiros e via Internet para o mundo, o que garante a cidade superioridade absoluta no monopólio e difusão da informação regional.

No que se refere à educação, segundo os dados fornecidos pela Secretaria de Educação do Município de Itacoatiara (SEMED), em 2007 80% dos professores da Rede Pública já possuíam Curso de Graduação e Especialização em diversas áreas do conhecimento, 4% estavam matriculados em Curso de Nível Superior e 20% tinham apenas o Curso de Magistério. De acordo com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP, 2007), existem 186 estabelecimentos de ensino em Itacoatiara, dos quais 147 estão distribuídos pela Zona Rural. A idade média de conclusão do Ensino Básico é de 18 anos e a taxa de analfabetismo entre pessoas de 15

²⁵ A cidade conta com dois provedores de Internet, a Proamazon e Italg.

²⁶ Na cidade, os órgãos de comunicação de massa são quatro estações de televisão (Rede Amazônica/Globo); (TV Rio Negro/ Bandeirante); (TV A Crítica/SBT) e (TV Cultura). Quanto às Rádios são três AM/FM (Rádio Difusora de Itacoatiara, Rádio Panorama e Rádio Comunitária Pedra Pintada); três jornais de circulação local (O Informante, O jornal Itacoatiara e O tropa); três editados em Manaus (A Crítica, Amazonas em Tempo e Diário do Amazonas).

anos ou mais é de 11%. A SEMED mantém convênios e parcerias com instituições como: Ministério da Educação (MEC), Serviço Social da Indústria (SESI), Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM), Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Universidade do Estado do Amazonas (UEA) e com o Comitê de Democratização da Informática (CDI), que atua em Novo Remanso, sede e distrito de Amatari, e no aglomerado rural de Lindóia ambos na Zona Rural do Município.

Ensino Básico	N. de Escolas		N. de alunos		N. de Professores	
	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbano	Rural
Ensino Público Estadual (SEDUC)	13	02	10.758	713	393	31
Ensino Público Municipal (SEMEC)	16	147	28.985	9.839	480	302
Educação Especial (APAE)	01	-	120	-	25	-
Ensino Privado	07	-	2.362	-	125	-

Quadro 11: Instituição de Ensino
Fonte: INEP, 2007

A partir do quadro 12, observa-se que as Instituições de Nível Superior Públicas ou Privadas, com cursos presenciais, estão concentradas em Itacoatiara. Por exemplo, a Universidade Federal do Amazonas (UFAM) por meio da Unidade Acadêmica Permanente, com sede no Campus Universitário de Itacoatiara do Pólo do Médio Amazonas, Itacoatiara²⁷, disponibiliza cursos na cidade para vários municípios nas áreas de Letras, Biologia, Matemática e Administração de Empresas, Química, Física, Farmácia, Sistema de Informação e Engenharia de Produção com média de turmas com 50 alunos de cada turma de cada curso, com vagas abertas para comunidade ou por meio de cursos específicos para qualificação de professores. Por sua vez, a Universidade do

²⁷ Os municípios que Itacoatiara polariza pela divisão territorial da UFAM são: Autazes, Rio Preto da Eva, Urucará, Silves, São Sebastião do Uatumã, Urucurituba, Itapiranga e Nova Olinda do Norte (UFAM, 2007).

Estado do Amazonas (UEA), por meio do Centro Acadêmico Permanente de Itacoatiara, oferece cursos nas áreas de Licenciatura em Informática, Ciências Políticas e Engenharia Florestal abertos a toda a sociedade e disponibiliza, também, o Curso Normal Superior a distância para professores da Rede Municipal e Estadual, com turmas de 50 alunos cada curso.

Até 2007, apenas duas faculdades particulares atuavam na cidade, a Faculdade Táhirih, que dispõe apenas do curso de Licenciatura em Ensino Religioso e a Universidade Luterana do Brasil (ULBRA), que oferece os cursos de Pedagogia, Administração de Empresas, Gestão Financeira e Ciências Sociais. Desse modo, Itacoatiara detém um número relativamente significativo de instituições, maior diversidade de cursos e um maior percentual de vagas ofertadas para este nível especializado de conhecimento na sua Microrregião. Assim, os números indicam que a cidade possuía, até 2007, duas Universidades Públicas e duas Particulares responsáveis pelo Ensino Superior na sua região, assim distribuídas:

Instituições de Ensino Superior	Cursos / Números de Vagas	Alunos Matriculados
Núcleo da Universidade Federal do Amazonas (UFAM)	Farmácia (50), Química (50), Física (50), Engenharia de Produção (50), Sistema de Informação (50), Biologia (50) Biologia ²⁸ (125), Letras (50), Matemática (50), Administração de Empresas (100)	625
Universidade do Estado do Amazonas (UEA)	Licenciatura em Informática (100), Ciências Política (50), Engenharia Florestal (100), Normal Superior (150)	400
Faculdade Táhirih	Licenciatura em Ensino Religioso (50)	50
Universidade Luterana do Brasil (ULBRA)	Pedagogia (50), Administração de Empresa (50), Gestão Financeira (50), Ciências Sociais (50)	200

Quadro 12: Instituição de Ensino Superior

Fonte: INEP, 2007

²⁸ Nesse caso, é apresentado 02 turmas de 50 alunos e 1 turma de 25 alunos a distância.

Essa vantagem, em relação ao conjunto dos outros municípios, remete-nos a duas análises: sendo a primeira, aquela em que as pessoas interessadas em obter formação de nível superior, terão de deslocar-se para morar em Itacoatiara, alugando imóveis, dinamizando os serviços que a cidade oferece ou tendo de conciliar longas jornadas de viagens de barco ou ônibus, para conseguir ter acesso ao Ensino Superior, dado a variedade de cursos e o quantitativo da oferta de vagas; a segunda refere-se ao papel que a cidade cumpre tanto na formação de mão de obra qualificada para o mercado de trabalho quanto na produção de conhecimento especializado sobre a realidade regional dentro da própria Microrregião.

Quanto aos serviços disponibilizados na área de saúde, as principais ações desenvolvidas nesse campo são realizadas pelas seguintes instituições: Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), Superintendência Estadual de Saúde (SUSAM), Fundação Nacional de Saúde, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária atua no município em parceria com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, promovendo ações de controle fitossanitário da produção e comercialização dos produtos e serviços na área de influência dos portos e aeroporto.

Ainda no atendimento dos demais órgãos, existe um sistema hierarquizado de prestação de serviços médicos em dois níveis: nível primário, por meio dos Postos de Saúde e Centros de Saúde, situados nos bairros de Jauary, Mutirão, Colônia e Centro (mapa em anexo), e ações ligadas diretamente às comunidades executadas pelo Programa de Agentes Comunitários (PACs), administrados pela Secretaria Municipal de Saúde (SEMSA). Além das ações na sede municipal, a SEMSA atende a 198 localidades, distribuídas nos seis pólos administrativos da Zona Rural. Em nível

secundário, o atendimento é feito por meio do Hospital Regional²⁹ José Mendes, vinculado à Secretaria de Estado de Saúde, que conta com atendimentos ambulatorial e clínica médica, pequenas e médias cirurgias e pronto-socorro.

Por prestar serviços para os demais municípios, cujas estruturas de saúde são precárias ou até inexistentes, a grande demanda de pacientes local e extralocal tem causado uma pressão excessiva sobre a estrutura pública de saúde, que se encontra, conforme o quadro 13, assim distribuído:

Unidade de Saúde Pública e Privada	N. de Profissionais	Atendimentos	N. de Leitos/2007
Hospital Regional José Mendes	Médicos (as) 33	2007 jan/set.	120
	Odontologia 10		
	Radiologista 03	93.820	
	Enfermeiro (a) 12		
	Bioquímico (a) 02		
	Ag. Administrativo (a) 33		
	Psicóloga 01		
	Ass. Social 02		
	Parteira 03		
	Téc. Aux. de Saúde 121		
P. S. Eudócia de Oliveira		73.700	15
P. S. Francisco Pereira		46.178	15
P. S. Centro de Saúde III		144.002	56
P. S. Manoel Mendes da Silva		58.948	15
P. S. Nicolas Eutene Lekakis		75.518	20
P. S. Santo Antônio		94.179	20
Clínison	Médico 01	6.359	15

²⁹ Na divisão regional feita pela SUSAM em 1997, a circunscrição do Hospital Regional José Mendes refere-se ao (Pólo 06) Médio Amazonas, com os seguintes municípios: Silves, Itapiranga, Urucurituba, Urucará, São Sebastião do Uatumã (Amazonas, 2006).

	Enfermeiro 03		
Clínica Médica de Itacoatiara	Médico 02 Enfermeira 07	12.628	23

Quadro 13: Corpo funcional e atendimento da área de saúde.

Fonte: Amazonas, 2007b

Em relação à oferta de lazer, clínicas especializadas, aeroporto³⁰ e agências bancárias convencionais, esses serviços só existem em Itacoatiara. Desse modo, o acesso a estes está condicionado ao deslocamento de população das cidades menores para essa cidade. Esse deslocamento de uma parcela da população da Zona Rural, distritos e municípios vizinhos ocorre especialmente em épocas de pagamentos de aposentadorias do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), normalmente no início de cada mês. Ocorre também em situações que exijam um tipo específico de serviço das instituições bancárias de maior complexidade, como aplicações financeiras, empréstimos diretos ou consignados à folha de pagamentos, regularização de conta corrente, entre outros, ou ainda da necessidade de serviço de determinadas instituições públicas que só existem em Itacoatiara, e que não tenham representações nos demais municípios da região. Essa mobilidade dinamiza a economia da cidade, pois diversos serviços secundários podem advir da necessidade de deslocamento, estadia e manutenção dessa parcela de população, como o fretamento de moto-taxi, refeições, compras no comércio local, transporte fluvial ou rodoviário etc.

Em Itacoatiara, a atividade bancária leva a distinguir quatro tipos de bancos: 1) dois bancos oficiais: Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, 2) Um Banco Regional: Banco da Amazônia S/A, 3) um Banco Nacional privado: Bradesco, 4) um

³⁰ O aeroporto do município tem pouca utilidade, servindo apenas para pequenas aeronaves particulares fretadas por empresas da cidade.

Banco Postal da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) associado ao Bradesco.

Tais organizações são responsáveis pelo financiamento e intermediação do comércio de exportação e importação, a agricultura comercial e familiar, bem como a indústria em menor escala. Tendo em vista a estrutura econômica regional, a localização das sedes dessas empresas e a falta de informações mais seguras pode-se dizer que esta atividade bancária remete a maior parte do lucro para fora da cidade e do Estado do Amazonas, ou seja, a função bancária liga Itacoatiara à sua região circundante e, ao mesmo tempo, a centros muito distantes, como São Paulo (Bradesco), Brasília (Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos) e Belém (Banco da Amazônia S/A).

De acordo com o mapa em anexo, no que se refere à distribuição espacial de serviços, o Centro da cidade concentra a maior parte das atividades comerciais que a cidade oferece. O desenvolvimento do comércio nesta área levou os bancos a abrirem agências, sobretudo na Avenida Parque onde se concentram três dessas agências, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e Banco Postal (ECT). Para se ter uma ideia da valorização dessa avenida, basta dizer que nela está concentrado o maior centro comercial do município, onde podemos encontrar lojas como a Magazine Esplanada, Armazém Paraíba, Lojas Bemol, City Lar, Facilar, Amazônia Moto Center, Postos DNP, BR, Equatorial e vários Hotéis e Drogarias que concentram seus empreendimentos de comércio e serviços especializados, valorizando a localização e acessibilidade desse centro comercial e econômico do município.

Por outro lado, o comércio varejista e atacadista reforça a importância que a cidade tem diante dos demais municípios, pois, não havendo variedade de produtos nos municípios da microrregião, passa a existir uma demanda reprimida e os poucos

serviços disponibilizados pelos municípios do entorno da cidade contribuem para o volume de vendas de empresas do município direcionadas aos demais municípios. É essa capacidade de abastecimento implantada em Itacoatiara que permite abastecer os espaços regionais. Em relação à microrregião, a influência dessa estrutura de comércio atinge diretamente as cidades de Silves, Itapiranga e Urucurituba. Podemos observar tal fato pela frequência de barcos e caminhões provenientes desses municípios embarcando mercadorias em estabelecimentos comerciais de Itacoatiara. Essa atividade comercial na cidade desenvolveu-se sob diferentes aspectos nos quais podemos citar alguns como: 1) comércio atacadista de mercadorias de primeira necessidade, 2) comércio varejista, 3) comércio de alimentação 4) comércio de rua.

Quanto ao comércio atacadista, este se encontra ligado ao porto, fato que explica sua importância em relação aos demais municípios, pois parte do abastecimento de mercadorias de primeiras necessidades dos municípios próximos à Zona Rural de Itacoatiara é fornecida pelos estabelecimentos localizados principalmente no Centro, entre as avenidas 7 de setembro e 15 de novembro, no bairro do Jauary, cuja via denominada de Estrada Stone concentra quase que a totalidade do mercado atacadista, assim como na rua Borba, no bairro de Santo Antônio.

O comércio varejista é voltado especialmente para atender os consumidores locais, dada a variedade e especificidade de produtos, sua localização contribui para o desenvolvimento, especializa a partir do Centro da cidade, dividindo-se desse ponto em diante para dois subcentros, aqui analisados que são a Rua Borba, no bairro de Santo Antônio e a Estrada Stone no bairro do Jauary.

O comércio de alimentação tem nos bares, pizzarias, lanchonetes e restaurantes seus principais representantes. Nesse segmento, o Centro mantém-se como o espaço de

referência, podendo também ser encontrado em menor escala em praticamente todos os bairros da cidade.

O comércio de rua ocupa um espaço relativamente pequeno, é representado pelas feiras, camelôs e vendedores ambulantes, sua localização se restringe a rua Dr. Luzardo Ferreira de Melo, no perímetro entre as avenidas 15 de novembro e Conselheiro Ruy Barbosa, e estrada Stone no bairro do Jauary. Quanto às feiras elas são distribuídas pelos bairros da cidade, Centro, Araújo Costa, Jauary e Mutirão.

Essa dinâmica mostra-nos que o comércio local e extralocal tem levado algumas empresas instalarem suas filiais nos municípios da região. Com isso, podemos dizer que a reprodução do capital local espacializa-se a partir de sua vizinhança imediata, consolidando a tendência da supremacia de sedes de empresas locais com regular atividade comercial em municípios como Silves, Itapiranga, Urucurituba, Urucará, São Sebastião do Uatumã etc. como visto no quadro 14.

Comércio/Indústria	Ramo de Atividade	Filiais/Escritórios
Grupo André Maggi Ltda.	Agronegócio	Rondonópolis, Santarém, Porto Velho, Manaus
Richardson Eletrodomésticos Ltda.	Eletrodomésticos	Itapiranga, Silves, Urucará, São Sebastião do Uatumã
I. Menezes Cia.	Rede de Supermercados	Manaus
MIL – Madeireira Itacoatiara S/A.	Madeira serrada, beneficiada e venda de certificados de redução de gás carbônico	Belém
MW Florestal do Brasil Ind. Com. Ltda.	Madeira pré-beneficiada e madeira serrada	Manicoré
Euthene José Lekakis Ltda.	Frigorífico e exportação de peixes filetado	Careiro da Várzea
Constrói Material de Construção Ltda.	Material de construção	Manaus
Arsenal Confecções Ltda.	Confecções e franquia de marcas	Manaus

Braspor Madeireiras Ltda.	Madeira serrada, lambri e palletes	Rio Preto da Eva e São Sebastião do Uatumã
---------------------------	------------------------------------	--

Quadro 14: Polarização do Comércio / Indústria de Itacoatiara
Fonte: JUCEA – Agência Itacoatiara, 2007.

Como observado acima, o município de Itacoatiara tem uma representatividade no comércio local e na região, ainda que pequena, demonstra uma característica peculiar. Quanto ao dinamismo econômico da cidade, irradia-se a partir do capital local e extralocal abarcado pelos municípios de menor porte, significando a supremacia e importância que a cidade tem dentro da região da qual faz parte. Porém, o dinamismo sócio-espacial cria uma hierarquia no direcionamento dos fluxos econômicos, políticos e cultural em direção ao desenvolvimento regional.

4.4 Desenvolvimentos do PIB de Itacoatiara

A seguir será apresentado uma breve análise do comportamento da economia municipal amazonense em 2006, dando ênfase e destaque ao município de Itacoatiara para mostrar a análise realizada neste capítulo com a justificativa do desenvolvimento econômico do município.

As cinco maiores economias do Estado do Amazonas em 2006 foram: Manaus, Coari, Itacoatiara, Parintins e Manacapuru que concentraram 87,6% de toda a riqueza gerada no período. Como podemos observar na tabela 01abaixo, esses números destacam como os municípios de maior economia do Estado do Amazonas, onde observamos o município de Itacoatiara na terceira colocação, segundo os dados fornecidos pelo IBGE. Cabe ressaltar que a escolha desses cinco primeiros municípios deve-se pela participação na contribuição do PIB, com destaque ao município de Itacoatiara que está sempre entre os cinco primeiros colocado no *Ranking*.

2006									
MUNICÍPIO	AGROP.	IND.	SERV.	VALOR ADIC.	ADM. PÚBLICA	IMPOS.	PIB	POP.	PIB PER CAPITA R\$ 1,00
Manaus	52.179	13.732.867	12.222.192	26.007.238	2.875.758	5.909.018	31.916.257	1.688.524	18.902
Coari	22.075	914.675	276.404	1.213.154	214.635	22.225	1.235.379	87.468	14.124
Itacoatiara	88.096	26.091	352.897	467.085	130.975	49.450	516.535	81.674	6.324
Parintins	48.971	31.469	258.160	338.601	167.633	14.117	352.718	112.636	3.131
Manacapuru	63.686	25.684	216.941	306.311	135.779	14.867	321.178	84.656	3.794

Tabela 01: Os cinco Municípios com maior contribuição para o Produto Interno Bruto de 2006.
Fonte: IBGE – 2006.

Os cinco menores municípios em termos econômicos foram pela ordem: Anamá, Amaturá, Itapiranga, Juruá e Santa Isabel do Rio Negro com apenas 0,35% do valor agregado a economia do Estado. Esses municípios mostrados na tabela 02, mantiveram uma economia muito pequena em relação aos primeiros colocados, por isso, mostramos suas contribuições para uma melhor análise com relação ao PIB do Estado do Amazonas, a análise feita está relacionada ao acompanhamento do crescimento econômico anual, como podemos observar nos documentos da SEPLAN em anexo, que apresenta os dados relativos aos anos de 2002, 2003, 2004, 2005 e 2006.

2006									
MUNICÍPIO	AGROP.	IND.	SERV.	VALOR ADIC.	ADM. PÚBLICA	IMPOS.	PIB	POP.	PIB PER CAPITA R\$ 1,00
Anamá	3.498	1.910	16.898	22.306	13.054	1.762	24.068	6.949	3.464
Amaturá	6.128	2.288	18.994	27.410	14.659	801	28.212	9.150	3.083
Itapiranga	5.130	2.451	20.579	28.159	14.399	979	29.139	8.866	3.287
Juruá	6.531	2.163	20.055	28.749	15.085	857	29.606	7.687	3.851
Santa Isabel do Rio Negro	4.585	2.185	22.187	28.956	15.663	750	29.706	7.077	4.197

Tabela 02: Os cinco Municípios com menor contribuição para o Produto Interno Bruto de 2006.
Fonte: IBGE – 2006.

Como observado nas tabelas acima mencionado vimos a contribuição dos cinco maiores municípios e os cinco menores em relação à contribuição do PIB do Estado, dessa forma, elaboramos uma análise por setor para facilitar uma melhor compreensão, onde destacamos o município de Itacoatiara, o qual é objeto de análise da pesquisa que procuramos mostrar o desempenho e contribuição para o Estado do Amazonas em 2006.

Por setor econômico, a distribuição do PIB ficou assim dividido: Agropecuária com 4,9%, Indústria com 45,7% e serviços com 49,4%. Para maior compreensão, observar no gráfico 01, onde podemos analisar o PIB por setor, assim fizemos uma análise nos setores para ilustrar a participação do município de Itacoatiara para o Estado do Amazonas, como podemos ver a seguir.

Dentro do setor agropecuário os cinco maiores foram: Presidente Figueiredo (cultivo de cana-de-açúcar), Itacoatiara (outros produtos da lavoura temporaria), Tefé (outros produtos da lavoura temporária), Apuí (cultivo de café) e Boca do Acre (criação de bovinos). Os cinco menores dentro do mesmo segmento são: Itapiranga, Novo Airão, Santa Isabel do Rio Negro, Anamá e Japurá. Para ilustrar a base de análise, o gráfico 02 mostra os valores que cada município contribuiu.

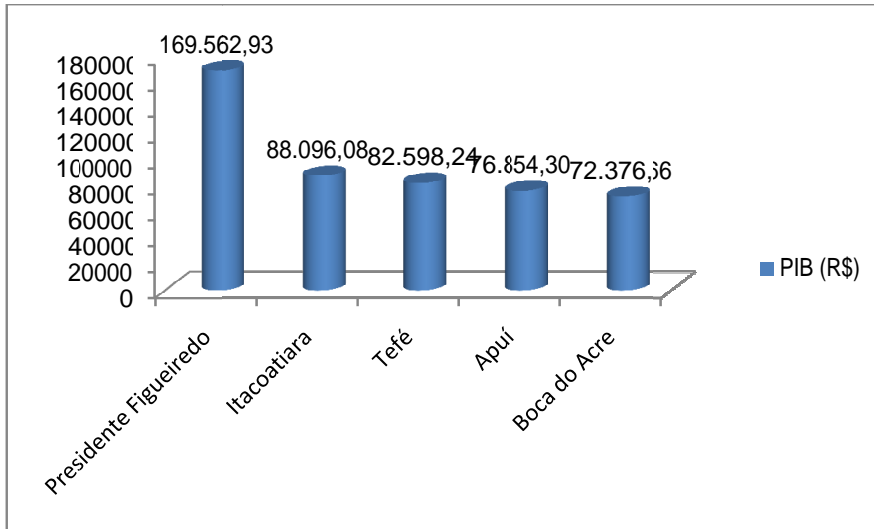


Gráfico 02: Setor Agropecuário – 2006.
 Fonte: IBGE – 2006, gráfico elaborado pelo autor.

No setor industrial, destacam-se os seguintes municípios: Manaus (Pólo Industrial de Manaus), Coari (Exploração de petróleo e gás), Parintins (Construção Civil), Itacoatiara (Geração e Distribuição de Energia Elétrica) e Manacapuru (Construção civil Informal) e os cinco municípios menos industrializados do Estado são: Novo Airão, Santa Isabel do Rio Negro, Juruá, Itamarati e por último Anamá. Nesse setor, Itacoatiara tem uma pequena contribuição ficando apenas na frente do município de Manacapuru, entre os cinco primeiros ver no gráfico 03.

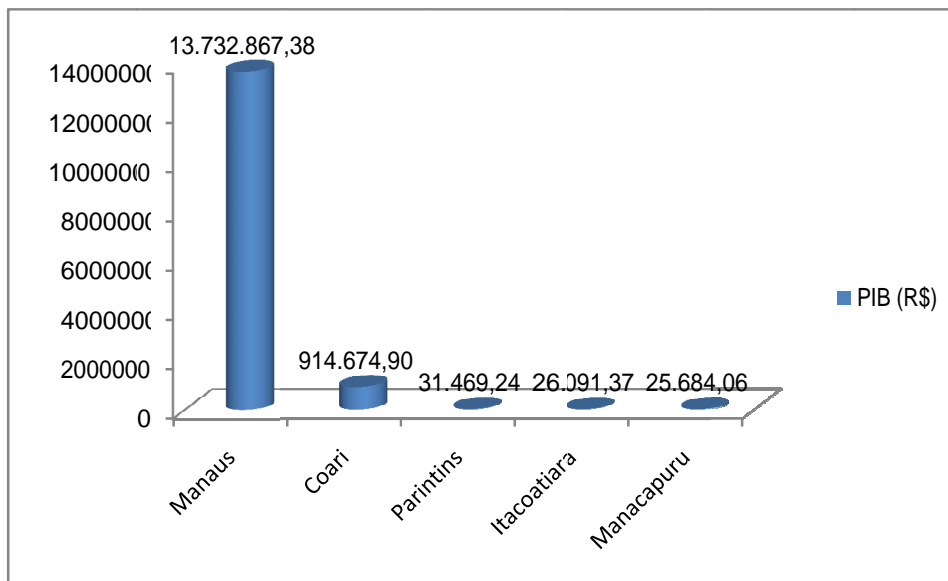


Gráfico 03: Setor de Indústria – 2006.

Fonte: IBGE – 2006, gráfico elaborado pelo autor.

No setor de serviços, sobressaem-se: Manaus (com as atividades de Comércio, Serviços de Manutenção e Reparação, Administração Pública, Atividade Imobiliária e Aluguel, Intermediação Financeira), Itacoatiara (Transporte Aquaviário), Parintins (Serviço de Informações e atividades envolvendo setor de turismo), Coari (Serviços Prestados a Empresas) e Manacapuru (Atividades imobiliárias e alugueis), enquanto os cinco menores da área de prestação de serviços são: Itamarati, Juruá, São Sebastião do Uatumã, Amaturá e Anamã. Quanto a esse setor, podemos observar que a cidade de Itacoatiara melhor se destaca, ficando na segunda colocação, atrás apenas da capital Manaus, conforme gráfico 04.

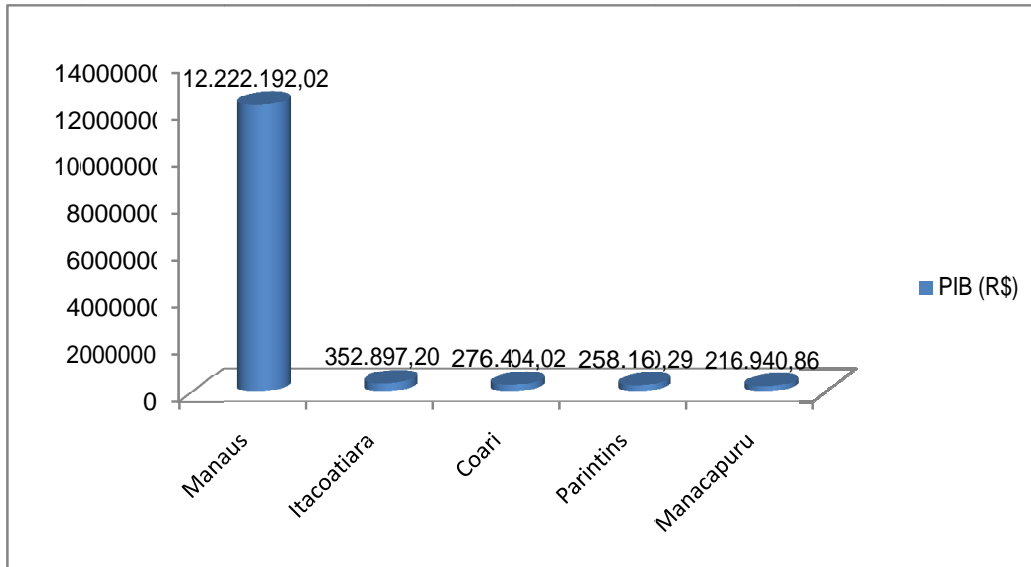


Gráfico 04: Setor de Serviço – 2006.
 Fonte: IBGE – 2006, gráfico elaborado pelo autor.

No que se refere ao setor de administração pública sobressaem: Manaus, Coari, Parintins, Manacapuru e Itacoatiara ficando este em 5ª colocação, atrás dos demais municípios, enquanto os cinco menores da área de administração pública são: Anamã, Itamarati, Novo Airão, Itapiranga e Amaturá . conforme o gráfico 05.

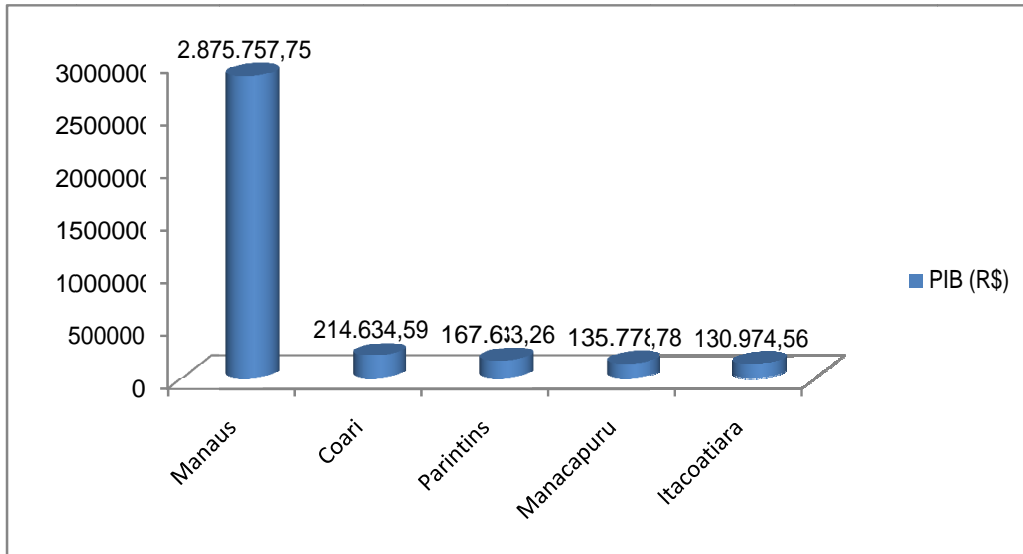


Gráfico 05: Administração Pública – 2006.
 Fonte: IBGE – 2006, gráfico elaborado pelo autor.

Também nos preocupamos em mostrar quais os municípios que mais arrecadam os impostos econômico. São eles: Manaus, Itacoatiara, Coari, Presidente Figueiredo e Manacapuru, ficando Itacoatiara em 2º lugar, atrás apenas da capital amazonense, enquanto os cinco menores no setor de impostos: Japurá, Santa Isabel do Rio Negro, Amaturá, Itamarati e Juruá. Quanto a esse setor, o gráfico 06.

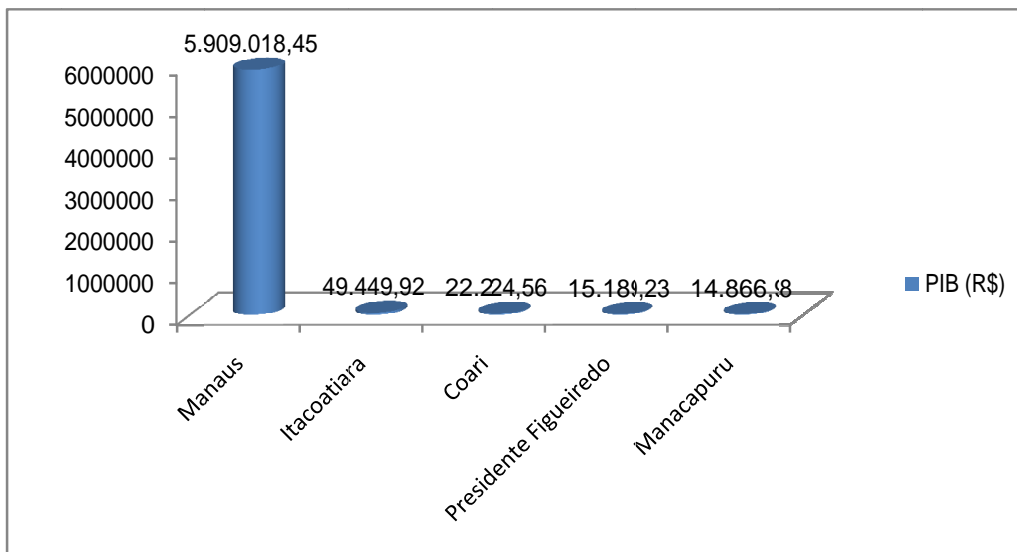


Gráfico 06: Impostos – 2006.

Fonte: IBGE – 2006, gráfico elaborado pelo autor.

No gráfico 07, abaixo, observamos os municípios com os maiores Produto Interno Bruto (PIB); nesse setor sobressaem Manaus, Coari, Itacoatiara, Parintins, Manacapuru, ficando Itacoatiara em 3º colocado, atrás da capital e o município de Coari, enquanto os cinco menores da área de administração pública são: Anamá, Amaturá, Itapiranga, Juruá e Santa Isabel do Rio Negro.

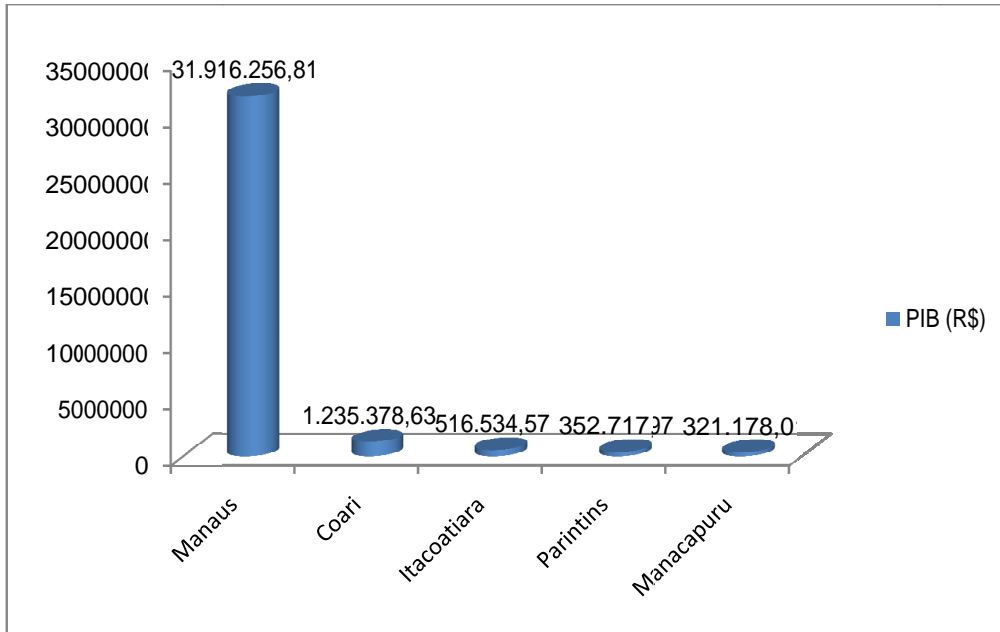


Gráfico 07: Produto Interno Bruto – 2006.
Fonte: IBGE – 2006, gráfico elaborado pelo autor.

Quanto aos aspectos da população analisamos também as cinco maiores de todo o Estado, que se classificam dessa forma: Manaus, Parintins, Coari, Manacapuru e Itacoatiara ficando Itacoatiara em 5º lugar, atrás dos demais municípios, enquanto os cinco menores da área de População são: Novo Airão, Anamá, Santa Isabel do Rio Negro, Juruá e Itamarati. Quanto a esse setor o gráfico 08.

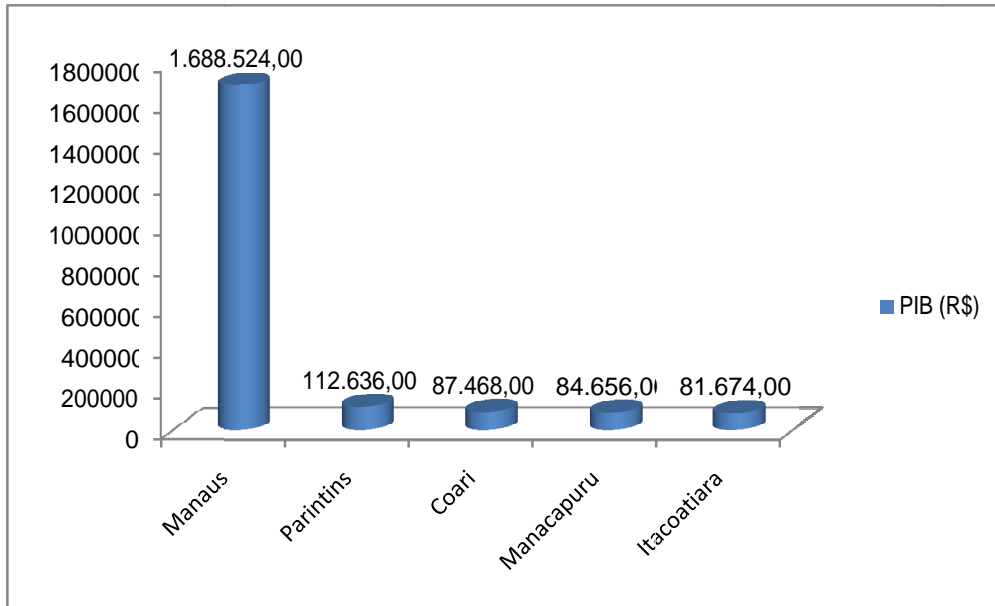


Gráfico 08: População – 2006.

Fonte: IBGE – 2006, gráfico elaborado pelo autor.

Outro aspecto relevante das contas municipais é o PIB per capita. Por essa ótica, os maiores PIB per capita do Estado do Amazonas são: Manaus, Coari, Presidente Figueiredo, Apuí e Itacoatiara, em contrapartida os municípios de Barcelos, Santo Antonio do Iça, Japurá, Jataí e Borba apresentam os menores PIB per capita, ficando em 5º lugar, atrás dos demais municípios, quanto a esse setor ver no gráfico 09, abaixo.

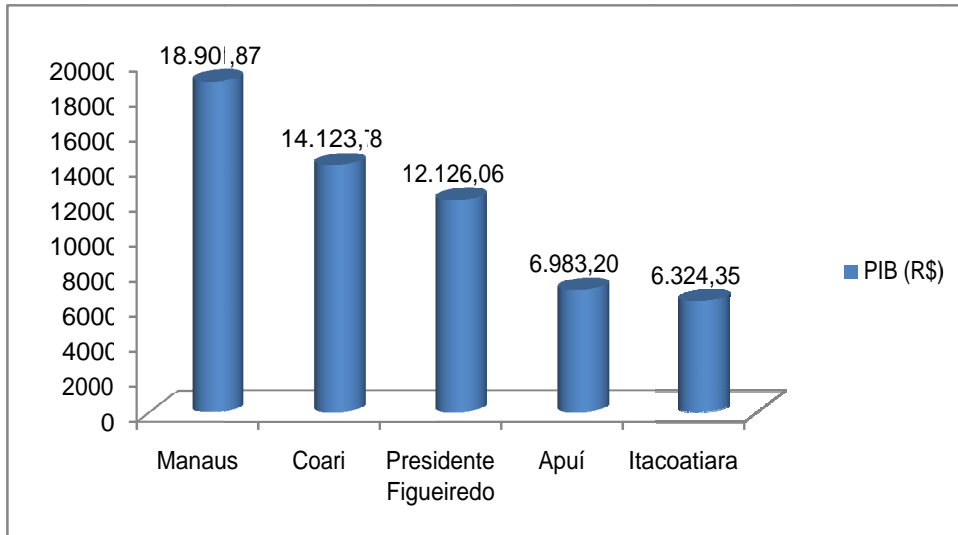


Gráfico 09: PIB Per Capta – 2006.
 Fonte: IBGE – 2006, gráfico elaborado pelo autor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa apresentada teve como objetivo principal analisar as políticas públicas de desenvolvimento econômico do município de Itacoatiara, a partir da caracterização conclusiva dos planos de governo referente ao Amazonas, considerando associadamente as análises teóricas realizadas, baseadas na história, na geografia e na economia, em relação ao fenômeno “Ciclo econômico”, tratamos de aprofundar a problematização, acerca do “III Ciclo” e Zona Franca Verde (ZFV).

Diante disso, outros planos de desenvolvimento foram elaborados pelos próprios governos locais, visando suplantar a recessão e o processo de edificação de uma economia autossustentável. Todavia, nenhum deles se constituiu numa efetiva alternativa para a economia amazonense.

É essa perspectiva que, basicamente, inaugura o planejamento governamental, na virada do século XXI, no Estado do Amazonas. Os antecedentes remontam a década

de 1980 até os primeiros anos de 1990. A partir de então, com a elaboração do PLANAMAZONAS em 1994, a Suframa expõe o Programa de Interiorização e, em 1995, com o plano “III Ciclo de Desenvolvimento do Amazonas” e Zona Franca Verde (ZFV), como plano de Desenvolvimento Sustentável do Amazonas, lançado em 2003. Desse modo, a tendência do planejamento no Amazonas modificou-se, desatrelando-se do intervencionismo federal, passando para a iniciativa do governo local.

O Planamazonas não chegou a ser aplicado, porém, serviu para lançar bases e ideias acerca da recuperação da economia no setor primário no interior, bem como sobre a promoção do desenvolvimento autossustentado no Estado. No programa de interiorização, elaborado pela Suframa, estava ainda mais nítida e fortalecida por meio dos projetos de beneficiamento, transformação, escoamento, e venda dos produtos agrícolas, destacando-se o papel da agroindústria nesse programa.

No entanto, após o Planamazonas, o chamado “III Ciclo” reafirma essa nova tendência e assume como objetivo prioritário a interiorização da economia, admitindo os limites da ZFM, e buscando promover uma economia independente para o Estado. Quando terminou o Governo de Amazonino, em 1991, a Zona Franca de Manaus, por conta do processo de abertura econômica decorrente do Plano Collor, estava conforme Oliveira (2000) e Valle (2000) em processo de reestruturação produtiva e com sérios problemas de desemprego. Gilberto Mestrinho que sucedeu Amazonino só organizou seu plano de desenvolvimento (PLANAMAZONAS-1994/1995) no final de seu mandato, sendo, portanto, mera peça decorativa e ilustrativa de política de desenvolvimento para o Estado.

No entanto, Amazonino Mendes, (1995/2002) fez uma constatação impressionante de que o interior estava abandonado, o caboclo esquecido e a economia dos 61 municípios empobrecida. O incrível é que desde o Planamazonas (1994) até o

“III Ciclo, todos os planos diagnosticaram essa mesma situação de empobrecimento do interior. Para Pontes Filho (1997), o “III Ciclo” serviu como plataforma política, muito pouco planejada e com resultados modestos para o tanto de propaganda. Após 8 anos de mandato de Amazonino Mendes, as distâncias entre a economia do interior e da capital continuam grandes, sendo que em algumas cidades como Itacoatiara, ocorreram reformas em escolas, hospitais, ruas asfaltadas e praças embelezadas, entretanto, o problema do desemprego, da marginalidade e da prostituição continuam preocupando a sociedade.

Cabe tecer algumas considerações nesse momento, acerca desses planos no que diz respeito às supostas relações que estabelecem entre si. Coincidência, ou não, as ideias gerais e básicas do Terceiro Ciclo, assim como uma série de medidas tomadas no início da implementação do atual plano governamental do governo do Amazonas a ZFV – a exemplo da pavimentação da BR-174, agroindústria como elemento base do desenvolvimento da economia do interior, o zoneamento ecológico, o beneficiamento, a armazenagem, o escoamento, o financiamento de produtos, etc. – já estavam definidos e expostos de modo bem claro no Programa de Interiorização da ZFM.

Enquanto o Terceiro Ciclo se preocupava com o desenvolvimento econômico do interior, o ZFV faz o contrário, tem como preocupação o desenvolvimento sustentável do Estado do Amazonas. Assim, o programa Zona Franca Verde propõe a utilização do manejo florestal como ferramenta para promover o desenvolvimento sustentável dos municípios do interior do Estado do Amazonas e para isso criou a SDS e a AFLORAM que são órgãos do governo estadual responsáveis, respectivamente, por gerir e executar essa proposta.

Foram feitas adaptações normativas para adequar as leis relacionadas ao manejo florestal às peculiaridades do interior do Estado do Amazonas, isso mostra que só o

suporte legal não basta, é essencial o trabalho de extensão junto aos produtores. Conclui-se, por isso, que deve ser dada uma atenção especial à área de extensão, investindo na capacitação dos técnicos e em suas condições de trabalho, pois eles são a linha de frente do programa.

Deve ser enfatizado também que as soluções para a resolução do dilema entre preservação e desenvolvimento passam não só pelo desenvolvimento de formas de disseminação dos conceitos, normas e técnicas relacionadas ao manejo florestal junto aos povos que vivem diretamente da exploração do recurso florestal, mas também pela adaptação desses à realidade local e isso deve sempre ser levado em conta no processo de implantação de políticas públicas como a do programa ZFV.

Quanto ao fato do desempenho do município de Itacoatiara, o papel de centro econômico regional, Itacoatiara tem, na área do comércio e indústria, a sua atividade econômica preponderante, visto que 55% e 41% da força de trabalho estão nesses setores, e que a atividade primária não ultrapassa 5%. Da mesma forma que detém o terceiro maior PIB e a quinta colocação em relação a sua população no Estado do Amazonas.

Outro fator interessante a ser levantado é a sua posição geográfica. Na divisão territorial do trabalho, Itacoatiara é um dos mais novos pólos produtores de soja da Amazônia, principalmente ao longo a estrada AM-010 que liga Manaus-Itacoatiara. Que cumpre, também, o papel de corredor de escoamento da produção de grãos do Centro-Oeste, do Sul do Amazonas e de Roraima, especialmente de soja e milho, que do porto local parte em direção aos EUA, Europa e Ásia, devido à localização estratégica dessa cidade em relação aos grandes centros consumidores de grãos exportados pelo Brasil. A disponibilidade de recursos naturais construiu outro fator de atração do grande capital. As grandes reservas naturais a serem exploradas poderão ser alvos da ação de

madeireiros, devido ao alto valor comercial e a variedade de espécies existentes, como ocorre em outros Estados da Amazônia.

Concluimos que para que o ZFV possa atingir os objetivos propostos ele tem que ser avaliado durante o seu processo de implantação, a fim de ser mais bem adaptado às dificuldades surgidas no decorrer do processo de implantação. Podemos ter também como conclusão que para o sucesso do programa é necessário que ele atue por um longo período de tempo e que não basta apenas fazer um bom planejamento inicial para implantar uma política pública. Como não há como ter uma visão completa da realidade local e não há como prever todos os possíveis desdobramentos que uma determinada ação do governo pode causar, o processo de implantação da política pública é uma constante tomada de decisão e deve-se estar preparado para tomar essas decisões.

E por fim, a teoria do desenvolvimento sustentável que tenta dissociar o crescimento econômico, do desenvolvimento socioeconômico e mostrar os efeitos nocivos desse crescimento sobre o meio ambiente. Para essa teoria, o aumento da produtividade provoca um maior uso dos recursos naturais causando a entropia e isso acaba tendo consequências desastrosas sobre a própria vida do homem. A teoria do desenvolvimento sustentável busca um melhor uso dos recursos naturais e uma melhor relação homem e natureza. E é por isso que o estudo das políticas públicas para o desenvolvimento de Itacoatiara tem como base a teoria do desenvolvimento sustentável por considerá-la mais consciente das necessidades humanas e da relação deste com o meio ambiente. Também para que isso possa ser atingido, é necessário que o desenvolvimento econômico esteja nos planos das políticas públicas.

Quanto à análise feita, Itacoatiara é uma cidade do Amazonas que apresenta fortes oportunidades de desenvolvimento favorável, seja pela disponibilidade de recursos naturais (rios, estradas, florestas e terras) que podem ser incorporados ao

desenvolvimento político-econômico pelo grande capital ou como objetivo da ação governamental, para projetos estratégicos que tragam as premissas do desenvolvimento sustentável, da mesma forma, a existência de infraestrutura (porto, aeroporto, estradas), a proximidade em relação aos grandes consumidores internacionais e a perspectiva de novos investimentos públicos e privados reforçam ainda mais a sua posição de relevância em relação aos municípios do médio Amazonas e seu papel como cidade no atual padrão de desenvolvimento regional.

REFERÊNCIAS

AFEAM. Fundo de Apoio às Micro e Pequenas Empresas e ao Desenvolvimento Social do Estado do Amazonas – FMPES. **Legislação Regimento/Interno.** Governo do Estado do Amazonas: [s.n.], 2002.

ALHO, Milke C. Uma análise político-econômica de Desenvolvimento no Município de Itacoatiara nos anos de 2000 a 2004. **1º Encontro da Região Norte da Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS)**, 16 a 19/09/2008. UFAM.

_____. Uma análise político-econômica de Desenvolvimento no Município de Itacoatiara (2000 a 2004). **I Congresso Internacional de Estudos das Américas**, 08 a 12/09/2008. Rio de Janeiro: UERJ.

_____. A Amazônia e o seu Processo de Desenvolvimento Capitalista. **XV FORO ESTUDANTIL LATINO-AMERICANO DE ANTROPOLOGIA Y ARQUEOLOGIA PERÚ**, Urubamba-Cusco na Republica de Perú. 20 a 26 de julho de 2008.

ALMEIDA, Jalcione . A Problemática do desenvolvimento sustentável. In _____. Desenvolvimento sustentável: necessidade e/ou possibilidade? Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1997.

AMAZONAS. Lei nº, 298, de 23.10.1917. No art. 5º, que dispõe sobre a delimitação da área urbana da cidade de Itacoatiara. Diário Oficial do Estado do Amazonas, Manaus: D.O., 1918. Legislação Estadual.

AMORIM FILHO, Osvaldo; RIGOTTI, José Irineu Rangel. Os limiares demográficos das cidades médias. Belo Horizonte: Depin, 2002.

ANCIÃES, A. W. F. coord. et al. Avaliação da Zona Franca de Manaus: subsídios para a formulação de uma política tecnológica. Brasília: CNPq/CAT. 274 p. 1980.

ANTONACCIO, G. L. P. **Amazonas: a outra parte da história.** 2.ed. Manaus: Imprensa Oficial do Amazonas, 2001.

BARELLI, Walter. Planejar Como Arte do Governo. Revista Perspectiva, n. 5, outubro/dezembro de 1991.

BARBIERI, José Carlos. Desenvolvimento e meio ambiente: as estratégias de mudanças da Agenda 21. 7 ed. rev. e atual. Petrópolis – RJ: Vozes, 2005.

BATISTA, Djalma. Amazônia- Cultura e sociedade. 3ª edição. Organização de Tenório Telles – Manaus: Editora Valer, 2006.

BALTAR, P. E. de Andrade. Abertura econômica e absorção da mão de obra no Brasil. In: **A ocupação na América Latina: tempos mais duros**. Congresso Latino Americano. São Paulo/Rio de Janeiro: ALAST, 1998.

BASA. Fundo Constitucional de Financiamento do Norte-FNO: programa de aplicação dos recursos-2000 a 2003. Belém: [s.n], 2000.

BENCHIMOL, S. Desenvolvimento Sustentável da Amazônia: cenários, perspectivas e indicadores. Manaus: Valer/UEA, 2002.

BENCHIMOL, Samuel. *Zona Franca de Manaus: Pólo de Desenvolvimento Industrial*. Manaus: Universidade do Amazonas, 1997.

BENCHIMOL, Samuel. Zona Franca de Manaus: Pólo de Desenvolvimento Industrial. Ed.Universidade do Amazonas: Manaus, 1997.

_____. Manáos do Amazonas: memória empresarial. Manaus: EDUA, 1994.

_____. Judeus no Ciclo da Borracha. Manaus: 1994.

_____. **Estrutura Geo-social e econômica da Amazônia**. v. 1, série Euclides da Cunha. Edições Governo do Estado do Amazonas, Manaus, 1966.

BECKER, Bertha K. Amazônia: geopolítica na virada do III milênio. Rio de Janeiro, Garamond, 2004.

_____. Geopolítica da Amazônia: A nova fronteira de recursos. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

_____. “Cenários de curto prazo para o desenvolvimento da Amazônia”. *Cadernos NADIAM*, Brasília, MMA, 1999.

_____. A geografia política do desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1997.

BENTES, Rosalvo Machado. **A Crise do setor primário amazonense: 25anos de decadência econômica na agricultura e redistribuição da população**. CODEAMA: Manaus, 1988. Relatório

_____. **A Zona Franca e o processo migratório para Manaus**. 1983. Dissertação (Mestrado) - NAEA. Universidade Federal do Pará: Belém, 1983.

BENAYON, A. *Globalização versus desenvolvimento*. Brasília : Linha Gráfica, 1998.

BOFF, Leonardo. Ecologia: gritos da terra, gritos dos pobres. São Paulo: Ática S. A, 1995.

BORJA, Jordi; **CASTELLS**, Manoel. Global y local. Madrid: Taurus, 1996.

BOTELHO, Antônio José Lopes. O projeto ZFM: vetor de interiorização ampliada, 2001. 146f. Dissertação (Mestrado em Engenharia da Produção) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus.

BRAGA, Robério. Itacoatiara. Manaus: ICOTI, 1979.

BRUM, Argemiro J. *O desenvolvimento econômico brasileiro*. 19 ed. Petrópolis /RJ:Vozes, 1998.

CANO, W. América Latina : do desenvolvimento ao neoliberalismo. In : FIORI, J. L. (org.). *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*. Petrópolis : Vozes, 1999.

CANO, Wilson. Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil – 1930-1995. Campinas: UNICAMP/IE, 1998.

CARNEIRO, C.B.L. Intervenção social com foco nos resultados: elementos para o desenho e avaliação de projetos sociais. In: Carneiro, C.B.L. e Costa, B. (Orgs.) *Gestão social: o que há de novo? Vol. 2: Elementos para a ação*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2004.

CARVALHO, G. A história dos planos de desenvolvimento para a Amazônia. In: *Perspectivas de sustentabilidade e democracia na relação da sociedade com a floresta amazônica*. PBSA/ASE. Rio de Janeiro, 2001. p. 5-14.

CASTRO, Iná E. O problema da escala. In. CASTRO, Iná E.; GOMES, Paulo César C.; CORRÊA, Roberto L. *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

CARVALHO, S.N. Avaliação de programas sociais: Balanço das experiências e contribuição para o debate. *São Paulo em Perspectiva*, 17(3-4): p. 185-197, 2003.

COSTA, W.M. O Estado e as políticas territoriais no Brasil. São Paulo: Contexto, 1988.

CORRÊA, Roberto Lobato. O espaço urbano. 4ª Ed. São Paulo: Contexto, 2001.

CRUZ, Jocilene Gomes da. Madeira com selo verde no Estado do Amazonas: um estudo acerca das concepções dos trabalhadores sobre a certificação florestal madeireira, 2002, 102f. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2002.

DINIZ, Clélio Campolina. Território e nação. In. REZENDE, Fernando; TAFNER, Paulo (Org.). *Brasil: o estado de uma nação*. Brasília: IPEA, 2005.

EGLER, Cláudio A. G. As escalas da economia: uma introdução à dimensão territorial da crise. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro: IBGE, v. 53, n 3, p. 229-245, jun/set. 1991.

FURTADO, Celso. *Introdução ao desenvolvimento: enfoque histórico-estrutural*. 3ª Ed. revista pelo autor. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

FURTADO, Celso. O mito do desenvolvimento Econômico. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 25 ed. São Paulo: Editora Nacional, 1995.

FURTADO, Celso. Teoria e Política do desenvolvimento econômico. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

FURTADO, Celso. Criatividade e dependência na civilização industrial. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

GAMA, Eder de Castro. Etnografia do Festival da Canção de Itacoatiara (FECANI): O local e o regional na perspectiva de um evento musical na Amazônia. Programa de Pós – Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia, UFAM – 2009.

GIANSANTI, Roberto. O desafio do desenvolvimento sustentável. São Paulo: Atual, 1998.

GOVERNO DO AMAZONAS. *Relatório de gestão 2003-2006*. Manaus, Amazonas. Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SDS, 106 p. 2006.

HALL, Anthony L. Amazônia: Desenvolvimento para quem?. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1991.

HANAN, S. O. Amazonas do futuro: projeto de desenvolvimento sócio-econômico. Manaus:

[s.n.], 2001.

HARVEY, David. Espaços da esperança. São Paulo: Loyola, 2004.

HARVEY, David. A produção capitalista do espaço. São Paulo: Annablume, 2005.

HERMASA, Navegação da Amazônia S/A. Relatório de Impacto Ambiental RIMA. Terminal Portuário Privativo Misto de Itacoatiara. Manaus: Água Pura e Assessoria e Serviços, 1996.

HIRSCHMAN, Albert O. *Estratégia do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Enciclopédia dos Municípios Brasileiros. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

_____**INSTITUTO DE COPERACAO TÉCNICA INTERMUNICIPAL**. Perfil Municipal de Itacoatiara. Manaus: Icoti, 1996.

_____**INFORMATIVO III CICLO**: Aqui começa o Amazonas. Manaus, nº 1, 1996.

_____**INSTITUTO DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DO ESTADO DO AMAZONAS**. Zoneamento ecológico participativo de Itacoatiara. Manaus: IPAAM, 2003.

IANNI, Octávio. Teorias da Globalização. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

IANNI, O. *A sociedade global*. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1992.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE, 2002. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: fev. de 2006.

_____**JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO AMAZONAS**. Listagem de empresas do município de Itacoatiara. Manaus: JUCEA, 2006.

KRUGMAN, Paul et al. A economia espacial: urbanização, prosperidade econômica e desenvolvimento humano no mundo. São Paulo: Futura, 2002.

KRUGMAN, P. *Uma nova recessão?* O que deu errado. Rio de Janeiro : Campus, 1999.

KRUGMAN, Paul. *Geografia y comércio*. Barcelona: Antonio Bosch, 1992.

LAFER, Betty M. O conceito de Planejamento. In: Planejamento no Brasil. São Paulo: Perspectiva, p. 9-28, 1970.

LEFEBVRE, Herri. *A revolução Urbana*. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

MAHAR, Dennis J. *Desenvolvimento Econômico da Amazonia: uma análise de política governamentais*. Rio de Janeiro: IPEA/PIMES, 1978.

MARCONI, M.A.; Lakatos, E.M.,. *Técnicas de pesquisa*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002, 282 p.

MARQUES, Manoel. Hermosa inaugura fábrica dia 19. Amazonas em Tempo, Manaus, 14/04/2002.

_____**MARINHA DO BRASIL**. Capitania Fluvial da Amazônia Ocidental. Agência Fluvial de Itacoatiara.

MASSEY, Doreen. Um sentido global do lugar. In: ARANTES, Antonio A. (Org.). *O espaço da diferença*. Campinas: Papyrus, 2000.

MAW, Henrique Lister. *Narrativa da passagem do pacífico ao Atlântico, através dos Andes nas Províncias do Norte do Peru, e descendo pelo rio Amazonas, até ao Pará*. Manaus: ACA, 1989.

MEIRELES, J.F. *Livro de Ouro da Amazônia: Mitos e verdades sobre a região mais cobiçada do planeta*. Rio de Janeiro: Ediouro. 2004, 397 p.

MELLO, Otaviano Augusto Soriano de. *Toponimos amazonenses; nomes das cidades amazonenses, sua origem e significação*. 2. Ed. Manaus: Imprensa Oficial, 1986.

MELLO, N.A. *Políticas territoriais na Amazônia*. 1º ed. São Paulo: Annablune, 2006, 409 p.

_____**MINISTÉRIO DO TRABALHO**. *Ocupação por setor da economia: município de Itacoatiara*. Ministério do Trabalho, 2005.

_____**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL E ECONOMICO**. *Exportação pelo Porto Graneleiro de Itacoatiara 1997 a 2006*. <http://www.receitafazenda.gov.br.html>>. Acesso: agosto de 2007.

MORIN, Edgar; **KERN**, Anne Brigitte. *Terra-Pátria*. Porto Alegre: Sulina, 2000.

MOURÃO, A. *O III Ciclo de desenvolvimento econômico do Estado do Amazonas: uma interpretação Técnica do Pensamento de Amazonino Mendes*. Manaus: [s.n.], 1995

OLIVEIRA, José Aldemir de. *As cidades Amazônicas: ilusão da busca*. Boletim Amazonense de Geografia. Manaus: AGB, n. 2, 1995.

OLIVEIRA, F. 1989. *Economia da dependência imperfeita*. 4ª ed. Rio de Janeiro : Graal.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Amazônia, monopólio e expropriação e conflitos**. São Paulo: Papyrus, 1987.

OLIVEIRA, Francisco. **A metamorfose de arribação**. Petrópolis: Vozes, 1998.

OSZLAK, Oscar. *Estado, Planejamento e Burocracia: Os processos de implementação de políticas publicas em algumas experiências latino-americanas*. In: Caiden, Geraldo F., Caravantes, Geraldo R. *Reconsideração do conceito de Desenvolvimento*. Caxias do Sul: ENUCS, 1988.

PERET, João Américo. *Amazonas: história, gente e costumes*. Brasília: Senado Federal, 1985.

PERROUX, François. *A economia do século XX*. Lisboa: Herder, 1966.

PRADO JR., C. 1989. *História e desenvolvimento*. São Paulo: Brasiliense.

- PONTES FILHO**, Raimundo P. Terceiro ciclo: promessa ou projeto para o Amazonas?. Manaus: Ed. da Universidade do Amazonas, 1997.
- PONTES**, Beatriz Maria Soares. As cidades médias brasileiras: os desafios e a complexidade do seu papel na organização do espaço regional (década de 1970). In: **SPOSITO**, Maria Encarnação B. (org). Urbanização e cidades: perspectivas geográficas. Presidente Prudente, SP: Unesp, 2001.
- RAMOS**, Joaquim de Azevedo da Silva. Inscrições e tradições da América Pré-Histórica: especialmente do Brasil. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1930.
- RAMOS**. Rodrigo O. Jordão. A Amazônia – Uma estratégia para sua preservação. Imprensa Universitária, João Pessoa – 1971.
- RIBEIRO FILHO**, Vitor. Manaus: crescimento demográfico e espacial. Amazônia em Cadernos (4). Manaus: EDUA, 1998.
- ROSTOW**, W. W. Etapas do desenvolvimento. Rio de Janeiro: Zahar, 1959.
- SANTOS**, Francisco Jorge dos. Além da conquista: Guerras e rebeliões indígenas na Amazônia Pombalina. 2ª Ed. Manaus: EDUA, 2002.
- SANTOS**, Milton; **SILVEIRA**, Maria Laura. Brasil: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- SANTOS**, Milton. A natureza do espaço. Técnica e Tempo. Razão e Emoção. 2ª Ed. São Paulo: Hucitec, 1996.
- _____. Metamorfoses do espaço habitado. São Paulo: Hucitec, 1988.
- _____. Por uma geografia nova – da crítica da geografia a uma geografia crítica. 2ª Ed. São Paulo: Hucitec, 1980.
- _____. **SECRETARIA DE ESTADO**, de Planejamento e Desenvolvimento Econômico (SEPLAN), 2004. *Condensado de informações sobre os municípios do Estado do Amazonas*. Manaus: Amazonas, 2006.
- _____. **SECRETARIA DE ESTADO**, de planejamento e coordenação. Centro de Desenvolvimento, Pesquisa e Tecnologia do Estado do Amazonas. Pesquisa Socioeconômica da 8ª Sub-Região: Município de Itacoatiara. Manaus, CODEAMA, 1984.
- _____. **SECRETARIA DE ESTADO**, da Educação e Cultura. Núcleo de Recursos Tecnológicos. Itacoatiara: estudos sociais. Manaus SEDUC, 1984.
- _____. **SECRETARIA DE ESTADO**, de planejamento e coordenação. Centro de Desenvolvimento, Pesquisa e Tecnologia do Estado do Amazonas. Estado do Amazonas: aspectos territoriais. Manaus: CODEAMA, 1986.
- _____. **SECRETARIA DE ESTADO**, de planejamento e Desenvolvimento do Estado do Amazonas. Anuário Estatístico do Amazonas. Manaus: SEAD, 2004.
- _____. **SECRETARIA DE ESTADO**, da Fazenda do Amazonas. Agência de Arrecadação de Itacoatiara. Manaus: SEFAZ, 2006.
- SERVIÇO NACIONAL DE PORTOS E HIDROVIAS**. Serviços da SNPH em Itacoatiara. Manaus, 2003.
- SCHNEIDER**, R.R.; Arima, E.; Veríssimo, A.; Barreto, P.; Souza, C.J. 2000. *Amazônia Sustentável: Limitantes e oportunidades para o desenvolvimento rural*. Brasília: Banco Mundial; Belém: Imazom. 58p.
- SINGER**, P. I. A raiz do desastre social : a política econômica de FHC. In : LESBAUPIN, I. (org.). *O desmonte da nação*. Balanço do governo FHC. Petrópolis, Vozes, 1999.

SINGER, Paul. Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas. 3 ed. São Paulo: Contexto, 1999.

SILVA, Francisco Gomes da. Cronografia de Itacoatiara. Manaus: Imprensa Oficial do Estado do Amazonas, 1998, 2º v.

_____. Itacoatiara: roteiro de uma cidade. Manaus: Imprensa Oficial do Estado do Amazonas, 1970.

SILVA, Garcilenil do Lago. Educação na Amazônia Colonial: contribuição à história da educação brasileira. Manaus: Suframa, 1985.

SILVA, Marilene Corrêa da. **Agenda 21**: valorização humana e social. Manaus, EDUA, 2001. Coleção Polêmicas da Amazônia, 2.

SILVA, P.L.B. & **MELO**, M.A.B. O processo de implementação de políticas públicas no Brasil: Características e determinantes da avaliação de programas e projetos. Caderno nº 48. UNICAMP: Núcleo de Estudos de Políticas Públicas - NEPP . Campinas: São Paulo, 2000.

SOUZA, Francisco Bernardino. Lembranças e curiosidades do Vale do Amazonas. Manaus: ACA, 1988.

SUFRAMA. *Pólo Industrial de Manaus – PIM*. Disponível em: <<http://www.suframa.gov.br/investimentos/pim.cfm>>. Acesso em: 24 jan. 2007.

SUFRAMA. *Indicadores de Desempenho do Pólo Industrial de Manaus*. Disponível em: <http://www.suframa.gov.br/modelozfm_estatisticas.cfm>. Acesso em: 23 mar. 2006.

_____. **SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS**. Ministério do desenvolvimento Industrial e Econômico. Perfil dos projetos aprovados até julho de 2000. Manaus: DEOS, 2000.

_____. **SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS**. Perfil dos projetos aprovados na Amazônia Ocidental. Manaus: DEOS, 1983.

SMITH, Neil. Geografia da diferença e as políticas de escala. In: ARANTES, Antonio A. O espaço da diferença (Org.). Campinas: Papirus, 2000.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Capitalismo e urbanização. 10ª Ed. São Paulo: Contexto, 2001.

TAVARES, M. C. *Acumulação de capital e industrialização do Brasil*. Campinas : UNICAMP, 1986.

_____. *Destruição criadora*. São Paulo : Record, 1999.

TAVARES, M. C. & **FIORI**, J. L. *Poder e dinheiro*. Uma economia política da globalização. Petrópolis : Vozes, 1997.

VAINER, Carlos B. Utopias urbanas e o desafio democrático. Revista Paranaense de Desenvolvimento, Curitiba: IPARDES, n. 105, p. 25-31, jul/dez. 2003.

This document was created with Win2PDF available at <http://www.win2pdf.com>.
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.
This page will not be added after purchasing Win2PDF.